

ANEXO II

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Neste Anexo estão definidos os Conteúdos Programáticos desse Concurso e relacionadas algumas Sugestões Bibliográficas. Fica a critério de cada Candidato escolher a bibliografia que entender como mais conveniente dentre as sugeridas ou não.

1 – NÍVEL MÉDIO

1.1 – Tópicos comuns para todos os cargos: Língua Portuguesa, Raciocínio Lógico e Noções de Informática.

LÍNGUA PORTUGUESA

Conteúdo Programático: Interpretação de textos, com domínio de relações discursivas, semânticas e morfosintáticas. Tipos textuais: narrativo, descritivo, argumentativo e injuntivo. Gêneros discursivos. Coesão e coerência textual. Valor dos conectivos. Usos dos pronomes. Semântica: sinonímia, polissemia, homonímia, hiperonímia, hiponímia. Figuras de linguagem: hipérbole, metáfora, metonímia, personificação e outros. Estrutura e formação de palavras: composição, derivação e outros processos. Flexão nominal e verbal. Emprego de tempos e modos verbais. Classes de palavras. Regência nominal e verbal. Concordância nominal e verbal. Estruturação de períodos: coordenação, subordinação e correlação. Pontuação. Variação linguística. Ortografia vigente.

Sugestões Bibliográficas: ABREU, Antônio Suarez. Curso de redação. 11ª ed. São Paulo: Ática, 2001. AZEREDO, José Carlos. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. 3ª ed. São Paulo: Publifolha, 2013 (reimpressão da 3ª ed. de 2010). CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Conteúdo Programático: Sequências Lógicas e leis de formação: verbais, numéricas e geométricas; Teoria dos conjuntos: simbologia, operações e diagramas de Venn-Euler; Problemas com tabelas; Problemas sobre as quatro operações fundamentais da Matemática; Proporções; Regra de três simples e composta; Regra de Sociedade; Análise Combinatória: aplicações do Princípio Fundamental da Contagem e do Princípio da Casa dos Pombos; Noções de probabilidades: definições, propriedades e problemas.

Sugestões Bibliográficas: SÁ, I. P de. Raciocínio Lógico Concursos Públicos e Formação de Professores. Ed. Ciência Moderna, 2008. CARVALHO, S e CAMPOS, W. Raciocínio Lógico Simplificado, Vols. 1 e 2. Ed. Elsevier, 2010. MORGADO, A.C e CÉSAR, B. Raciocínio Lógico Quantitativo. Ed. Elsevier, 2008.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Conteúdo Programático: Noções de informática: conceitos. Componentes dos sistemas de computação: hardware e software. Software Básico, software utilitário, software aplicativo e software livre: conceitos. Rede de computadores (cabeadas e wireless) e equipamentos de conectividade: conceitos e aplicações. Conceitos, funções e aplicações de Intranet e Internet. Tipos e características dos navegadores e dispositivos móveis. Conceitos sobre tecnologias e ferramentas de colaboração, computação na nuvem, correio eletrônico e webmail, grupos de discussão, fóruns, wikis e redes sociais. Sistema Operacional Windows 7/8.1 (Português), Linux e LibreOffice 5.3.7 (Português): conceitos, interface, comandos, funções, recursos e usabilidade. Editor de texto MS Word 2007/2010/2013/2016 (Português): conceitos, comandos, recursos e usabilidade. Planilha eletrônica MS Excel 2007/2010/2013/2016 (Português): conceitos, comandos, recursos e usabilidade (interface, bancos de dados, criação de planilhas, referências a células, cópia lógica, uso de fórmulas e funções, modelos, geração de gráficos, formatação de células e impressão). Redes de computadores e Internet: conceitos, tecnologias, ferramentas, aplicativos e serviços. Segurança da Informação: conceitos, princípios, problemas, ameaças, ataques. Backup e antivírus.

Sugestões Bibliográficas: CARMONA, T. Guia Técnico de Redes de Computadores. Digerati Books, 2008. CARVALHO, João Antônio. Noções de Informática para Concursos. Ed. Campus, 2ª edição, 2ª tiragem, 2013. COSTA, R.; ÁQUILA, R. Informática Básica, Ed. Impetus, 2009. FARIAS, P. Curso Essencial de Redes. Digerati, 2006. FEDELI, R.; POLLONI, E.; PERES, F. Introdução à Ciência da Computação. Ed. Cengage Learning, 2010. FERREIRA, R. Linux Guia do Administrador do Sistema. Ed. Novatec, 2003. FURGERI, S. Redes Teoria e Prática. Ed. Komedi, 2007. GUESSE, A.; ABDALLA, S.

Informática para Concursos Públicos. Ed. Saraiva, 2013. GUILHEN, B.; NASCIMENTO, R. Informática. Ed. Saraiva, 2013. GUIAS e MANUAIS DE DOCUMENTAÇÃO DO LIBREOFFICE. Disponível em <https://documentation.libreoffice.org/pt-br/portugues/>. Acesso em: 15 de dezembro de 2017. HELP/AJUDA do Windows 7/8.1BR e pacotes MSOffice 2007/2010/2013/2016 BR. MAGGIO, A. Informática para Concursos. Ed. Ciência Moderna, 2011. MAGRIN, M. Linux Guia do Profissional. Digerati Books, 2006. MARÇULA, M.; FILHO, P. Informática Conceitos e Aplicações. Ed. Érica, 3ª edição, 2008. MIYAGUSKU, R. Informática passo a passo para concursos públicos. Digerati Books, 2008. MONTEIRO, E.; MATOS, L. Informática Essencial para Provas e Concursos. Ed. Alumnus, 2012. MORAZ, Eduardo. Curso Essencial de Hardware. Digerati Books, 2006. OLIVEIRA, S.; GAMEZ, L.; PUPO, R.; DILERMANO Jr. TURBAN, E.; VOLONINO, L. Tecnologia da Informação para Gestão. Ed. Bookman, 8ª edição, 2013. VELLOSO, Fernando de Castro. Informática - Conceitos Básicos. Ed. Campus, 2ª reimpressão, 2004. SILVA, Y. Windows 7. Editora Komedi, 2010.

1.2 – Conteúdos Programáticos dos Conhecimentos Específicos e Sugestões Bibliográficas para cada cargo.

DOCENTE II

Conteúdo Programático:

1. FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO. Educação: principais aspectos históricos e conceituais da Educação Brasileira. Teorias recentes sobre desenvolvimento infantil. Organização e dinâmica do currículo: mediação, inclusão, avaliação, participação e protagonismos. Concepções de aprendizagem e ensino; aluno e professor. Legislação atual. Diretrizes Curriculares Nacionais. Estatuto da Criança e do Adolescente e atualizações.
2. LÍNGUA PORTUGUESA. Texto: leitura e compreensão. Textos verbais e não verbais. Texto literário e não literário; linguagens denotativa e conotativa; intertextualidade e polifonia. Tipologia textual e gêneros de circulação social. Coesão e coerência do texto. Variabilidade linguística. Fonologia: fonema e letra; sílaba, encontros vocálicos e consonantais, dígrafos; ortografia; acentuação tônica e gráfica. Morfossintaxe: noções básicas de estrutura de palavras; classes de palavras; tempos e modos verbais. Alfabetização e letramento.
3. MATEMÁTICA. Números Naturais e Números Racionais. Operações com números naturais e números racionais. Figuras geométricas espaciais e planas. Área e perímetro. Sistemas de medidas decimais: comprimento, área, volume, capacidade, massa e temperatura. Medidas de tempo. Sistema monetário brasileiro. Tratamento da informação: leitura, interpretação e construção de tabelas e gráficos.
4. GEOGRAFIA. Localização espacial: pontos cardeais e colaterais. Mapas, escalas, plantas e convenções cartográficas. Relevo, solo, hidrografia, clima e vegetação; transformações naturais e humanas. Brasil: população, urbanização, divisões do espaço. Mundo: divisão do trabalho, globalização e questão ambiental.
5. HISTÓRIA. Fontes históricas e periodização. Formação da sociedade brasileira. Acontecimentos dos períodos da História do Brasil. História do Estado do Rio de Janeiro. Construção dos conceitos de tempo.
6. CIÊNCIAS. Ar: importância, composição e propriedades. Água: importância, composição, propriedades, estados físicos e ciclo da água. Solo: importância, composição e erosão. Seres vivos: caracterização geral e classificação. Relações entre os seres vivos e os ambientes. Ecossistemas. Ser humano e saúde: noções elementares de anatomia e fisiologia humana e princípios básicos de saúde.

Sugestões Bibliográficas: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 2001. _____. Lei nº 9394/1996 e suas atualizações. Diretrizes e bases da educação Nacional. _____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. _____. Lei nº 13146/2015. _____. Lei nº 13306/2016. _____. Base Nacional Comum Curricular. (In: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>). BAGNO, Marcos. Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007. BIZZO, Nélio. Ciências: fácil ou difícil? Rio de Janeiro: Biruta, 2010. BRYANT, Terezinha Nunes Peter. Crianças fazendo matemática. Porto Alegre: Artmed, 1987. CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização sem o ba,be,bi,bo,bu. Rio de Janeiro: Scipione, 2009. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. DELIZOICOV, Demétrio, ANGOTTI, José André & PERNAMBUCO, Marta Maria. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2006. KAMII, Constance. Crianças pequenas continuam reinventando a aritmética: implicações da teoria de Piaget. Porto Alegre: Artmed, 2005. KOCH, Ingedore V. O texto e a construção de sentidos. São Paulo: Contexto, 2003. LOPES, Maria Laura M. Leite. Tratamento da informação: explorando dados estatísticos e noções de probabilidade a partir das séries iniciais. Rio de Janeiro: Projeto Fundação, IM – UFRJ – 1987, Mercado das Letras, 2001. MORAIS, Artur Gomes. Ortografia: ensinar e aprender. São Paulo, Ática, 1998. SMOLE, Kátia T.; DINIZ, Maria Ignez. Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre: Artmed, 2007. MOREIRA, Antônio Flavio; SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). Currículo, cultura e sociedade. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica,

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Conteúdo programático: SUS (diretrizes, estrutura, modelo de assistência e legislação vigente). Humanização do cuidado. Promoção da saúde. Características e funções da atenção primária à saúde. Programa de agente comunitário de saúde. Organização e inserção na Estratégia Saúde da Família. Processo de territorialização e vigilância em saúde. Sistema de informação em saúde e em enfermagem. Ética profissional. História natural e prevenção de doenças. Higiene e profilaxia. Saúde, meio ambiente e educação. Saúde e cidadania. Biossegurança nas ações de enfermagem. Educação permanente em saúde. Visita domiciliar e participação social. Cálculo, preparo e administração de medicamentos. Técnicas básicas e fundamentais de enfermagem. Gerenciamento de resíduos em serviços de saúde. Classificação e processamento/limpeza de artigos e áreas de saúde. Esterilização de materiais conhecidos de instrumentos cirúrgicos. Biossegurança. Controle e prevenção de infecções em serviços de saúde. Imunização e cadeia de frio. Assistência integral de enfermagem à saúde: da criança e do adolescente, da mulher, do adulto e do idoso. O cuidado de enfermagem em saúde mental e psiquiatria e seus aspectos éticos e legais. Assistência ao indivíduo, à família e à comunidade com transtornos agudos, crônicos degenerativos, infecciosos e contagiosos. Orientações pertinentes ao autocuidado. Assistência de enfermagem em situações de urgência, emergência e em saúde mental e em droga-adição. Tratamento de feridas e curativos.

Sugestões Bibliográficas: AVELAR, A.F.M. e tal. 10 passos para a segurança do paciente / Conselho Regional de Enfermagem do Estado de São Paulo / Rede Brasileira de Enfermagem e Segurança do Paciente – REBRAENSP – Polo São Paulo. SP. 2010. Disponível em: http://inter.coren-sp.gov.br/sites/default/files/10_passos_seguranca_paciente.pdf. BRASIL, PORTARIA Nº 2.436, DE 21 de setembro de 2017 Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). BRASIL. Lei Orgânica da Saúde nº 8.080/90, de 19/09/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. BRASIL, Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Sistema Único de Saúde. Brasília: CONASS, 2011. Disponível em: http://www.conass.org.br/colecao2011/livro_1.pdf. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. 3ª ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em:

http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_basica.pdf. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Acolhimento nas práticas de produção de saúde. 2ª ed. 5ª reimp. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em:

http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_praticas_producao_saude.pdf. BRASIL, Agência Nacional de Vigilância Sanitária Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde. Brasília: Anvisa, 2017. BRASIL, Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Segurança do paciente em serviços de saúde: limpeza e desinfecção de superfícies. Brasília: Anvisa, 2010. Disponível em:

<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/4ec6a200474592fa9b32df3fbc4c6735/manual+limpeza+e+de+sinfeccao+web.pdf?mod=ajperes>. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Autocuidado em hanseníase: face, mãos e pés. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. Disponível em:

http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cartilha_face_maos_pes.pdf. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Cadernos de Atenção Básica, nº 32. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em:

http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/caderno_atencao-pre_natal_baixo_risco.pdf. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde. Diretrizes nacionais de assistência ao parto normal: versão resumida. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em:

http://conitec.gov.br/images/Protocolos/Diretrizes/Diretrizes_PartoNormal_VersaoReduzida_FINAL.pdf. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. Protocolo para a prevenção de transmissão vertical de HIV e sífilis: manual de bolso. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em:

http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_prevencao_transmissao_verticalhivsisifilis_manualbolso.pdf. BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde. Departamento de Atenção

Básica. Hipertensão Arterial Sistêmica. Cadernos de Atenção Básica nº 15, Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília: MS, 2006. BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diabetes Mellitus. Cadernos de Atenção Básica nº16, Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília: MS, 2006. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. HIV/Aids, hepatites e outras DST. Cadernos de Atenção Básica, nº 18. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. BRASIL. Ministério da Saúde. Nota técnica nº 03/2016. Recomendações da Coordenação Geral de Atenção Domiciliar em relação à atuação dos profissionais dos serviços de Atenção Domiciliar na situação de emergência decretada em relação às arboviroses Dengue, Chikungunya e Zika. Brasília. 2016. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2016/janeiro/21/NT-At-Domic-e-arboviroses-FINAL.pdf>. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Diretoria técnica de gestão. Dengue: diagnóstico e manejo clínico: adulto e criança. 4.ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/dengue_manejo_adulto_crianca_4ed_2011.pdf. BRASIL, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Protocolo Prevenção de Quedas. Brasília: Anvisa, 2013. Disponível em: <https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/publicacoes/item/prevencao-de-quedas>. BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 36, de 25 de julho de 2013. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, 26 jul. 2013. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2871504/RDC_36_2013_COMP.pdf/36d809a4-e5ed-4835-a375-3b3e93d74d5e. BRASIL. Portal da Saúde. Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP). Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/oministerio/principal/secretarias/sas/dahu/seguranca-do-paciente>. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar Cadernos de Atenção Básica, nº 23. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. BRASIL, Ministério da Saúde. Recomendações para atendimento e acompanhamento de exposição ocupacional a material biológico: HIV e hepatites B e C. Brasília: Ministério da Saúde. 2004. BRASIL, Ministério do trabalho e emprego. Secretaria de Inspeção do Trabalho. Riscos Biológicos: Guia Técnico - Os riscos biológicos no âmbito da Norma Regulamentadora nº. 32. Brasília 2008. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BD509161913AB/guia_tecnico_cs3.pdf. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN 564/2017 que aprova o novo de Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Brasília: 2017. GIOVANI. A.M.M. Enfermagem, cálculo e administração de medicamentos. 14ª ed. rev e ampl. São Paulo: Rideel, 2012. SILVA, S.R.L. do P.T da; SILVA, G.T.R. da. Manual do técnico em enfermagem. São Paulo: Martinari, 2013.

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Conteúdo programático: Orçamento Público (características do orçamento tradicional, do orçamento-programa e do orçamento de desempenho). Princípios orçamentários. Leis Orçamentárias: PPA, LDO, LOA. Orçamento fiscal e de seguridade social. Orçamento na Constituição Federal de 1988. Conceituação e classificação da receita e da despesa orçamentária brasileira. Execução da receita e da despesa orçamentária. Créditos Adicionais. LC nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. Contabilidade Pública: Conceito, objeto, objetivo, campo de atuação. Contabilização dos Principais Fatos Contábeis: previsão da receita, fixação da despesa, realização da receita e despesa. Demonstrativos Contábeis: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro. Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais. Lei nº 4.320/64. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - Aprovadas pelas Resoluções do CFC nºs 1.128/08 a 1.137/08 e alterações posteriores. Contabilidade Geral: Princípios de contabilidade (aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, através da Resolução CFC nº 750/93 e posteriores atualizações). Patrimônio: Componentes Patrimoniais - ativo, passivo e patrimônio líquido. Contas patrimoniais e de resultado. Regime de escrituração contábil (Caixa e Competência). Teorias, funções, funcionamento das contas e plano de contas. Apuração de resultados. NBC TG 26 - Demonstrativos contábeis. Análise das demonstrações contábeis por meio de índices. Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. Livros de escrituração contábil (Diário e Razão). NBC TG - Estrutura Conceitual. Gerencial e Custos - Métodos de Custeamento (Absorção, Direto/Variável). Pontos de Equilíbrio (Contábil, Econômico e Financeiro). Ciclo Operacional e Financeiro. Custos Fixos e Variáveis. Custos Diretos e Indiretos. Custos (Primário, Transformação e Produção). Contabilidade Comercial: NBC TG 27 - Ativo Imobilizado. NBC TG 16 - Estoques. NBC TG 32 - Tributos sobre o Lucro e NBC TG 06 - Arrendamento Mercantil. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): Contabilidade Aplicada ao Setor Público; plano de contas aplicado ao setor público (PCASP); aspectos orçamentário, patrimonial e fiscal da contabilidade aplicada ao setor público; implantação das inovações na contabilidade aplicada ao setor público; princípios de contabilidade; Procedimentos Contábeis Orçamentários; Princípios Orçamentários; receita orçamentária; despesa orçamentária; fonte / destinação de recursos; Procedimentos Contábeis Patrimoniais; composição do patrimônio público; variações patrimoniais; mensuração de ativos e passivos; ativo imobilizado; ativo intangível; reavaliação,

redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e Exaustão; transações sem contraprestação; provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; reflexo patrimonial das despesas de exercícios anteriores (DEA); procedimentos contábeis específicos: Fundeb; parcerias público-privadas (PPP); operações de crédito; regime próprio de previdência social (RPPS); dívida ativa; precatórios em regime especial; consórcios públicos; plano de contas aplicado ao setor público; Aspectos gerais do PCASP; demonstrações contábeis aplicadas ao setor público; balanço orçamentário; balanço financeiro; balanço patrimonial; demonstração das variações patrimoniais; demonstração dos fluxos de caixa; demonstração das mutações no patrimônio líquido; notas explicativas às DCASP; consolidação das demonstrações contábeis. Código Tributário do Município de Maricá: Lei 910 de 14/12/1990. Decreto 158 de 21/05/2018.

Sugestões Bibliográficas:

1 - Pronunciamentos Contábeis do CPC:

CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro

CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos

CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

CPC 04 - Ativo Intangível

CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas

CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil

CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais

CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

CPC 12 - Ajuste a Valor Presente

CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº. 449/08

CPC 15 - Combinação de Negócios

CPC 16 - Estoques

CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto

CPC 19 - Negócios em Conjunto

CPC 20 - Custos de Empréstimos

CPC 21 - Demonstração Intermediária

CPC 22 – Informações por Segmento

CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

CPC 24 - Evento Subsequente

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

CPC 27 - Ativo Imobilizado

CPC 28 - Propriedade para Investimento

CPC 32 - Tributos sobre o Lucro

CPC 33 - Benefícios a Empregados

CPC 35 - Demonstrações Separadas

CPC 36 - Demonstrações Consolidadas

CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41

CPC 44 – Demonstrações Combinadas

CPC 45 – Divulgação de Participações em outras Entidades

CPC 46 – Mensuração do Valor Justo

CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente

CPC 48 – Instrumentos Financeiros

CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas com Glossário de Termos

2 - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª edição.

AGENTE ADMINISTRATIVO

Conteúdo programático:

Legislação. CF 1988; Lei nº 8112/90; Lei nº 8666/93 e alterações. Lei Orgânica do Município de Maricá. Estatuto dos Funcionários Públicos Civis Municipais (Lei Complementar nº 001 de 09 de maio de 1990). Decreto nº 158, de 21 de maio de 2018. Estatuto dos Funcionários Públicos Civis Municipais (Lei Complementar nº 001 de 09 de maio de 1990). Decreto nº 158, de 21 de maio de 2018.

Administração Pública e Direito administrativo. Administração Pública: Principais modelos de administração: patrimonialista, burocrático, nova gestão pública e papéis do Estado. Evolução e características da administração pública no Brasil. As tendências internacionais de mudança da gestão pública. Princípios (mérito, flexibilidade, responsabilização, controle versus autonomia). Cenário de mudanças mundiais. O sistema político brasileiro e suas consequências sobre o Estado e a gestão.

A Lei formal. Regulamentos administrativos, estatutos e regimentos; instruções; princípios gerais; Autarquias. Fundações públicas. Empresa pública. Sociedade de economia mista. Entidades paraestatais, em geral. Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos. Formação do ato administrativo: elementos; procedimento administrativo. Validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo. Atos administrativos simples, complexos e

compostos. Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais. Atos administrativos gerais e individuais. Atos administrativos vinculados e discricionários. Agentes públicos: servidor público e funcionário público; natureza jurídica da relação de emprego público; preceitos constitucionais. Servidores públicos. Direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis. Improbidade administrativa. Formas de provimento e vacância dos cargos públicos. Processo Administrativo Disciplinar. Serviços Públicos, Domínio Público, conceito e Classificações dos Bens Públicos, Controle da Administração.

Contratos Administrativos e Licitação. Licitações: conceito, princípios, objeto e finalidade. Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade. Modalidades. Procedimentos e fases. Revogação e anulação (fundamentos, iniciativa e efeitos decorrentes). Comissão Permanente de Licitações (constituição e responsabilidade). Contratos administrativos: conceito, características e principais tipos: reajuste de preços: correção monetária: reequilíbrio econômico e financeiro.

Teorias da Administração e Administração Geral. Visão histórica da Administração, o ambiente das organizações, a cultura organizacional, fundamentos do planejamento, Administração de recursos humanos, de materiais, de patrimônio e de serviços: 1 Processo organizacional: planejamento, direção, comunicação, controle e avaliação. 2 Comportamento organizacional: motivação, liderança e desempenho. 3 Princípios e sistemas de administração federal; SIAFI e SICAF. 4. Logística e gerenciamento da Cadeia de Suprimentos, Administração de materiais: material de consumo e material permanente; controle de estoque; operações de almoxarifado. Inventário. Orientação sobre especificações e padronização de material de consumo e material permanente. 5. Sistema de informação, gestão de documentos, noções de arquivologia; classificação dos arquivos e dos documentos; métodos de arquivamento, conservação de documentos; avaliação e destinação de documentos; técnicas modernas de arquivamento com o uso da informática. 6. Correspondência e atos oficiais: princípios da redação oficial; emprego dos pronomes de tratamento; níveis hierárquicos de tratamento; conceitos e modelos de atos oficiais: alvará, ata, certidão, circular, convênio, decreto, despacho, edital, estatuto, memorando, ofício, ordem de serviço, parecer, portaria, regimento, relatório, resolução, requerimento. 7. Conceito de gestão de pessoas; a contribuição da psicologia social; história brasileira das práticas de Recursos Humanos; Modelos de Gestão de Pessoas; Recrutamento, seleção e testes psicológicos; Cargos, salários e benefícios; Aprendizagem, treinamento e desenvolvimento; Avaliação de Performance e Competências; Comunicação e Endomarketing; Qualidade de vida, saúde e ergonomia; Relações e Direito do Trabalho; Consultoria Interna e Externa; Carreira e perfil do gestor de pessoas.

Planejamento Estratégico. Concepção estratégica; O processo estratégico; Intenção estratégica; Diagnóstico estratégico externo; Diagnóstico estratégico da organização; Construção de Cenários; Política de Negócios; Modelos dinâmicos de cooperação e concorrência; Definição de objetivos e formulação das estratégias; Desempenho organizacional; Governança Corporativa e liderança estratégica; Empreendedorismo; Auditoria de Resultados e Avaliação Estratégica.

Sugestões Bibliográficas: CHIAVENATO, Idalberto. Planejamento Estratégico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. NOVAES, A. GALVÃO. Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da cadeia de Suprimentos/Logística Empresarial. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. CHRISTOPHER, Martin. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos: criando redes que agregam valor. São Paulo: Thomson Learning, 2007. CORRÊA, Henrique L. Administração da Produção e Operações – manufatura e serviços: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas, 2008. REZENDE, D. Alcides. Tecnologia de Informação aplicada a sistemas de informação empresariais. São Paulo: Atlas, 2001. Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei Federal nº 8.666/1993. Lei Federal nº 4.320/1964. CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. Rio de Janeiro: Campus, 2000. RIBEIRO, Antônio de Lima. Teorias da Administração. São Paulo: Saraiva, 2010. Brasil. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República / Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. 2ª ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. CHIAVENATO, Idalberto: Administração: teoria, processo e prática. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1985. Lei Orgânica do Município de Maricá, Estatuto dos Funcionários Públicos Civis Municipais (Lei Complementar nº 001 de 09 de maio de 1990) e Decreto nº 158, de 21 de maio de 2018 disponíveis em www.marica.rj.gov.br/concursos.

FISCAL DE POSTURAS E TRANSPORTES

Conteúdo Programático e Sugestões Bibliográficas:

Noções de Direito Administrativo. Conceito, objeto e fontes do Direito Administrativo. Princípios informativos: expressos e implícitos (art. 37 da Constituição Federal e art. 2º da Lei nº 9.784/1999). Administração Pública direta e indireta; desconcentração e descentralização; autarquias, autarquias especiais (agências reguladoras e agências executivas), fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista; consórcios públicos (art. 241 da Constituição Federal). Órgão público: conceito, classificação, competências públicas. Agentes Públicos: classificação; normas constitucionais concernentes aos agentes públicos. Servidor público: cargo, formas de provimento, funções, atribuições, concurso público, acumulação, estabilidade, aposentadoria, sistema constitucional de remuneração,

responsabilidade, direitos e deveres dos servidores públicos. Atos administrativos: conceitos, requisitos, elementos, pressupostos, atributos, classificação, cassação, revogação, anulação e convalidação. Vinculação e discricionariedade, ato administrativo nulo e anulável. Licença, permissão e autorização e demais espécies de ato administrativo. Atos sancionatórios. Infração, sanção e medida administrativas; direito administrativo sancionador. Serviço Público: Disposições constitucionais. Características; Classificação; Titularidade; Princípios; Remuneração; Usuários; Execução do Serviço; novas formas de prestação do serviço. Concessão e Permissão de Serviços Públicos (Lei nº 8.987/95). Poderes Administrativos: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar e poder de polícia. Polícia judiciária e Polícia administrativa. Principais setores de atuação da polícia administrativa. Uso e abuso de poder. Licitação e Contratos administrativos: Lei nº 8.666/93, conceito, natureza jurídica, princípios, modalidades, procedimento, dispensa e inexigibilidade. Contratos administrativos, conceito, espécies, cláusulas, inexecução e extinção do contrato. Responsabilidade civil do Estado. Improbidade administrativa (Lei nº 8429/92). Controle da atividade administrativa: controle interno e externo. Controle de mérito e controle de legalidade. Bens públicos. Intervenção na propriedade. Processo Administrativo (Lei nº 9784/99).

Noções de Direito Constitucional. A Constituição da República Federativa do Brasil. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado. Administração Pública: disposições gerais. Servidores públicos. Da repartição de competências no plano federativo: União, Estado e Município. Tributação e orçamento; Sistema tributário nacional. Tripartição de poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário.

Noções de Direito Urbanístico, Ambiental, Tributário e Penal. Direito urbanístico: Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) e Ordem urbana, instrumentos de política urbana, Plano Diretor, Tutela coletiva à ordem urbanística, Usucapião, Parcelamento do solo urbano (Lei Federal nº 6.766/1979). Direito Ambiental: meio ambiente ecologicamente equilibrado na Constituição Federal, Repartição constitucional de competências, Lei Federal nº 6.938/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente, Lei Federal nº 9.605/1998 – Crimes contra a fauna, flora, o ordenamento urbano, o patrimônio cultural, a administração ambiental e poluição. Direito tributário: tributação e orçamento, princípios gerais, limitações aos poderes de tributar, impostos municipais, repartição das receitas tributárias. Direito Penal: parte geral do Código Penal; parte especial aplicada (crimes contra a Fé pública e contra a Administração Pública praticados por funcionários públicos e praticados por particulares - art. 289 ao 337-A CP); Crimes na Lei nº 8666/93.

Trânsito e Transportes Urbanos: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal no 9.503/1997). Acessibilidade ao transporte, prioridades e gratuidade; Tipos de concessão do transporte público; Controle da operação do transporte público; Custos e Tarifas; Qualidade e eficiência do transporte público urbano; Planejamento e programação da operação; Infraestrutura de trânsito e Transportes; Capacidade dos meios de transportes; Os Problemas de trânsito e Transportes; Mobilidade urbana.

Legislação Específica. Lei Orgânica do Município de Maricá/RJ, promulgada em 05 de abril de 1990, e respectivas Emendas, de 1990 a 2006. Estatuto dos Funcionários Civis Municipais (Lei Complementar nº 001, de 09 de maio de 1990). Plano Diretor do Município de Maricá (Lei Complementar municipal nº 145, de 10 de outubro de 2006). Plano de Diretrizes Urbanísticas de Maricá (Lei complementar municipal nº 157, de 19/03/2007). Lei complementar municipal nº 253, de 12/12/2014 - criação do Órgão Executivo de Trânsito Municipal, sua Autoridade Executiva, as normas de remoção, acautelamento e leilão em hasta pública dos veículos retirados de circulação de acordo com a lei federal nº 9.503/97 e outros. Código de Posturas do Município de Maricá – Lei nº 531, de 24 de dezembro de 1985 disponível em www.marica.rj.gov.br/concursos. Lei Complementar municipal nº 242, de 23 /05/2014 – altera o art. 69 do Código de Posturas de Maricá. Código de Obras do Município de Maricá - Lei Municipal nº 77 de 14 de dezembro de 1978. Lei complementar municipal nº 243, de 10/06/2014 - altera a composição, nomenclatura e atribuições do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Maricá e revoga a Lei Complementar nº 057, de 24 de outubro de 1996.

FISCAL DE OBRAS E MEIO AMBIENTE

Conteúdo Programático: Estruturas: resolução de estruturas isostáticas e hiperestáticas (reações de apoio, esforços, linhas de estado e de influência); dimensionamento e verificação de estabilidade de peças de madeira, metálicas e de concreto armado e protendido; resistência dos materiais. Geologia aplicada à Engenharia Civil, Fundações e Obras de Terra: propriedades e classificação dos solos, movimentos de água no solo, distribuição de pressões no solo, empuxos de terra, exploração do subsolo, sondagem; barragens de terra; fundações superficiais e profundas (estudos de viabilidade e dimensionamento). Hidráulica, Hidrologia e Saneamento Básico: escoamento em condutos forçados e com superfície livre (canais), ciclo hidrológico, recursos hídricos superficiais e subterrâneos, hidrogramas, vazões de enchente, dimensionamento de obras de drenagem rodoviária, sistemas de drenagem pluvial. Materiais de Construção, Tecnologia das Construções e Planejamento e Controle de Obras. Segurança e Manutenção de Edificações. Engenharia Legal. Conservação de Energia. Noções de Segurança do Trabalho. Legislação Ambiental aplicada a Engenharia. Normas Técnicas, fases do projeto, escolha do traçado, projeto geométrico, topografia, desapropriação, terraplanagem, drenagem, obras complementares, sinalização e segurança viária. Pavimentação: Terminologia dos pavimentos: definições, conceitos, objetivos, classificação dos pavimentos, estrutura dos pavimentos rígidos e

flexíveis; Dimensionamento de pavimento flexível: índice, suporte, número equivalente do eixo padrão (N), métodos utilizados; Drenagem dos revestimentos dos pavimentos; Análise de estruturas: Ensaios de estruturas ou elementos estruturais sob carregamentos estáticos e dinâmicos. Ensaios de vigas, pilares e placas de concreto armado, aço e madeira. Análise do comportamento de vigas à flexão e ao cisalhamento. Verificação de pilares à compressão concêntrica e excêntrica. Análise de placas à flexão. Experimental: Ensaios de modelos reduzidos de treliças planas e espaciais, vigas, pilares e placas de concreto armado, aço e madeira sob carregamentos estáticos e dinâmicos; Noções básicas de GIS; Vistoria e emissão de parecer; Sistemas de meio ambiente e instrumentos de gestão ambiental; Espaços especialmente protegidos (Lei nº 9.985/2000 e Decreto regulamentador - grupos e categorias de Unidades de Conservação e Resoluções do CONAMA: 302, 303, 341, 357 e alterações, e 369); Resoluções do CONAMA (Livro); Licenciamento Ambiental (Resolução CONAMA 237); Fiscalização Ambiental. Controle de Emissões Atmosféricas; Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos (Lei Federal nº 9.433/97 e Estadual nº 5.818/98). Código de Obras de Maricá: Lei Municipal nº 77, de 14/12/1978.

Sugestões Bibliográficas: ALFREDINI, Paolo. Obras e Gestão de Portos e Costas. São Paulo, Editora Edgard Blücher, 2005. ANA - Agência Nacional de Águas. Introdução ao Gerenciamento de Recursos Hídricos. 3ª ed. Brasília, 2002. ANA. Plano Nacional de Recursos Hídricos. Volumes 1 a 4 / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos. MMA, 2006. ANA - Agência Nacional de Águas. Conservação e Reuso da água em edificações. 152p. 2005. AÇOMINAS. Galpões em Estruturas Metálicas. SIDEBRAS, 1980. ALVES, José Dafico. Manual de Tecnologia do Concreto. Editora Nobel, 1978. Fusco, Pérciles Brasiliense. Tecnologia do concreto estrutural: tópicos aplicados. AZEREDO, Hélio Alves. O Edifício até sua cobertura. Editora Edgard Blücher Ltda, 1981. AZEVEDO NETTO, J.M. e outros. Manual de Hidráulica. 8ª ed., 3ª reimpressão. São Paulo, Editora Edgard Blücher, 2003. BRAILLE, P. Marcio e outros. Manual de Tratamento de Águas Residuais Industriais. São Paulo, CETESB, 1990. BRASIL, H. Vinagre. Máquinas de Levantamento. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1992. BRUUN, Per. Port Engineering. 5ª ed. Gulf Publishing Company, Huston, London, Paris e Tokio, 1991. CAPUTO, Homero Pinto. Mecânica dos solos e suas aplicações. Vols. I a IV. Livros Técnicos e Científicos Editora S/A, 1977. CAPUTO, H. Pinto. Mecânica dos Solos. vol 1 e vol 2. Rio de Janeiro, LTC, 2001. CARDÃO, Celso. Técnica da Construção. Editora Engenharia e Arquitetura, 1976. CARVALHO, Manoel Pacheco de. Curso de Estradas. Editora Científica S/A, 1972. CHAVES, Rego. Terraplanagem Mecanizada. Rio de Janeiro, Editora LTC, 1999. CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Legislação Básica do CONAMA. Brasília, SEMA, 1988b. CREDER, Hélio. Instalações Elétricas. Livros Técnicos e Científicos Editora S/A, 2007. CREDER, Hélio. Instalações Hidráulicas e Sanitárias. Livros Técnicos e Científicos Editora S/A, 1974. CREDER, Hélio. Instalações Hidráulicas. 10 ed. Rio de Janeiro, Editora LTC, 2001. Senço, Wlastermiler. Manual de técnicas de pavimentação, volume II. Pini, 2001. MATTOS, Aldo Dórea. Planejamento e controle de obras. Pini. 2010. BERNUCCI, Liedi Bariani. Pavimentação asfáltica: formação básica para engenheiros. 2006. DNER. Manual de Hidrologia Básica para Estruturas de Drenagem do D.N.E.R. Governo Federal, Brasília, 1990. DNER. Instruções para a Fiscalização de Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos no Âmbito Nacional. Ministério dos Transportes, Instituto de Pesquisas Rodoviárias, 2000. Outras Normas de Transporte Rodoviário do DNER. FONSECA, Maurílio M. A Arte Naval. volumes I e II. Serviço de Documentação Geral da Marinha, 5ª ed. 1990. FOX & MCDONALD, Robert W. & ALAN, T. Introdução à Mecânica dos Fluidos. Rio de Janeiro, LTC Editora, 1998. GORDINHO, M. Cintra. Transportes no Brasil. Editora Marca D'Água, 2005. GOULARTI FILHO, Alcides. Melhoramentos, reaparelhamentos e modernização dos portos brasileiros: a longa e constante espera. Economia e Sociedade, Campinas, vol 16, nº 3 (31), p. 455-489, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n3/07.pdf>. GUEDES, Milber Fernandes. Caderno de Encargos Editora PINI, São Paulo, 2004. IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal - Aterros Sanitários. Rio de Janeiro, 1999. IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas. Lixo municipal: Manual de gerenciamento integrado. São Paulo, CEMPRE/IPT, 2000. LACERDA, Sander Magalhães. Navegação e Portos no Transporte de Contêineres Navegação e Portos no Transporte de Contêineres. LINSLEY, Ray K. & FRANZINI, Joseph B. Engenharia de Recursos Hídricos. EUSP/Editora McGraw-Hill do Brasil, 1990. IBAM. Manual de Limpeza Pública. Rio de Janeiro. MACINTYRE, A. J. Instalações Hidráulicas. Editora Guanabara, 1988. MACINTYRE, A. Joseph. Bombas e Estações de Bombeamento. Rio de Janeiro, Editora Guanabara Dois, 1995. MACINTYRE, A. Joseph. Máquinas Motrizes Hidráulicas. Rio de Janeiro, Editora Guanabara Dois, 1990. MACINTYRE, A. Joseph. Instalações Hidráulicas Prediais e Industriais. 4ª ed. Rio de Janeiro, Editora LTC, 2000. MASON, Jayme. Obras Portuárias. Editora Campus – PORTOBRÁS, 1981. MELLO, José Carlos. Planejamento dos Transportes. Editora McGraw-Hill do Brasil, 1975. MICHELIN, Renato G. Drenagem superficial e subterrânea de estradas, Porto Alegre, Editora Multibri, 1985. MOTA, S. Introdução à Engenharia Ambiental. Rio de Janeiro, ABEA, 1999. NBR 5410 (Instalações elétricas), NBR 8160 (Instalações Sanitárias), NBR 10844 (Águas Pluviais), NBR 5626 (Água Fria), NBR 7198 (Água Quente), NBR 13714 (Combate a Incêndio), NBR 10844/89 (Águas Pluviais - edificações e pequenos pátios), NBR12.214 - (Projeto de Sistema de Bombeamento de Água para Abastecimento Público) etc. NORMAS TÉCNICAS DA ABNT. PESSOA, C. Arruda, e outros. Gribbin, John E. Introdução à Hidráulica e Gestão de Águas Pluviais. 3ª ed. Cengage Learning. 2009.494 p. Spiro, Thomas G.; Stigliani, William M. Química Ambiental – 2ª ed. Person Prentice Hall. 2009. 334 p. Ervim

Lenzi; Luzia Otilia Bortotti Favero. Introdução à Química da Atmosfera - Ciência, Vida e Sobrevivência. LTC. 2009. 465 p. Tratamento de Esgotos Domésticos. 4ª ed. Rio de Janeiro, ABES, 1995, vol 1. PETRUCCI, Eládio G. Concreto de Cimento Portland. Editora Globo, 1979. PETRUCCI, Eládio G. Materiais de Construção. Editora Globo, 1975. PFEIL, Walter. Concreto Protendido. Livros Técnicos e Científicos Editora S/A, 1980. PFEIL, Walter. Estruturas de Madeira. Livros Técnicos e Científicos Editora S/A, 1984. PFEIL, Walter. Estruturas de Aço. Livros Técnicos e Científicos Editora S/A, 1983. PFEIL, Walter. Pontes em Concreto Armado. Livros Técnicos e Científicos Editora S/A, 1979. ROCHA, Anderson Moreira da. Concreto Armado. Vols. I a IV. Editora Nobel, 1986. SOUZA PINTO, N. Luiz e Outros. Vazão de Dimensionamento de Bueiros. Instituto de Pesquisas Rodoviárias, 1985. SUSSEKIND, José Carlos. Curso de Concreto. Vols. I e II. Editora Globo, 1985. SUSSEKIND, José Carlos. Curso de Análise Estrutural. Vols. I a III. Editora Globo, 1983. TIMOSHENKO. Resistência dos Materiais, vols. I e II. Livros Técnicos e Científicos Editora S/A., 1977. CHING, Francis D. K. Dicionário Visual de Arquitetura. Editora Martins Fontes, São Paulo, 2000. REIS, L. Santos; DE BOSCOLI, Galba. A Engenharia Portuária no Brasil. Concic Engenharia S.A., Salvador, 1990. RIPPER, Ernesto. Manual Prático de Materiais de Construção. Editora Pini, São Paulo, 1995. PINTO, Luiz Edmundo Kruschewsky. Curso de Topografia. Salvador, BA. Centro Editorial e Didático da UFBA, 1988. SETTI, Arnaldo Augusto; LIMA, Jorge Enoch Furquim Werneck; CHAVES, Adriana Goreti de Miranda; PEREIRA, Isabel de Castro. Introdução ao gerenciamento de recursos hídricos. 3ª ed. Brasília: ANEEL, ANA, 2002. SOUZA, Roberto de e MECKBEKIAN, Geraldo. Qualidade na Aquisição de Materiais e Execução de Obras. Editora Pini/CTE - Centro de Tecnologia das Edificações, São Paulo, 1997. THOMAZ, Ercio. Tecnologia, Gerenciamento e Qualidade na Construção. Editora PINI, São Paulo, 2005. TIMOSHENKO, S. P. Resistência dos Materiais. Livros Técnicos e Científicos. TISAKA, Maçahico. Orçamento na Construção Civil – Consultoria, Projeto e Execução. Editora Pini, São Paulo, 2006. TUCCI, C. E. M. Hidrologia: Ciência e aplicação. Porto Alegre: Editora da Universidade, ABRH, 1993. VILLELA, Swami Marcondes; MATTOS, Arthur. Hidrologia Aplicada. McGraw-Hill, 1975. Leis, Portarias Resoluções etc.: Resoluções do Conama (Livro); LEI nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, etc. NRs do Ministério do Trabalho - Algumas: NR5 - Obras Construção Civil; NR6 - Equipamentos de Proteção Individual; NR11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais; NR18 - Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria de Construção; Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria de Construção; NR 15 - Atividades e Operações Insalubres. Código de Obras do Município de Maricá - Lei Municipal nº 77 de 14 de dezembro de 1978. Lei complementar municipal nº 243, de 10/06/2014 - altera a composição, nomenclatura e atribuições do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Maricá e revoga a Lei Complementar nº 057, de 24 de outubro de 1996.

TÉCNICO DE APOIO AO CONTROLE INTERNO

Conteúdo Programático:

Administração Pública. O Estado: poderes e funções, função administrativa e federação. Administração Pública: órgãos públicos e agentes públicos. Princípio da Administração Pública: princípios expressos e reconhecidos, modelos teóricos de administração pública. Controle da Administração Pública: Ministério Público, CNMP e CNJ. Classificação e Conceitos dos Controles Quanto: a origem, ao momento, ao aspecto, à amplitude e aos órgãos. Poderes e Deveres do Administrador Público. Ato Administrativo: conceito, elementos, objeto, forma, motivo, finalidade, características, classificação, espécies, extinção, anulação e revogação. Contratos Administrativos: conceito, características, espécies, duração, prorrogação, renovação, cláusulas e convênios administrativos. Políticas Públicas: conceitos, características e classificação. Licitação: conceito, objetivo, princípios, dispensa de licitação, inexigibilidade, modalidades de licitação e pregão. Serviço Público: conceito, classificação, titularidade e princípios. Administração Direta e Indireta: conceito, natureza da função, abrangência e composição. Lei da Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92). Lei Orgânica do Município de Maricá, de 3ª ed – Atualizada até a emenda nº 45, de 02 de maio de 2018.

Direito Constitucional. Princípios fundamentais da Constituição da República: dos Direitos e Garantias Fundamentais. Da Organização do Estado (Art. 18 a 31). Da Administração Pública (Art. 37 e 38). Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (Art. 70 a 75). Do Ministério Público (Art. 127 a 130-A). Da Tributação e do Orçamento (Art. 145 a 149-A). Das Limitações do Poder de Tributar (Art. 150 a 152). Dos Impostos dos Municípios (Art. 156). Da Repartição das Receitas Tributárias (Art. 157 a 161). Das Finanças Públicas (Art. 163 a 169). Da Política Urbana (Art. 182 a 183).

Administração Pública Financeira e Orçamentária. Orçamento Público: conceitos, princípios, elaboração, diretrizes, exercício financeiro, restos a pagar e créditos adicionais. Leis Orçamentárias: LDO e LOA. PPA. Estrutura Programática: atividade, projeto e operações especiais. Despesas Públicas: conceitos, classificação, etapas, execução da despesa, despesas de exercício anteriores. Receita Pública: conceito, classificação, origem, etapas e realização da receita. Lei de responsabilidade fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000). Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Decreto nº 158, de 21 de maio de 2018, da Prefeitura Municipal de Maricá.

Sugestões Bibliográficas:

PALUDO, A, Administração Pública, Editora Elsevier. SANABIO, M.T.; SANTOS, G.J.; DAVID, M.V., Administração Pública Contemporânea: Política, Democracia e Gestão – Editora UFJF. RIBEIRO, O.M., Contabilidade Geral Fácil, Editora Saraiva. ARAÚJO, I.; ARRUDA, D., Contabilidade Pública, Editora Saraiva. HADDAD, R.C.; MOTA, F.G.L; Contabilidade Pública, da Teoria à Prática, CAPES/UAB/MEC. BORBA, C.; Direito Tributário, Editora Método. FIRMINO, G.; Direito Tributário, Editora Ferreira. RICARDO ALEXANDRE; Direito Tributário, Editora Juspodivm. SANTOS, C.S.; Introdução à Gestão Pública, Editora Saraiva. CARVALHO FILHO, J.S.; Manual do Direito Administrativo, Editora Atlas S.A. SABBAG, E.; Manual de Direito Tributário, Editora Saraiva. CARVALHO, D.; CECCATO, M.; Manual Completo de Contabilidade Pública, Editora Impetus.

Constituição Federal, de 05 de outubro de 1998

Decreto nº 158, de 21 de maio de 2018, da Prefeitura Municipal de Maricá

Lei nº 910, de 14 de dezembro de 1990 – Código Tributário do Município de Maricá

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Lei das S/A

Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992 – “Lei da Improbidade Administrativa.”

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – “Lei das Licitações.”

Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – “Lei de responsabilidade fiscal”

Lei Orgânica do Município de Maricá, 3ª Edição – Atualizada até a emenda nº 45, de 02 de maio de 2018

Lei de Diretrizes Orçamentárias - (LDO) – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

Lei Orçamentária Anual (LOA) – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

Manual Técnico de Orçamento (MTO) – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

Manual de Contabilidade Pública, aplicada ao Setor Público, da Secretaria de Tesouro Nacional

Manual de Contabilidade Societária. Editora Atlas – 3ª Edição

Plano Plurianual (PPA) – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.180/09

Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.292/10

Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.303/10

Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.374/11

2 – NÍVEL SUPERIOR

2.1 – Tópicos

LÍNGUA PORTUGUESA (Para todos os cargos que exigem tal Tópico, conforme o quadro do subitem 6.1)

Conteúdo Programático: Interpretação de textos, com domínio de relações discursivas, semânticas e morfossintáticas. Tipos textuais: narrativo, descritivo, argumentativo e injuntivo. Gêneros discursivos. Coesão e coerência textual. Valor dos conectivos. Usos dos pronomes. Semântica: sinonímia, polissemia, homonímia, hiperonímia, hiponímia. Figuras de linguagem: hipérbole, metáfora, metonímia, personificação e outros. Estrutura e formação de palavras: composição, derivação e outros processos. Flexão nominal e verbal. Emprego de tempos e modos verbais. Classes de palavras. Regência nominal e verbal. Concordância nominal e verbal. Estruturação de períodos: coordenação, subordinação e correlação. Pontuação. Variação linguística. Ortografia vigente.

Sugestões Bibliográficas: ABREU, Antônio Suarez. Curso de Redação. 11ª ed. São Paulo: Ática, 2001. AZEREDO, José Carlos. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. 3ª ed. São Paulo: Publifolha, 2013 (reimpressão da 3ª ed. de 2010). CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.

LITERATURA BRASILEIRA (Para Docente I – Língua Portuguesa)

Conteúdo Programático: A literatura no período colonial. Poesia e prosa românticas. A ficção realista e naturalista. Parnasianismo e Simbolismo. Pré-Modernismo. As distintas fases do Modernismo. Literatura brasileira contemporânea. Gêneros literários. Figuras de linguagem. Versificação. Análise de textos literários em sua relação com a cultura e a história do Brasil.

Sugestões Bibliográficas: BOSI, A. História Concisa da Literatura Brasileira. São Paulo: Cultrix, 1988. CÂNDIDO, A. Formação da Literatura Brasileira. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. SODRÉ, N.W. História da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988. RESENDE, B. Contemporâneos: Expressões da Literatura Brasileira no Século XXI. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008. SCHOLLHAMMER, K.E. Ficção Brasileira Contemporânea. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RACIOCÍNIO LÓGICO (Para todos os cargos que exigem tal Tópico, conforme o quadro do subitem 6.1)
Conteúdo Programático: Noções de Cálculo Proposicional: proposições simples e compostas, tabelas verdade, conectivos, leis de negação, implicação lógica, equivalência lógica, quantificadores; Argumentação Lógica; Sequências Lógicas e leis de formação (verbais, numéricas, geométricas); Teoria dos conjuntos (simbologia, operações e diagramas de Venn-Euler); Proporções, Regras de Três Simples e Composta; Regra de Sociedade. Análise Combinatória: Aplicações do Princípio Fundamental da Contagem e do Princípio da Casa dos Pombos; Noções de probabilidades (definições, propriedades, problemas).

Sugestões Bibliográficas: SÁ, I. P de. Raciocínio Lógico Concursos Públicos e Formação de Professores. Ed. Ciência Moderna, 2008. CARVALHO, S e CAMPOS, W. Raciocínio Lógico Simplificado, Vols. 1 e 2. Ed. Elsevier, 2010. MORGADO, A.C e CÉSAR, B. Raciocínio Lógico Quantitativo. Ed. Elsevier, 2008. COPI, I, M. Introdução à Lógica. Ed. Mestre Jou, 1981. ALENCAR FILHO, E. Iniciação à Lógica Matemática. Ed. Nobel, 2003.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA (Para todos os cargos que exigem tal Tópico, conforme o quadro do subitem 6.1)

Conteúdo Programático: Noções de informática: conceitos. Componentes dos sistemas de computação: Hardware e software. Software Básico, software utilitário e software aplicativo e software livre: conceitos. Rede de computadores (cabeadas e wireless) e equipamentos de conectividade: conceitos e aplicações. Conceitos, funções e aplicações de intranet e Internet. Tipos e características dos navegadores e dispositivos móveis. Conceitos sobre tecnologias e ferramentas de colaboração, computação na nuvem, correio eletrônico e webmail, grupos de discussão, fóruns, wikis e redes sociais. Sistema Operacional Windows 7/8.1(Português), Linux e LibreOffice 5.3.7 (Português): Conceitos, interface, comandos, funções, recursos e usabilidade. Editor de texto MS Word 2007/2010/2013/2016 (Português): conceitos, comandos, recursos e usabilidade. Planilha eletrônica MS Excel 2007/2010/2013/2016 (Português): conceitos, comandos, recursos e usabilidade: interface, bancos de dados, criação de planilhas, referências a células, cópia lógica, uso de fórmulas e funções, modelos, geração de gráficos, formatação de células e impressão. Redes de computadores e Internet: Conceitos, tecnologias, ferramentas, aplicativos e serviços. Segurança da Informação: Conceitos, princípios, problemas, ameaças, ataques. Backup e antivírus.

Sugestões Bibliográficas: CARMONA, T. Guia Técnico de Redes de Computadores. Digerati Books, 2008. CARVALHO, João Antônio. Noções de Informática para Concursos. Ed. Campus, 2ª ed, 2ª tiragem, 2013. COSTA, R.; ÁQUILA, R. Informática Básica, Ed. Impetus, 2009. FARIAS, P. Curso Essencial de Redes. Digerati, 2006. FEDELI, R.; POLLONI, E.; PERES, F. Introdução à Ciência da Computação. Ed. Cengage Learning, 2010. FERREIRA, R. Linux Guia do Administrador do Sistema. Ed. Novatec, 2003. FURGERI, S. Redes Teoria e Prática. Ed. Komedi, 2007. GUESSE, A.; ABDALLA, S. Informática para Concursos Públicos. Ed. Saraiva, 2013. GUILHEN, B.; NASCIMENTO, R. Informática. Ed. Saraiva, 2013. GUIAS e MANUAIS DE DOCUMENTAÇÃO DO LIBREOFFICE. Disponível em <https://documentation.libreoffice.org/pt-br/portugues/>. Acesso em: 15 dez. 2017. HELP/AJUDA do Windows 7/8.1BR e pacotes MSOffice 2007/2010/2013/2016 BR. MAGGIO, A. Informática para Concursos. Ed. Ciência Moderna, 2011. MAGRIN, M. Linux Guia do Profissional. Digerati Books, 2006. MARÇULA, M.; FILHO, P. Informática Conceitos e Aplicações. Ed. Érica, 3ª ed, 2008. MIYAGUSKU, R. Informática passo a passo para concursos públicos. Digerati Books, 2008. MONTEIRO, E.; MATOS, L. Informática Essencial para Provas e Concursos. Ed. Alumnus, 2012. MORAZ, Eduardo. Curso Essencial de Hardware. Digerati Books, 2006. OLIVEIRA, S.; GAMEZ, L.; PUPO, R.; DILERMANO Jr. TURBAN, E.; VOLONINO, L. Tecnologia da Informação para Gestão. Ed. Bookman, 8ª ed, 2013. VELLOSO, Fernando de Castro. Informática - Conceitos Básicos. Ed. Campus, 2ª reimpressão, 2004. SILVA, Y. Windows 7. Editora Komedi, 2010.

2.2 – Conteúdos Programáticos e Sugestões Bibliográficas para cada cargo.

DOCENTE I – ARTES

Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos: História e crítica da arte e processos de criação artística. Ensino de arte e diferentes metodologias articuladas a questões de currículo, avaliação, gênero, etnia e educação especial. Temas contemporâneos nas diferentes linguagens artísticas: artes visuais, música, teatro e dança.

Sugestões Bibliográficas: ANDRIES, André (org.). Caderno de Textos 3: Educação, Arte, Inclusão. RJ: Programa Arte sem Barreiras / FUNARTE, 2003. BARBOSA, Ana Mae (org.). Ensino da arte: memória e história. SP: Perspectiva, 2008. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais (5ª a 8ª séries): Arte / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC /SEF, 1998. BOAL, Augusto. A estética do oprimido. RJ: Garamond, 2009. CONDURU, Roberto. Arte afro-Brasileira. Belo Horizonte: C/ Arte, 2007. COSTA, Mauro Sá Rego. Rádio, arte e política. Rio de Janeiro: EdUERJ,

2013.FEIST, Hildegard. Pequena viagem pelo mundo da arte. 2ª ed. SP: Moderna, 2003. GULLAR, Ferreira. Argumentação contra a morte da arte. 7ª ed. RJ: Revan, 1999. HERNANDEZ, Fernando. Catadores da cultura visual: transformando fragmentos em nova narrativa educacional. Tradução: Ana Duarte. Porto Alegre: Mediação, 2007. LAGROU, Els. Arte indígena no Brasil. Belo Horizonte: C/ Arte, 2009. MARQUES, Isabel. Linguagem e dança. São Paulo: Digitexto, 2010. MARTINS, Mirian Celeste Martins; PICOSQUE, Gisa Picosque; GUERRA, Maria Terezinha Telles Didática do ensino da arte: poetizar, fruir e conhecer arte. São Paulo: FTD, 1998. OSTROWER, Fayga. Criatividade e processos de criação. 16ª edição. Editora Vozes: Petrópolis, 2002. PAGLIA, Camile. Imagens cintilantes: uma viagem através da arte desde o Egito a Star Wars. Tradução: Roberto Leal Ferreira. 1ª ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014. TINHORÃO, José Ramos. Música popular: um tema em debate. 3ª ed. SP: Editora 34, 1997.

Conteúdo Programático da Prova Dissertativa: Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Instrução Normativa PMM/SME, nº 001 de 26/01/2018: dispõe sobre as Diretrizes Pedagógicas Operacionais da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo de 2018. Regimento Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Maricá. Resolução PMM/SME nº 04/2018: altera a Resolução PMM/SME nº 003/2014. Programa de Aceleração de Estudo (PAE), para estudantes com distorção idade e ano de escolaridade no Ensino Fundamental. Resolução PMM/SME nº 10 de 04/07/2018.

Sugestões Bibliográficas:

1. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf (da página 1 até a página 60)
2. Instrução Normativa PMM/SME, nº 01 de 26/01/2018: dispõe sobre as Diretrizes Pedagógicas Operacionais da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo de 2018. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>
3. Regimento Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Maricá. Resolução PMM/SME nº 04/2018: altera a Resolução PMM/SME nº 003/2014. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>
4. Programa de Aceleração de Estudo (PAE), para estudantes com distorção idade e ano de escolaridade no Ensino Fundamental. Resolução PMM/SME nº 10 de 04/07/2018. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>

DOCENTE I - CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS

Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos: O UNIVERSO - origem; astros, o Sistema Solar, o sol como fonte de energia; movimentos da terra e da lua e suas consequências. CONSERVAÇÃO E MANEJO DOS SOLOS - origem e estrutura da Terra; rochas: origem, tipos, composição e processos de modificação; solos: formação, fertilidade e técnicas de conservação; doenças relacionadas com o solo; combustíveis fósseis. AR ATMOSFÉRICO - composição; relações com os seres vivos; poluição do ar; doenças transmissíveis pelo ar; pressão atmosférica e suas variações; ventos; noções básicas de meteorologia. ÁGUA - propriedades físicas e químicas; ciclo da água; relações com os seres vivos; pressão na água; flutuação dos corpos; vasos comunicantes; poluição da água; purificação da água; doenças de veiculação hídrica; tratamento de água e esgoto. ECOLOGIA - conceitos ecológicos; ciclos biogeoquímicos; estudo das populações; sucessão ecológica; interações; cadeias, teias e pirâmides ecológicas; relações entre os seres vivos; a vida nos ecossistemas brasileiros; reciclagem; energias alternativas; poluição e desequilíbrio ecológico. EVOLUÇÃO DOS SERES VIVOS - fósseis como evidências da evolução; Lamarck, Darwin, neodarwinismo; mutação e seleção natural. DIVERSIDADE DE VIDA - Estudo da célula (características, propriedades físicas e químicas; membrana, citoplasma, núcleo e organelas; atividades celulares; reprodução e desenvolvimento). Classificação dos Seres Vivos (cinco Reinos): classificação e caracterização geral (filos, classes, ordens, famílias, gêneros e espécies); funções vitais; adaptações ao ambiente e representantes mais característicos. Os Vírus. A DINÂMICA DO CORPO HUMANO - origem e evolução do homem; anatomia e fisiologia humanas; doenças carenciais e parasitárias; saúde preventiva. SEXUALIDADE - reprodução humana: características e ação hormonal, métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis, mudanças na adolescência. FUNDAMENTOS DE GENÉTICA - leis de Mendel; polialelia; grupos sanguíneos; sexo e herança genética; anomalias cromossômicas; interação gênica. INTERAÇÕES COM OS ESTÍMULOS DO AMBIENTE - drogas e sistema nervoso, luz e visão, produzindo e percebendo os sons. FUNDAMENTOS DE QUÍMICA: substâncias e suas propriedades; reações químicas; modelos atômicos: Dalton, Thomson, Rutherford e Bohr; número atômico, número de massa; elementos químicos; isótopos, isóbaros, isótonos; Tabela Periódica: classificação atual dos elementos, família e período; configuração eletrônica: introdução à regra do octeto; ligação iônica, características dos compostos iônicos; ligação covalente; substâncias puras simples e compostas; fórmulas químicas; misturas e combinações; métodos de separação de misturas; funções químicas; pH. FUNDAMENTOS DA FÍSICA: estados físicos da matéria e mudanças de estado; força, movimentos; gravidade, massa e peso; formas de energia e suas transformações; obtenção e transferências de energia pelos seres vivos; trabalho e potência; máquinas simples; espelhos e lentes; calor e termodinâmica; eletricidade e magnetismo. O ENSINO DE CIÊNCIAS: aspectos históricos e legais; alfabetização científica e cidadania; relação ciência

e tecnologia; interdisciplinaridade; experimentação e demais estratégias metodológicas; avaliação da aprendizagem.

Sugestões Bibliográficas: AMABIS e MARTHO. *Biologia* – vols. 1, 2 e 3. São Paulo: Moderna, 2015. BARNES, e outros. *Os invertebrados, uma nova síntese*. Atheneu, 1995. CAMPBELL, N. e REECE, J.B. - *Biologia*. 8ª ed. Artmed, 2010. DE ROBERTIS, E.M.F.; HIB, J. De Robertis – *Bases da Biologia Celular e Molecular*. 4ª ed., Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2006. GEWANDSZNAJDER, Fernando, *Projeto Teláris: Ciências* (4 volumes para 6º ao 9º ano). – 1ª ed. – São Paulo: Ática, 2015. JUNQUEIRA, L.C. *Histologia básica*. Guanabara Koogan, 1999. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, MEC/SEF, 1998. MOURÃO, R. Rogério. *Manual do Astrônomo*. Zahar ed. ODUM, Eugene. *Ecologia*. Ed. Guanabara. ORR, R. *Biologia dos vertebrados*. Ed. Universitária. Roca, 1996. OSORIO, T.C. (Editora responsável). *Projeto Universos. Ciências 2ª ed* (4 volumes para 6º ao 9º ano). São Paulo: Edições SM, 2012. PURVES, W.K et ali. *Vida: a ciência da biologia*. Vols. I, II e III. Artmed. RAMALHO JUNIOR, F., NICOLAU, G.F. e SOARES, P.A.T. *Os Fundamentos da Física*. 8ª ed. São Paulo: Moderna, 2006. SANTOS, W.L.P. dos (coord.) – *Química e Sociedade, Volume Único*. São Paulo: Nova Geração, 2008. USBERCO, João; Salvador, Edgard. *Química Geral*. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006. CARVALHO, Anna Maria Pessoa (org.). *Ensino de Ciências: unindo a pesquisa e a prática*. São Paulo: Pioneira Thompson, 2004. GRUPO APEC: *Ação e Pesquisa no Ensino de Ciências*. Por um currículo de Ciências para as necessidades de nosso tempo. *Revista Presença Pedagógica*, Belo Horizonte: Dimensão, maio/jun. 2003. CACHAPUZ, A., GIL-PEREZ, D., CARVALHO, A.M.P., PRAIA, J. E VILCHES, A. *A Necessária Renovação do Ensino das Ciências*. São Paulo: Editora Cortez, 2005. CHASSOT, A. *Alfabetização Científica: uma possibilidade de inclusão social*. In: *Revista Brasileira de Educação*. Número 22. Jan/fev. Mar/abr de 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n22/n22a09.pdf> Acessado em agosto de 2010. KRASILCHIK, M., MARANDINO, M. *Ensino de Ciências e Cidadania*. São Paulo: Editora Moderna Ltda, 2004. DELIZOICÓV, D.; ANGOTTI, J.A. & PERNAMBUCO, M. *Ensino de Ciências: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2002. BRASIL. LDBEN 9394/96. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental*. Brasília: MEC, SEF, 1998. _____. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Brasília, DF, 2013.

Conteúdo Programático da Prova Dissertativa: Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Instrução Normativa PMM/SME, nº 001 de 26/01/2018: dispõe sobre as Diretrizes Pedagógicas Operacionais da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo de 2018. Regimento Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Maricá. Resolução PMM/SME nº 04/2018: altera a Resolução PMM/SME nº 003/2014. Programa de Aceleração de Estudo (PAE), para estudantes com distorção idade e ano de escolaridade no Ensino Fundamental. Resolução PMM/SME nº 10 de 04/07/2018.

Sugestões Bibliográficas:

1. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf (da página 1 até a página 60)
2. Instrução Normativa PMM/SME, nº 01 de 26/01/2018: dispõe sobre as Diretrizes Pedagógicas Operacionais da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo de 2018. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>
3. Regimento Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Maricá. Resolução PMM/SME nº 04/2018: altera a Resolução PMM/SME nº 003/2014. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>
4. Programa de Aceleração de Estudo (PAE), para estudantes com distorção idade e ano de escolaridade no Ensino Fundamental. Resolução PMM/SME nº 10 de 04/07/2018. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>

DOCENTE I - EDUCAÇÃO FÍSICA

Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos: Fundamentos didático-pedagógicos da Educação Física na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida. Crescimento e desenvolvimento. Aspectos da aprendizagem motora. História da Educação Física. Princípios Gerais para Prescrição de Exercícios. Biomecânica. Fisiologia do exercício. Avaliação Morfofuncional. A Educação Física, parâmetros curriculares e diretrizes nacionais. As novas tendências da Educação Física. O processo ensino-aprendizagem em Educação Física Escolar.

Sugestões Bibliográficas: ACSM. *Diretrizes do ACSM - testes de esforço e sua prescrição*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Kooga, 2014. LOPES, A.L., RIBEIRO, G.S. *Antropometria Aplicada à Saúde e ao Desempenho Esportivo*. São Paulo: Rubio, 2014. PETROSKI, E.L. *Antropometria: Técnicas e Padronizações*. 2ª Ed. Porto Alegre: E.L Petroski, 2003. POLLOCK, Michael L. *Exercícios na Saúde e na Doença*. Rio de Janeiro: Editora Medsi, 1996. MCARDLE, W.; KATCH, F.; KATCH, V. *Fisiologia do Exercício: energia, nutrição e desempenho humano*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. THOMAS, J. R. E NELSON, J. K. *Métodos de Pesquisa em Educação Física*. 6ª ed. São Paulo: Artmed, 2012. FREIRE, P. *Pedagogia da Esperança: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. São Paulo:

Paz e Terra, 1994. TUBINO, M. 500 anos de Legislação Esportiva Brasileira – do Brasil-colônia ao início do século XXI. MALINA E BOUCHARD. Atividade Física do atleta jovem: do crescimento à maturação. São Paulo: Roca, 2002. HALL, S. J. Biomecânica Básica. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Parâmetros Curriculares Nacionais: Conselho Nacional de Educação. Crescimento, desenvolvimento e maturação - Cadernos de Referência de Esporte vol 3. Fundação Vale, UNESCO, 2013.

Conteúdo Programático da Prova Dissertativa: Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Instrução Normativa PMM/SME, nº 001 de 26/01/2018: dispõe sobre as Diretrizes Pedagógicas Operacionais da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo de 2018. Regimento Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Maricá. Resolução PMM/SME nº 04/2018: altera a Resolução PMM/SME nº 003/2014. Programa de Aceleração de Estudo (PAE), para estudantes com distorção idade e ano de escolaridade no Ensino Fundamental. Resolução PMM/SME nº 10 de 04/07/2018.

Sugestões Bibliográficas:

1. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf (da página 1 até a página 60)
2. Instrução Normativa PMM/SME, nº 01 de 26/01/2018: dispõe sobre as Diretrizes Pedagógicas Operacionais da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo de 2018. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>
3. Regimento Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Maricá. Resolução PMM/SME nº 04/2018: altera a Resolução PMM/SME nº 003/2014. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>
4. Programa de Aceleração de Estudo (PAE), para estudantes com distorção idade e ano de escolaridade no Ensino Fundamental. Resolução PMM/SME nº 10 de 04/07/2018. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>

DOCENTE I – GEOGRAFIA

Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos: Categorias analíticas, conceitos e teorias básicas da Geografia. Correntes do pensamento geográfico. Questões metodológicas da Geografia. A educação geográfica no Ensino Fundamental. O papel da Geografia no contexto dos PCNs. A relevância do ensino de Geografia na sociedade contemporânea e na formação cidadã. O currículo de Geografia. Cartografia e as novas tecnologias aplicadas ao ensino de Geografia na era da informação. Sistemas de informações geográficas. Ciberespaço. Geoprocessamento e sensoriamento remoto. Tipos de mapas, convenções, escalas e visões do mundo. Projeções cartográficas e distorções. Caráter ideológico das representações do mundo. Sistema de coordenadas geográficas. Fusos horários. Os processos e dinâmicas naturais (geológicos, geomorfológicos, pedológicos, hidrológicos e climato-botânicos). Paisagens e formas espaciais resultantes e interações. Estrutura interna e externa da Terra. Estrutura geológica brasileira. Características, processos e impactos ambientais dos/nos domínios morfoclimáticos brasileiros. Unidades de conservação ambiental, Reservas Legais, Áreas de Proteção Ambiental e Permanente (APAs e APPs). A questão ambiental. Os discursos da “sustentabilidade”. Processos de interações sociedade-natureza. Problemas ambientais em diferentes escalas e dimensões. Conferências e resoluções sobre questões ambientais. Aproveitamento econômico e gestão dos recursos naturais. Exploração dos recursos minerais no mundo. Questão hídrica no Brasil. Fontes energéticas. Estrutura energética brasileira. Fontes alternativas de energia. Geopolítica do petróleo. Exploração do pré-sal no Brasil. Geografia dos transportes brasileira: tipos, qualidade, distribuição espacial e problemas. Formação territorial brasileira. Estado, nação, povo, poder e soberania nacional. Fronteiras e limites brasileiros. Amazônia Azul. Regionalizações do Brasil. Complexos regionais (Amazônia, Nordeste e Centro-Sul). Programas de incentivo ao desenvolvimento regional no Brasil. Formação demográfica brasileira. Estrutura populacional brasileira. Padrões demográficos e condições socioeconômicas no mundo. Distribuição espacial da população no Brasil. Dinâmica do crescimento demográfico. Movimentos populacionais e redes migratórias no Brasil e no mundo contemporâneo. Migrações internas e externas. Movimentos pendulares. Questões étnicas e de gênero no mercado de trabalho. Trabalho e renda. Desigualdades socioeconômicas. Setores da economia e atividades econômicas. Tipos de desemprego. Teorias demográficas. Dados do Censo de 2010 e das últimas PNADs. Políticas migratórias do mundo atual. Fluxos de refugiados e de deslocados. Fechamento de fronteiras. Xenofobia. Terrorismo. Geografia do turismo global. Produção industrial brasileira e gestão territorial. Organização do espaço produtivo industrial no Brasil e no mundo. Industrialização brasileira e outros modelos de industrialização pelo mundo. Concentração e desconcentração industrial no Brasil. Revoluções industriais. Sistemas de produção industrial (taylorista, fordista e toyotista). Classificação das indústrias. Fatores locais. Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional. Espaço urbano brasileiro. Critério de definição de cidade. Processo de urbanização brasileiro em comparação com processos em outros países. Urbanização em países centrais e em países (semi)periféricos do capitalismo. Tendências urbanas atuais. Organização espacial interna das cidades. Rumos da cidade e da cidadania. Rede urbana e hierarquia urbana no Brasil. Agentes produtores do espaço urbano. Problemas sociais e ambientais urbanos. Conflitos e impactos (sócio)ambientais no espaço urbano brasileiro. Espaço agrário brasileiro.

Estrutura fundiária. Processo de modernização do campo. Usos produtivos e pauta de exportações brasileira. Modelos de organização da produção. Relações de trabalho no campo. Conflitos e impactos (sócio)ambientais no espaço agrário brasileiro. Luta pela terra no Brasil. Principais parceiros comerciais do Brasil. A agricultura mundial. Agricultura familiar e agroindústria. O uso de agrotóxicos. Transgênicos. Produção orgânica. A fome. Políticas e créditos agrícolas e mercado. Atividades agrárias e questão agrícola na África, América Latina, Ásia Oriental e Sudeste Asiático. Da ascensão ao colapso do socialismo no mundo. Alterações do mapa-múndi. Do mundo bipolar à nova ordem uni-multipolar. Geopolítica da Guerra Fria e geopolítica do mundo contemporâneo. Comércio mundial. Formação dos blocos econômicos e uniões aduaneiras mundiais atuais. Organismos supranacionais. Os desdobramentos do 11 de setembro. Intervenções estrangeiras no Oriente Médio. Redes de poder. Conflitos territoriais atuais. Questões étnico-religiosas atuais. Diferentes formas de regionalização do espaço mundial. Geografia regional do mundo: Américas, Europa, Ásia, África e Oceania. Globalização e mundialização da economia capitalista. Atual Divisão Internacional do Trabalho. Fluxos materiais e imateriais. Redes. Reconfigurações dos espaços com o advento informacional. Transformações recentes do papel do Estado. Nacionalismos e regionalismos. Territorialidades. Conflitos étnico-religiosos. Integração financeira. O papel, a origem, o local de produção e as redes das empresas transnacionais. Fragmentação produtiva. Integração e exclusão. A ascensão do Pacífico Asiático. O Brasil no mundo globalizado e sua inserção no sistema mundial. Políticas econômicas.

Sugestões Bibliográficas: BECKER, Bertha K. *Amazônia – Geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. BECKER, Bertha K.; ALVES, Diógenes Salas; COSTA, Wanderley Messias da (orgs.). *Dimensões humanas da biosfera-atmosfera na Amazônia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. BENKO, Georges. *Economia, Espaço e Globalização*. São Paulo: Hucitec, 2002. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: geografia*. Brasília: MEC/ SEF, 1998. _____. *Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais – Meio Ambiente*. Brasília: MEC/ SEF, 1998. _____. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Brasília, DF, 2013. CASTELLS, Manuel. *Fim de Milênio*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. _____. *A Sociedade em Rede – A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. CASTRO, I.E., GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. (orgs.) 12^a ed. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (org.). *Ensino da Geografia: caminhos e encantos*. 2^a ed, reimp. Porto Alegre: Edipucrs, 2016. CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia, escola e construção de conhecimentos*. 2^a ed. Campinas: Papyrus, 2001. _____. (org.). *Formação de professores: concepções e práticas em Geografia*. Goiânia: Editora Vieira, 2006. _____. *O Ensino de Geografia na Escola*. Campinas: Papyrus, 2013. CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*. 7^a ed. São Paulo: Editora Ática, 2002. _____. *O espaço urbano*. 4^a ed. São Paulo: Editora Ática, 2003. _____. *Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo*. 2^a ed. revista e atualizada. Niterói: Editora da UFF, 2013. DAMIANI, Amélia. *População e geografia*. 10^a ed. São Paulo: Contexto, 2012. GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista (org.). *Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos*. 7^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. HAESBAERT, Rogério (org.). *China: Entre o Oriente e o Ocidente*. São Paulo: Editora Ática, 1994. _____. *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. _____. (org.). *Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo*. 2^a ed revista e atualizada. Niterói: Editora da UFF, 2013. HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A Nova Des-Ordem Mundial*. São Paulo: Editora UNESP, 2006. HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1999. _____. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004. _____. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011. HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. MOREIRA, Ruy. *Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas*. São Paulo: Contexto, 2012. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. 2013. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 15^a ed., 2013. _____. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. 6^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. RUA, João *et al.* *Para ensinar Geografia: contribuição para o trabalho com 1^o e 2^o graus*. Rio de Janeiro: ACESS Editora, 1993. SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. 4^a ed. São Paulo: EDUSP, 2008. SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil – território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Record, 2001. SANTOS, Renato Emerson dos (org.). *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 115-136. SENE, Eustáquio de. *Globalização e espaço geográfico*. 4^a ed. São Paulo: Contexto, 2012. SILVA, Augusto César Pinheiro da *et al.* *Educação geográfica em foco: temas e metodologias para o ensino básico*. 1^a ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014. SOUZA, Marcelo Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. _____. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. _____. *Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial*. 1^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. SPOSITO, E. S.; SILVA, C. A.; SANT'ANNA NETO, J. L.; MELAZZO, E. S. (orgs.). *A diversidade da Geografia brasileira. Escalas e dimensões da análise e da ação*. 1^a ed. Rio de Janeiro: Consequência, vol 1, 2016. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. 3^a ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013. STRAFORINI,

Rafael. Ensinar Geografia – o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2008. VESENTINI, J. William. O Ensino da Geografia no século XXI. 5ª ed. Campinas: Papyrus, 2010. TEIXEIRA, Wilson et al. Decifrando a Terra. São Paulo: EDUSP/Oficina de Textos, 2001.

Conteúdo Programático da Prova Dissertativa: Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Instrução Normativa PMM/SME, nº 001 de 26/01/2018: dispõe sobre as Diretrizes Pedagógicas Operacionais da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo de 2018. Regimento Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Maricá. Resolução PMM/SME nº 04/2018: altera a Resolução PMM/SME nº 003/2014. Programa de Aceleração de Estudo (PAE), para estudantes com distorção idade e ano de escolaridade no Ensino Fundamental. Resolução PMM/SME nº 10 de 04/07/2018.

Sugestões Bibliográficas:

1. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_site.pdf (da página 1 até a página 60)
2. Instrução Normativa PMM/SME, nº 01 de 26/01/2018: dispõe sobre as Diretrizes Pedagógicas Operacionais da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo de 2018. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>
3. Regimento Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Maricá. Resolução PMM/SME nº 04/2018: altera a Resolução PMM/SME nº 003/2014. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>
4. Programa de Aceleração de Estudo (PAE), para estudantes com distorção idade e ano de escolaridade no Ensino Fundamental. Resolução PMM/SME nº 10 de 04/07/2018. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>

DOCENTE I – MATEMÁTICA

Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos: A História da Matemática. Tendências em Educação Matemática: Resolução de Problemas, Modelagem Matemática, Etnomatemática, Tecnologia de Informação e Comunicação. O papel da Matemática no contexto dos PCNs. O currículo de Matemática. Questões Metodológicas da Matemática. A Educação Matemática no Ensino Fundamental. Lei nº 13.146, de 6 de julho 2015. Raciocínio Lógico. Números e Operações: Construções históricas e metodológicas dos números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais. Operações com números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais. Múltiplos, divisores e números primos. Cálculo de Porcentagem. Média Aritmética, Ponderada, Geométrica e Harmônica. Procedimentos de cálculo exato e aproximado. Termo algébrico, polinômios e suas operações, frações algébricas. Produtos Notáveis e Fatoração. Função: conceitos, função inversa, função composta. Aplicação do conceito de função na resolução de problemas. Função Afim, Quadrática, Exponencial e Logarítmica. Resoluções de equações, inequações e sistemas de 1ª e 2ª graus e suas aplicações. Progressões Aritméticas e Geométricas. Juros Simples e Compostos. Análise Combinatória (Problemas de Contagem). Espaço e Forma: Plano Cartesiano. Equação da reta e da circunferência. Relações entre figuras espaciais e suas representações planas. Figuras geométricas planas: composição e decomposição, transformação, ampliação, redução e simetrias. Polígonos convexos: relações angulares e lineares. Circunferência, ângulos na circunferência. Conceito de congruência e semelhança de figuras planas. Relações métricas na circunferência. Relações métricas e trigonométricas num triângulo retângulo. Relações trigonométricas num triângulo qualquer. Funções Trigonométricas. Grandezas e Medidas: construções históricas e metodológicas de sistemas de medidas: unidades de medida, medida padrão, instrumentos de medida. Problemas envolvendo sistemas de medidas. Comprimento da circunferência. Cálculo de áreas das principais figuras planas. Áreas e volumes dos principais sólidos geométricos. Sólidos semelhantes e sólidos de revolução. Tratamento da Informação: variações entre grandezas no sistema de coordenadas cartesianas. Proporcionalidade: diretamente e inversamente proporcionais. Construção e interpretação de tabelas e gráficos. Noções básicas de Estatística. Probabilidade.

Sugestões Bibliográficas: BOYER, C. B., História da Matemática. Trad. Elza F. Gomide. 2ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1996. D'AMBROSIO U. Educação Matemática: da Teoria à prática. Campinas: Papyrus, 1996. IEZZI, G. & DOLCE, O. & MACHADO, A. Matemática e Realidade. Ribeirão Preto: Atual, 2013. IEZZI, Gelson e outros. Fundamentos da Matemática Elementar, volumes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9 e 10. Atual Editora. 9ª ed, 2013. IMENE, L. M. & LELLIS, M. Matemática para todos. São Paulo: Scipione, 2002. LIMA, Elon Lages e outros. A Matemática do Ensino Médio, vol 4. Sociedade Brasileira de Matemática. 1ª ed, 2007. LIMA, Elon Lages e outros. Tema e Problemas. Sociedade Brasileira de Matemática. 3ª ed, 2003. LIMA, Elon Lages e outros. Tema e Problemas Elementares. Sociedade Brasileira de Matemática. 2ª ed, 2005. PAIVA, Manoel Rodrigues. Matemática, volumes 1, 2 e 3. Editora Moderna. 1ª ed, 2009. IEZZI, Gelson e outros. Matemática Ciência e aplicações, volumes 1, 2 e 3. Editora Saraiva. 2ª ed, 2014. BRASIL. Lei 9.394/96. Diretrizes e bases da Educação Nacional. BRASIL/CNE. Diretrizes curriculares nacionais. Parecer 04 CNE/CEB/98. BRASIL/CNE. Diretrizes curriculares nacionais. Resolução 02 CNE/CEB/98. BRASIL/CNE. Diretrizes curriculares nacionais. Resolução 01 CNE/CEB/2006. BRASIL/SEF. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos parâmetros

curriculares nacionais (vol. 1). Brasília: MEC/SEF, 1997. BRASIL/SEF. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998. POLYA, G. A arte de resolver problemas. Rio de Janeiro: Interciências, 1986. CARVALHO, D. L. Metodologia do ensino da Matemática. São Paulo: Cortez, 1994. Publicações do Projeto Fundação Matemática - UFRJ. BUTTERWORTH, B. Dyscalculia Screener: highlighting children with specific learning difficulties in mathematics. London, UK: nferNelson, 2003. BRAVO, R.B. Contribuição dos sintomas do transtorno de déficit de atenção/hiperatividade para as dificuldades de aprendizagem da aritmética. Dissertação de Mestrado em Ciências da Saúde – Faculdade de Medicina, UFMG, Belo Horizonte, 2011. LEI nº 13.146, de 6 de julho 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Conteúdo Programático da Prova Dissertativa: Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Instrução Normativa PMM/SME, nº 001 de 26/01/2018: dispõe sobre as Diretrizes Pedagógicas Operacionais da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo de 2018. Regimento Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Maricá. Resolução PMM/SME nº 04/2018: altera a Resolução PMM/SME nº 003/2014. Programa de Aceleração de Estudo (PAE), para estudantes com distorção idade e ano de escolaridade no Ensino Fundamental. Resolução PMM/SME nº 10 de 04/07/2018.

Sugestões Bibliográficas:

1. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf (da página 1 até a página 60)
2. Instrução Normativa PMM/SME, nº 01 de 26/01/2018: dispõe sobre as Diretrizes Pedagógicas Operacionais da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo de 2018. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>
3. Regimento Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Maricá. Resolução PMM/SME nº 04/2018: altera a Resolução PMM/SME nº 003/2014. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>
4. Programa de Aceleração de Estudo (PAE), para estudantes com distorção idade e ano de escolaridade no Ensino Fundamental. Resolução PMM/SME nº 10 de 04/07/2018. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>

DOCENTE I – HISTÓRIA

Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos: A História e o ofício do historiador: História, memória, registros e instituições de guarda; Noção de documento e de verdade histórica; Contagem do tempo cronológico e suas diferentes periodizações; Processo Histórico, Sujeito Histórico, Identidade Cultural. Culturas e mentalidades, poder, economia, etnia, sexualidade e desenvolvimento tecnológico. **Ensino de História no Brasil:** a história do ensino de História no Brasil; as propostas curriculares para o ensino de História para os anos finais do ensino fundamental; Planejamento, Metodologia e Avaliação. Marcos legais: Lei 9394/96; Lei nº 10.639/03; Lei nº 11.645/08; PCN - História 5ª a 8ª série; Multieducação e Orientações Curriculares de História 2012. **Antiguidade Ocidental:** Grécia: economia, organização social e pensamento, a cidadania em Atenas; Roma: da República ao declínio do Império, a cidadania em Roma, os povos bárbaros e as invasões ao Império Romano; o escravismo antigo (Egito, Grécia e Roma). **Idade Média:** sociedade medieval: economia, sociedade e organização política, servidão e corporações de ofícios na sociedade medieval europeia, crescimento populacional e alteração do meio ambiente na Europa medieval, descentralização política na Idade Média; culturas tradicionais do mundo árabe, expansão muçulmana no norte da África; a Igreja Católica e a cultura medieval; o Império Carolíngio; as Cruzadas: culturas tradicionais do mundo árabe, expansão muçulmana no norte da África e Península Ibérica, contatos e confrontos entre católicos e muçulmanos; A crise do feudalismo; O renascimento comercial e urbano na Baixa Idade Média europeia. **Idade Moderna:** consolidação do Estado Nacional Moderno europeu (O absolutismo monárquico, o Mercantilismo, o Renascimento); Formação e pioneirismo das monarquias ibéricas na expansão marítima europeia (exploração econômica de recursos naturais pelos colonizadores europeus); América Pré-Colombiana e Pré-cabraliana; a conquista e administração da América espanhola (Exploração da mão de obra dos nativos da América); as primeiras tentativas de colonização portuguesa na América; o Antigo Regime nos Trópicos: produção, sociedade, administração, poder e religião na América luso-brasileira; a expansão da fronteira agrícola no Brasil, ontem e hoje (a luta pela terra no Brasil através dos tempos, Os usos da terra: diferentes formas de posse e propriedade da terra, os "homens bons" e a formação de oligarquias regionais). O século XVIII: ouro, formação de mercado interno e interiorização (Conflitos, revoltas, reformas, invasões e novas ideias na América portuguesa (séc. XVIII e XIX); A escravidão na América portuguesa (escravidão ameríndia, escravidão africana, tráfico transatlântico e trabalho no Brasil, o cotidiano escravista na Colônia: resistência; rebeliões e quilombos); a América inglesa e a formação das 13 Colônias; colonizações francesas na América; a América holandesa; as Revoluções Inglesas e a crise do antigo regime na Europa; a Independência das 13 Colônias e suas consequências; a Revolução Francesa e a expansão Napoleônica (Fim do Antigo regime e as consequências para a América portuguesa; Constituição dos Estados Nacionais na América Latina; o Pan-americanismo bolivariano; os ideais iluministas e as práticas de cidadania durante a partir da independência dos Estados Unidos e

durante a Revolução Francesa. **Formação do mundo contemporâneo (I):** a Revolução Industrial: causas e consequências sociais, a Revolução Industrial e a alteração no meio ambiente em escala mundial, o processo de Globalização acelerado na industrialização, os problemas mundiais ambientais na atualidade: clima, energia, poluição, entre outros; as relações de trabalho no capitalismo: as lutas por direitos trabalhistas e as ideias socialistas, o nascimento das organizações, sindicatos e partidos trabalhistas, organização de trabalhadores rurais e urbanos brasileiros e latino americanos através dos tempos, formas de exploração do trabalho no mundo globalizado; a Europa pós-napoleônica e as Revoltas Liberais. **Formação do Brasil Império:** transferência da Corte Portuguesa, influência inglesa no período joanino, processo de independência do Brasil, Primeiro Reinado, Período Regencial e Segundo Reinado, Processo de abolição da escravidão, trabalho negro pós-emancipação, processo de Proclamação da República. **Formação do mundo contemporâneo (II):** Nacionalismo e os Estados Nacionais; o Imperialismo e expansão global do capital (África e Ásia: expansão imperialista dos Estados europeus, resistência chinesa ao imperialismo, o expansionismo norte americano: a marcha para o oeste, Política externa intervencionista para a América Latina: Doutrina Monroe); A Primeira Grande Guerra (1914 - 1918); Revolução Russa e a formação da URSS; O mundo liberal e a crise de 1929; Ascensão do fascismo e do nazismo na Europa; Segunda Grande Guerra (1933 - 1945); China: revoluções comunista e cultural; Guerra Fria e bipolarização mundial: aspectos históricos (Revolução Cubana, Guerra do Vietnã, Guerra da Coreia, Socialismo e Golpe Militar no Chile, as Ditaduras Latino-Americanas, Resistência e lutas pela independência das nações africanas); Guerras entre as nações africanas no período pós-colonial. **História do Brasil Republicano nos séculos XIX e XX:** Brasil Republicano até 1930, Era Vargas (1930-1945), Período democrático (1945-1964), o trabalho e o sindicalismo nos anos 50 e 60, Ditadura Militar (1964-1985). Da distensão à "abertura" política: anistia, "Diretas Já!" e o fim do regime militar, Nova República de 1988 ao *impeachment* de Collor (1990-1992), Governos FHC (1995-2002). **Globalização, identidades e direitos civis:** Globalização em diferentes níveis: alcances e limites, blocos econômicos e livre comércio, a política neoliberal e o Estado do Bem-Estar Social; as sociedades nacionais e a emergência da sociedade global (identidades locais, nacionais e globais: novas tensões), a pobreza e a desigualdade social e econômica na globalização; as declarações dos Direitos Universais do Homem e os contextos de suas elaborações; a luta contra o *apartheid* nos EUA e na África do Sul; questões de gênero, étnico-raciais e direitos humanos no Mundo e no Brasil Contemporâneo; direitos das mulheres, dos jovens, das crianças, das etnias e das minorias culturais; **Questões do mundo contemporâneo:** Racismo e xenofobia, Crime organizado, AIDS e doenças sexualmente transmissíveis, atividades ilícitas, aquecimento global, a questão energética global.

Sugestões Bibliográficas:

BRASIL. Casa Civil: Lei 10.639/03. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm

BRASIL. Casa Civil: Lei 11.645/08. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s%20-%20Educacao%20das%20Relacoes%20Étnico-Raciais.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. Portal do MEC: Lei 9394/96. Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php> ou http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: História – 5ª a 8ª séries, vol 6. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais – Introdução, vol 10.1. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais - Pluralidade Cultural, vol 10.2. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pluralidade.pdf>

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais – Meio Ambiente, vol 10.3. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf>

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais – Saúde, vol 10.4. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/saude.pdf>

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais – Orientação Sexual, vol 10.5. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf>

Governo do Estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Estado de Educação; Currículo Básico de História: 6º, 7º, 8º e 9º ano EFII. 2012. Disponíveis em: <http://www.conexaoescola.rj.gov.br/curriculo-basico/historia>.

LDB : Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf.

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.). Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. ALMEIDA, Cláudio Aguiar. Cultura e Sociedade no Brasil: 1940-1968. Col. Discutindo a História do Brasil. São Paulo: Atual, 1996. AQUINO,

Rubim S., et alii. História das Sociedades Americanas. Rio de Janeiro: Eu e Você, 1981. AZANHA, Gilberto; VALADÃO, Virgínia M. Senhores destas Terras: da colônia aos nossos dias. São Paulo: Atual, 1991. BARBOSA, Alexandre de F. O Mundo Globalizado. São Paulo: Contexto, 2010. BETHELL, Leslie (Org). História da América Latina. São Paulo: Ed. USP, Brasília: Fund. Alexandre de Gusmão, 2004, vol I e II. BITTENCOURT, Circe. Ensino de História: Fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004. BLOCH, Marc. Apologia da História: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. _____ Introdução à História. Col. SABER. Lisboa: Publicações Europa América, 1965. _____ Os reis taumaturgos. Companhia das Letras, 1993. BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo, Companhia das Letras, 1992. BOXER, Charles. O império marítimo português. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. BRENER, Jayme. Ferida Aberta: o Oriente Médio e a nova ordem mundial. Col. História Viva. São Paulo: Atual, 1993. BRITO, Bernardo Gomes. (org.). História Trágico-Marítima. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998. CAMPOS, Raymundo. Debret: cenas de uma sociedade escravista. Col. O Olhar Estrangeiro. São Paulo: Atual, 2001. CARDOSO, Ciro F. A Cidade-Estado Antiga. São Paulo: Ática, 1985. _____ Trabalho Compulsório na Antiguidade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991. _____ Uma Introdução à História. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. CARVALHO, Bernardo de Andrade. A Globalização em Xequê: incertezas para o século XXI. Col. História Viva. São Paulo: Atual, 2000. CORTESÃO, Jaime. História da expansão portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993. CIMI - Conselho Indigenista Missionário. Outros 500: construindo uma nova história. São Paulo: Salesiano, 2001. DECCA, Edgar; MENEGUELLO, Cristina. Fábricas e Homens: a Revolução Industrial e o cotidiano dos trabalhadores. Col. História Geral em Documentos. São Paulo: Atual, 1999. DUBY, G, et alii. História e Nova História. Porto: Teorema, s/d. FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2002. _____ História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2009. FINLEY, Moses. I. Escravidão antiga e ideologia moderna. [1980] Rio de Janeiro: Graal, 1991. GRANT, Michael. História de Roma. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987. HOBBSAWM, Eric. A Era das Revoluções (1789-1848). São Paulo: Paz e Terra, 2009. _____ A Era do Capital (1848 – 1875). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009. _____ A Era dos Impérios (1875 – 1914). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. _____ Era dos Extremos: o breve século XX - 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. 21ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1986. LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: UNICAMP, 2003. _____ Os intelectuais da Idade Média. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006. LORCA, Andrés Martínez. Filosofia Medieval: de Al-Farabi a Ockham. São Paulo: Editora Salvat do Brasil, 2015. MARQUES, Adhemar, et alii. História contemporânea através de textos. Coleção Textos e documentos. v. 5. São Paulo: Contexto, 2001. _____ História moderna através de textos. Coleção Textos e documentos. v. 3. São Paulo: Contexto, 2001. MATTOS, Regiane Augusto. História e Cultura afro-brasileira-brasileira. São Paulo: Contexto, 2007. MICELI, Paulo. As Revoluções Burguesas. Col. Discutindo a História. São Paulo: Atual, 1987. _____ O Feudalismo. Col. Discutindo a História. São Paulo: Atual, 1986. MONTEIRO, Ana Maria F.C. Professores de História: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. O Negro no Brasil de Hoje. São Paulo: Global, 2006. PELLEGRINI, Marco César; et alii. Coleção Novo Olhar - História, vol 1, 2 e 3. São Paulo: FTD, 2010. PEREIRA, A.A. e MONTEIRO, AM. (Orgs.). Ensino de História e Culturas AfroBrasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. PINSK, Carla Bassanezi. (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2006. SADER, Emir. A Transição no Brasil: da ditadura à democracia. Col. História Viva. São Paulo: Atual, 1990. SCHMIDT, Mª Auxiliadora, CAINELLI, Marlene. Ensinar História. Col. Pensamento e Ação no Magistério. São Paulo: Scipione, 2004. SCHWARCZ, Lília Moritz (Direção) História do Brasil Nação: 1808-2010, vol. 1, 2, 3, 4 e 5 (Coleção). Fundación MAPFRE. Ed. Objetiva, 2014. SERRANO, Carlos, WALDMAN, Maurício. Memória d'África: a temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2007. SILVA, Rafael Feitas da. O Rio antes do Rio. Rio de Janeiro: Babilônia Cultura Editorial, 2015. SINGER, Paul. O Capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. Col. Polêmica. São Paulo: Moderna, 1987. SOUZA, Marina de Mello. África e Brasil africano. São Paulo: Ática, 2006. VAINFAS, Ronaldo (dir.). Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Conteúdo Programático da Prova Dissertativa: Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Instrução Normativa PMM/SME, nº 001 de 26/01/2018: dispõe sobre as Diretrizes Pedagógicas Operacionais da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo de 2018. Regimento Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Maricá. Resolução PMM/SME nº 04/2018: altera a Resolução PMM/SME nº 003/2014. Programa de Aceleração de Estudo (PAE), para estudantes com distorção idade e ano de escolaridade no Ensino Fundamental. Resolução PMM/SME nº 10 de 04/07/2018.

Sugestões Bibliográficas:

1. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf (da página 1 até a página 60)
2. Instrução Normativa PMM/SME, nº 01 de 26/01/2018: dispõe sobre as Diretrizes Pedagógicas Operacionais da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo de 2018. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>
3. Regimento Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Maricá. Resolução PMM/SME nº 04/2018: altera a Resolução PMM/SME nº 003/2014. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>

4. Programa de Aceleração de Estudo (PAE), para estudantes com distorção idade e ano de escolaridade no Ensino Fundamental. Resolução PMM/SME nº 10 de 04/07/2018. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>

DOCENTE I - LÍNGUA INGLESA

Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos: Métodos e abordagens de ensino da língua inglesa e sua relação com os Parâmetros Curriculares Nacionais – língua estrangeira. Multiletramentos: conceitos e reflexões acerca da pedagogia de multiletramentos, incluindo questões de letramento crítico, letramento racial e letramento digital. Metodologias e métodos de ensino/aprendizagem do inglês como língua estrangeira. Compreensão de textos: conceitos e reflexões acerca da pedagogia gêneros textuais e discursivos em contextos de leitura e escrita; identificação dos mecanismos que conferem coesão e coerência ao texto; relação texto-contexto. Léxico-gramática: verbos: tempo, modo e voz; auxiliares modais; 'phrasal verbs'; substantivos, pronomes, artigos, adjetivos, possessivos e numerais. Advérbios e preposições expressando tempo, modo e lugar; conjunções, subordinação e coordenação. Discursos direto e relatado e a função comunicativa que exercem no texto. Traços do inglês escrito e falado: interpretação de texto, gramática e vocabulário. Conceitos e reflexões acerca do ensino das cinco habilidades (*listening, reading, writing, speaking, grammaring*) e pedagogia crítica de gêneros. Educação inclusiva: conceitos e reflexões acerca da inclusão de deficientes intelectuais, visuais e auditivos. Linguística Aplicada: conceitos e reflexões acerca da formação crítica do professor.

Sugestões Bibliográficas: BALADELI, A. P. D.; FERREIRA, A. de J. A interface linguagem e tecnologia: um olhar a partir dos novos estudos do letramento. Revista Travessias, vol 6, nº 1, p. 463-475, 2012. _____. Ciberespaço e Educação: proposições acerca dos letramentos digitais. Imagens da Educação, vol 2, p. 67-73, 2012. BRASIL, SEF/MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_estrangeira.pdf (acesso em 11/01/18). CARTER R.; McCARTHY, M. Cambridge Grammar of English. Cambridge: CUP, 2006. COPE, B. KALANTZIS, M. A Pedagogy of Multiliteracies. In: COPE, B. KALANTZIS, M.(Orgs.). Multiliteracies: Literacy Learning and the Design of Social Futures. Capítulo 1. p. 9-37. New York: Routledge, 2006. FERREIRA, A. J. Formação de Professores: Raça/etnia: reflexões e sugestões de materiais de ensino em português e inglês. Cascavel: Gráfica Assoeste e Editora, 2006. FERREIRA, A. de J.; FERREIRA, S. A. Raça/Etnia, Gênero e suas Implicações na Construção das Identidades Sociais em Sala de Aula de Línguas. RevLet – Revista Virtual de Letras, vol 03, nº 02, p. 114-129. ago/dez, 2011. HARMER, J. The Practice of English Language Teaching (5th edition). Harlow: Longman, Pearson, 2015. hooks, bell. Teaching to Transgress. London: Routledge, 2003. MAGALHÃES, M. C. C. (org). A Formação do Professor como um Profissional Crítico. Campinas: Mercado de Letras, 2009. MOITA LOPES, L. P. Da aplicação de Linguística à Linguística Aplicada Indisciplinar. In: PEREIRA, R. C.; ROCA, P. (Orgs.). Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2009. MOTTA-ROTH, D. O ensino de produção textual com base em atividades sociais e gêneros textuais. Linguagem em (Dis)curso, 6, nº 3. Tubarão, SC: UNISUL, set./dez. 2006. ORLANDO, A. F.; FERREIRA, A. de J. Do Letramento aos Multiletramentos: Contribuições à Formação de Professores(as) com Vistas à Questão Identitária. Travessias (UNIOESTE. Online), vol 7, p. 414-430, 2013. SCRIVENER, J. The Essential Guide to English Language Teaching (3rd edition). London: MacMillan, 2011. SWAN, M. Practical English Usage. Oxford: Oxford University Press, 2005. Ur, P. A Course in English Language Teaching. Cambridge: CUP, 2012. hooks, bell. Teaching Community. London: Routledge, 2003. LARSEN-FREEMAN, D. Teaching Language: From Grammar to Gramming. Heinle Cengage, 2003. LARSEN-FREEMAN, D.; CELCE-MURCIA, M. The Grammar Book: Form, Meaning and Use for English Language Teachers (3rd edition). National Geographic Learning/Cengage Publishing Company, 2015. SILVA, I. C. O ensino de língua inglesa para deficientes visuais em contexto de educação inclusiva. Campina Grande, 2014. 43p. Monografia (Graduação) – Departamento de Letras e Artes, Licenciatura Plena em Letras – habilitação em Língua Inglesa. Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Campina Grande, Paraíba. Capítulo 1, Fundamentação Teórica. p.11-22.

Conteúdo Programático da Prova Dissertativa: Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Instrução Normativa PMM/SME, nº 001 de 26/01/2018: dispõe sobre as Diretrizes Pedagógicas Operacionais da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo de 2018. Regimento Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Maricá. Resolução PMM/SME nº 04/2018: altera a Resolução PMM/SME nº 003/2014. Programa de Aceleração de Estudo (PAE), para estudantes com distorção idade e ano de escolaridade no Ensino Fundamental. Resolução PMM/SME nº 10 de 04/07/2018.

Sugestões Bibliográficas:

1. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf (da página 1 até a página 60)

2. Instrução Normativa PMM/SME, nº 01 de 26/01/2018: dispõe sobre as Diretrizes Pedagógicas Operacionais da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo de 2018. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>
3. Regimento Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Maricá. Resolução PMM/SME nº 04/2018: altera a Resolução PMM/SME nº 003/2014. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>
4. Programa de Aceleração de Estudo (PAE), para estudantes com distorção idade e ano de escolaridade no Ensino Fundamental. Resolução PMM/SME nº 10 de 04/07/2018. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>

DOCENTE I - LÍNGUA PORTUGUESA

Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos: Compreensão de texto. Condições de leitura e produção textual: a enunciação. Coesão e coerência textuais. Intertextualidade. Tipologia textual. Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia. Linguagem figurada. Sistema fonológico do português. Sistema ortográfico vigente. Morfossintaxe: classes de palavras e seu emprego. Formação de palavras. Morfologia nominal. Morfologia verbal. Morfologia pronominal. Processos sintáticos: subordinação e coordenação. Constituintes da oração e orações no período. Frase e discurso. Valores semântico-sintáticos dos conectivos. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Colocação dos termos na frase. Emprego do acento da crase. Normas de pontuação. Noções de versificação Abordagem linguístico/discursiva da teoria gramatical. A diversidade linguística e cultural e suas contribuições para a sociedade. Questões éticas, culturais e cidadãs no ensino da língua portuguesa. Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa. Leitura escolarizada e não-escolarizada.

Sugestões Bibliográficas: AZEREDO, J. C. de. Iniciação à sintaxe do português. 6ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000a. ____ Fundamentos de gramática do português. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000b. ____ Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. São Paulo: Publifolha, 2013. BARTHES, R. O prazer do texto. São Paulo: Perspectiva, 1973. BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. ____ . Ensino da gramática. Opressão? Liberdade? São Paulo: Ática: 1991. BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Portuguesa – 5ª a 8ª série. MEC/SEF, 1998. DIONÍSIO, A. P. et alii. (org). Gêneros Textuais e Ensino. Editora Lucerna, 2002. FÁVERO, L. L. Coesão e coerência textuais. São Paulo: Ática, 2003. FIORIN, J. L. Elementos de análise do discurso. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1993. GARCIA, O. M. Comunicação em Prosa Moderna. 26ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. KATO, O aprendizado da leitura. São Paulo: Martins Fontes, 1995. KOCH, I. V. Ler e Compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006. ____ Linguagem e ideologia. São Paulo: Ática, 1990. ____ . O texto e a construção de sentidos. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2002. PLATÃO, F. S. et FIORIN, J. L. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo, Ática, 1996. SILVA, Ezequiel Theodoro da. (coord.) Por que (NÃO) Ensina gramática na Escola? - Sírio Possentini. MERCADO DAS LETRAS. SOARES, Magda. Linguagem e Escola – uma perspectiva social. 17ª ed. São Paulo, Ática, 2000.

Conteúdo Programático da Prova Dissertativa: Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Instrução Normativa PMM/SME, nº 001 de 26/01/2018: dispõe sobre as Diretrizes Pedagógicas Operacionais da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo de 2018. Regimento Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Maricá. Resolução PMM/SME nº 04/2018: altera a Resolução PMM/SME nº 003/2014. Programa de Aceleração de Estudo (PAE), para estudantes com distorção idade e ano de escolaridade no Ensino Fundamental. Resolução PMM/SME nº 10 de 04/07/2018.

Sugestões Bibliográficas:

1. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf (da página 1 até a página 60)
2. Instrução Normativa PMM/SME, nº 01 de 26/01/2018: dispõe sobre as Diretrizes Pedagógicas Operacionais da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo de 2018. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>
3. Regimento Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Maricá. Resolução PMM/SME nº 04/2018: altera a Resolução PMM/SME nº 003/2014. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>
4. Programa de Aceleração de Estudo (PAE), para estudantes com distorção idade e ano de escolaridade no Ensino Fundamental. Resolução PMM/SME nº 10 de 04/07/2018. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>

INSPETOR ESCOLAR

Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos: Organização da educação brasileira: Legislação educacional (LBD); Políticas educacionais; Legislação Municipal de Maricá; LEI nº 2281, de 19 de dezembro de 2008 - Aprova o plano municipal de educação; Psicologia escolar: disciplina/indisciplina; *bullying*. Gestão de conflitos. Sociologia da Educação: questões de gênero, etnia, religião. Filosofia da Educação: educar para reproduzir; educar para transformar. Instrução Normativa PMN/SE, nº 01 de 26/01/2018: dispõe sobre as Diretrizes Pedagógicas Operacionais da Rede Pública Municipal de Ensino

para o ano letivo de 2018. Regimento Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Maricá. Resolução PMM/SE nº 04/2018: altera a Resolução PMM/SME nº 003/2014. Programa de Aceleração de Estudo (PAE), para estudantes com distorção idade e ano de escolaridade no Ensino Fundamental. Resolução PMM/SE nº 10 de 04/07/2018.

Sugestões Bibliográficas: BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9394/96. Brasília - 1996. CANDAU, Vera Maria (coord.). Somos Tod@s Iguais?. DP&A Editora. Lei do Estatuto da Criança e do Adolescente. 8069/1990; FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Ed. Paz e Terra. MOYSÉS, Lúcia. O Desafio de Saber Ensinar. Ed. Papyrus. SAYÃO, Rosely. Educação sem blá-blá-blá, Ed. Três Estrelas. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. (In)Disciplina: Construção da Disciplina Consciente e Interativa em Sala de Aula e na Escola. Ed. Libertad.
<http://pmm.marica.rj.gov.br:6080/matriculainteligente/duvidas.php>
<https://leismunicipais.com.br/a1/lei-organica-marica-rj>
<https://leismunicipais.com.br/a1/rj/m/marica/lei-ordinaria/2008/229/2281/lei-ordinaria-n-2281-2008-aprova-o-plano-municipal-de-educacao?q=Educa%E7%E3o>
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>
<http://www.cartaeducacao.com.br/>
<https://novaescola.org.br/>
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14906
<http://porvir.org/>

Instrução Normativa PMM/SE, nº 01 de 26/01/2018: dispõe sobre as Diretrizes Pedagógicas Operacionais da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo de 2018. Regimento Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Maricá. Resolução PMM/SE nº 04/2018: altera a Resolução PMM/SME nº 003/2014. Programa de Aceleração de Estudo (PAE), para estudantes com distorção idade e ano de escolaridade no Ensino Fundamental. Resolução PMM/SE nº 10 de 04/07/2018.

Conteúdo Programático da Prova Dissertativa: Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Instrução Normativa PMM/SME, nº 001 de 26/01/2018: dispõe sobre as Diretrizes Pedagógicas Operacionais da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo de 2018. Regimento Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Maricá. Resolução PMM/SME nº 04/2018: altera a Resolução PMM/SME nº 003/2014. Programa de Aceleração de Estudo (PAE), para estudantes com distorção idade e ano de escolaridade no Ensino Fundamental. Resolução PMM/SME nº 10 de 04/07/2018.

Sugestões Bibliográficas:

1. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_site.pdf (da página 1 até a página 60)
2. Instrução Normativa PMM/SME, nº 01 de 26/01/2018: dispõe sobre as Diretrizes Pedagógicas Operacionais da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo de 2018. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>
3. Regimento Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Maricá. Resolução PMM/SME nº 04/2018: altera a Resolução PMM/SME nº 003/2014. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>
4. Programa de Aceleração de Estudo (PAE), para estudantes com distorção idade e ano de escolaridade no Ensino Fundamental. Resolução PMM/SME nº 10 de 04/07/2018. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>

ORIENTADOR PEDAGÓGICO

Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos. Organização da educação brasileira: Legislação educacional (LBD); Políticas educacionais; LEI nº 2281, de 19 de dezembro de 2008 - Aprova o plano municipal de educação. Educação e Tecnologia: aprendizagem com tecnologias digitais; Educação em Rede. Supervisão Escolar: Projeto Político Pedagógico. Métodos e técnicas. Agente de mudanças. Interação com a família e a comunidade. Planejamento, acompanhamento, avaliação. Avaliação da aprendizagem. Psicologia Escolar: disciplina/indisciplina; *bulliyng*. Gestão de conflitos. Teorias do desenvolvimento humano em suas distintas concepções. Sociologia da Educação: questões de gênero, etnia, religião. Filosofia da Educação: educar para reproduzir; educar para transformar. Concepções liberais e progressistas da educação: contribuições e limites; Pedagogia tradicional, nova, tecnicista.

Instrução Normativa PMM/SE, nº 01 de 26/01/2018: dispõe sobre as Diretrizes Pedagógicas Operacionais da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo de 2018.
Regimento Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Maricá.
Resolução PMM/SE nº 04/2018: altera a Resolução PMM/SME nº 003/2014. Programa de Aceleração de Estudo (PAE), para estudantes com distorção idade e ano de escolaridade no Ensino Fundamental.
Resolução PMM/SE nº 10 de 04/07/2018.

Sugestões Bibliográficas: ALMEIDA, Laurinda Ramalho e outros. As Relações Interpessoais na Formação dos Professores. Ed. Loyola. AQUINO, Julio Groppa. Confrontos na sala de aula. Summus editorial. CANDAU, Vera Maria (coord.). Somos Tod@s Iguais? DP&A Editora. CASTRO, Amelia Domingues de (coord.). Ensinar a ensinar. Editora Pioneira. FREIRE, Paulo. Medo e ousadia: o cotidiano do professor, Ed. Paz e Terra. GOMEZ, Margarita Victoria. Educação em Rede – uma visão emancipadora, Ed. Cortez. HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover: as setas do caminho, Ed. Mediação. MOYSÉS, Lúcia. O Desafio de Saber Ensinar. Ed. Papyrus. PADILHA, P.R. Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola, Ed. Cortez. SAYÃO, Rosely. Educação sem blá-blá-blá, Ed. Três Estrelas. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Avaliação: Concepção Dialética-Libertadora do Processo de Avaliação Escolar, Ed. Libertad. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula, Ed. Libertad.

<https://leismunicipais.com.br/a1/rj/m/marica/lei-ordinaria/2008/229/2281/lei-ordinaria-n-2281-2008-aprova-o-plano-municipal-de-educacao?q=Educa%E7%E3o>

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

<http://www.cartaeducacao.com.br/>

<https://novaescola.org.br/>

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14906

<http://porvir.org/>

Instrução Normativa PMM/SE, nº 01 de 26/01/2018: dispõe sobre as Diretrizes Pedagógicas Operacionais da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo de 2018.

Regimento Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Maricá. Resolução PMM/SE nº 04/2018: altera a Resolução PMM/SME nº 003/2014. Programa de Aceleração de Estudo (PAE), para estudantes com distorção idade e ano de escolaridade no Ensino Fundamental.

Resolução PMM/SE nº 10 de 04/07/2018.

Conteúdo Programático da Prova Dissertativa: Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Instrução Normativa PMM/SME, nº 001 de 26/01/2018: dispõe sobre as Diretrizes Pedagógicas Operacionais da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo de 2018. Regimento Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Maricá. Resolução PMM/SME nº 04/2018: altera a Resolução PMM/SME nº 003/2014. Programa de Aceleração de Estudo (PAE), para estudantes com distorção idade e ano de escolaridade no Ensino Fundamental. Resolução PMM/SME nº 10 de 04/07/2018.

Sugestões Bibliográficas:

1. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_site.pdf (da página 1 até a página 60)

2. Instrução Normativa PMM/SME, nº 01 de 26/01/2018: dispõe sobre as Diretrizes Pedagógicas Operacionais da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo de 2018. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>

3. Regimento Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Maricá. Resolução PMM/SME nº 04/2018: altera a Resolução PMM/SME nº 003/2014. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>

4. Programa de Aceleração de Estudo (PAE), para estudantes com distorção idade e ano de escolaridade no Ensino Fundamental. Resolução PMM/SME nº 10 de 04/07/2018. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>

ORIENTADOR EDUCACIONAL

Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos: Supervisão e orientação educacional. Conflito de paradigmas e alternativas em orientação educacional. Provisão para a criança na saúde e na crise. Ética do cuidado: igualdade e reconhecimento. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. Infância e violência. *Bullying*. Qualidade psicométrica em orientação educacional e profissional. Ações em orientação educacional. Pessoas com deficiência.

Sugestões Bibliográficas: BARROSO, S.M.; SCORSOLINI-COMIN, F.; NASCIMENTO, E do. Avaliação psicológica: da teoria às aplicações. Vozes. GRINSPUN, M.P.S.Z. A Orientação Educacional - Conflito de paradigmas e alternativas a para a escola - São Paulo: Cortez. GRINSPUN, M.P.S.Z. Supervisão e orientação educacional: Perspectivas de Integração na escola. Cortez. MAIA, M.S. (org) Por uma ética do cuidado. Garamond. OLIVEIRA-MENEGOTTO, Lisiane Machado de; PASINI, Audri Inês; LEVANDOWSKI, Gabriel. O *bullying* escolar no Brasil: uma revisão de artigos científicos. Psicol. teor. prat., São Paulo, vol 15, nº 2, p. 203-215, ago. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872013000200016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 jan. 2018. RANGEL, M. Orientação educacional e suas ações no contexto atual da escola. Vozes. WINNICOTT, D. W. O ambiente e os processos de maturação. Artmed. ABRÁPIA (Associação Brasileira de Proteção à Infância e Adolescência). Programa de redução do comportamento agressivo entre estudantes. 2002. Disponível em: http://www.miniweb.com.br/educadores/Artigos/PDF/bullying_abrapia.pdf. FARIAS, N. e BUCHALLA,

C.M.A. classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde da organização mundial da saúde: conceitos, usos e perspectivas. Rev Bras Epidemiol 2005; 8(2): 187-93. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/rbepid/2005.v8n2/187-193/pt>

Conteúdo Programático da Prova Dissertativa: Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Instrução Normativa PMM/SME, nº 001 de 26/01/2018: dispõe sobre as Diretrizes Pedagógicas Operacionais da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo de 2018. Regimento Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Maricá. Resolução PMM/SME nº 04/2018: altera a Resolução PMM/SME nº 003/2014. Programa de Aceleração de Estudo (PAE), para estudantes com distorção idade e ano de escolaridade no Ensino Fundamental. Resolução PMM/SME nº 10 de 04/07/2018.

Sugestões Bibliográficas:

1. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf (da página 1 até a página 60)
2. Instrução Normativa PMM/SME, nº 01 de 26/01/2018: dispõe sobre as Diretrizes Pedagógicas Operacionais da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo de 2018. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>
3. Regimento Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Maricá. Resolução PMM/SME nº 04/2018: altera a Resolução PMM/SME nº 003/2014. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>
4. Programa de Aceleração de Estudo (PAE), para estudantes com distorção idade e ano de escolaridade no Ensino Fundamental. Resolução PMM/SME nº 10 de 04/07/2018. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>

ASSISTENTE SOCIAL

Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos: O serviço social no Brasil: história, perspectivas e conjuntura nacional; o serviço social e a crise estrutural do capital; o acesso aos direitos sociais no âmbito da seguridade social brasileira; a seguridade social no Brasil; Estado e classes sociais no Brasil: a questão da cidadania e as formas de regulação social nas diversas conjunturas pós-1930; Serviço Social e Ética: o projeto ético-político do profissional do serviço social e o código de ética profissional do assistente social em vigor; Lei de Regulamentação da profissão de assistente social em vigor; assistência social no Brasil: história e perspectivas contemporâneas; Lei Orgânica da Assistência Social e suas atualizações; Seguridade Social no Brasil: saúde, assistência e previdência social no Brasil: leis e suas atualizações; Política Nacional de Assistência; Sistema Único de Assistência Social; o campo de estágio como espaço da prática profissional do assistente social; o trabalho na contemporaneidade: legislação trabalhista e suas atualizações; a precarização do trabalho e a desregulamentação dos direitos sociais no Brasil; a ação estatal no campo da criança e do adolescente e do idoso no Brasil; novas configurações da família no Brasil e atuação profissional; questão racial e o serviço social; o serviço social e a cidade: novas configurações do espaço urbano e suas contradições. Plano Municipal de Assistência Social - PMAS/2016 - Prefeitura Municipal de Maricá; Lei Orgânica do Município de Maricá; Emenda à Lei Orgânica de Maricá. Leis de Maricá: Decreto 42 11/05/2015 – SAREM, Decreto 106 05/01/2018 - Criança Feliz, Decreto 143 17/12/2014 - Bolsa Família, Decreto 222 11/12/2013 - Aluguel Social, Lei 2.465 23/09/2013 - Benefícios Eventuais.

Sugestões Bibliográficas: IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 1998. _____ & CARVALHO, Raul. Relações sociais e serviço social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 14ªed. São Paulo, Cortez, 2001. IAMAMOTO, Marilda Villela Serviço Social em tempo de capital fetiche. 2ª Ed. São Paulo, Cortez, 2007. PAULO NETTO, José. Ditadura e serviço social. Uma análise do serviço social pós-64. São Paulo, Cortez, 1991. LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE ASSISTENTE SOCIAL (Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993). LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (Lei nº 8.742/1993); POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Disponível em <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em 02 de janeiro de 2018. SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Disponível em <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf>. Acesso em 02 de janeiro de 2018. LEGISLAÇÃO TRABALHISTA (Lei nº 13.467 de 13 de Julho de 2017). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acesso em 02/01/2018. BEHRING, Eliane Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 9ª ed. Cortez: São Paulo, 2011. FALEIROS, Vicente de Paula. A política social do Estado capitalista. 6ª ed. Cortez: São Paulo. BRAVO, Maria Inês de Souza et al. (Orgs) Política Social e democracia. São Paulo/Rio de Janeiro, Cortez/UERJ, 2001. AMARO, Sarita. Racismo, igualdade racial e políticas de ações afirmativas no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. Disponível em <<https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=kqhyCwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA15&dq=related:rVOMxjvSb9UJ:scholar.google.com/&ots=sJYoppmUGB&sig=hgJW5A-yqLdXOPTJoH987g5sdJ8#v=onepage&q&f=false>>. MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009. VADE MECUM do Serviço Social. 5ª ed, Fortaleza: Premius Editora, 2014.

ABEPSS, Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Disponível em <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em 02 de jan. 2018. ABEPPS – Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maior2010_corrigeida.pdf>. Acesso em 02 de Jan. 2018. OLIVEIRA, Jaime A. de Araújo; TEIXEIRA, Sônia M. Fleury. (Im)previdência social. 60 anos de história da previdência no Brasil. 2ªed. Petrópolis: Vozes, 1989. CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL, 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf Acesso em 31 de dezembro de 2017; ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Lei nº 8.069 de 13/7/1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em 28 de dezembro de 2017, POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/politica_idoso.pdf>. Acesso em 28 de dez 2017. VAINER, Carlos et. al. (Orgs). Cidades rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Prefeitura Municipal de Maricá. Disponível em <<https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/Plano-Municipal-2016.pdf>>. Acesso em 25 de junho de 2018. LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MARICÁ. Disponível em <http://www.marica.rj.gov.br/legislacao/legislacao_tributaria/leis/lei_organica_municipal_de_marica.pdf> Acesso em 26 de junho de 2018; EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MARICÁ. Disponível em http://www.marica.rj.gov.br/legislacao/legislacao_tributaria/leis/emenda_a_lei_organica_do_municipio_de_marica.pdf Acesso em 26 de Jun 2018. DECRETO 42 11/05/2015 – SAREM, disponível em <<https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>>. DECRETO 106 05/01/2018 - Criança Feliz, disponível em <<https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>>. DECRETO 143 17/12/2014 - Bolsa Família, disponível em <<https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>>. DECRETO 222 11/12/2013 - Aluguel Social, disponível em <<https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>>. LEI 2.465 23/09/2013 - Benefícios Eventuais, disponível em <<https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>>.

Conteúdo Programático da Prova Dissertativa: Política Nacional de Assistência; Sistema Único de Assistência Social; A política nacional sobre uso de drogas: o Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas; Lei Orgânica da Assistência Social e suas atualizações; Seguridade Social no Brasil: saúde, assistência e previdência social no Brasil: leis e suas atualizações; Leis de Maricá: Decreto 42 de 11/05/2015 – SAREM, Decreto 106 de 05/01/2018 - Criança Feliz, Decreto 143 de 17/12/2014 - Bolsa Família, Decreto 222 de 11/12/2013 - Aluguel Social, Lei 2.465 de 23/09/2013 - Benefícios Eventuais.

Sugestões Bibliográficas: O Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11343-23-agosto-2006-545399-norma-atualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 08 de julho 2018. DUARTE, Paulina do Carmo Arruda Vieira. A política e a legislação brasileira sobre drogas. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seguranca-publica/prevencao-as-drogas/modulo_profissionais.pdf#page=73>. Acesso em: 08 de julho de 2018. GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; LEAL, Fabíola Xavier; ABREU, Cassiane Cominoti. A política antidrogas brasileira: velhos dilemas. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n2/a14v20n2>>. Acesso em 08 de julho de 2018.

Leis de Maricá: Decreto 42 (11/05/2015) – SAREM; Decreto 106 (05/01/2018) - Criança Feliz; Decreto 143 (17/12/2014) - Bolsa Família; Decreto 222 (11/12/2013) - Aluguel Social; Lei 2.465 (23/09/2013) - Benefícios Eventuais. Disponíveis em <<https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>>.

PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos: Métodos e técnicas da Educação Física. Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida. Princípios do Treinamento Desportivo. Gestão no Esporte. História da Educação Física. Princípios Gerais para Prescrição de Exercícios. Biomecânica. Fisiologia do exercício. Avaliação Morfofuncional. As novas tendências da Educação Física.

Sugestões Bibliográficas: ACSM. Diretrizes do ACSM - testes de esforço e sua prescrição. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Kooga, 2014. LOPES, A. L., RIBEIRO, G. S. Antropometria Aplicada à Saúde e ao Desempenho Esportivo. São Paulo: Rubio, 2014. PETROSKI, E. L. Antropometria: Técnicas e Padronizações. 2ª ed. Porto Alegre: E.L Petroski, 2003. POLLOCK, Michael L. Exercícios na Saúde e na Doença. Rio de Janeiro: Editora Medsi, 1996. MCARDLE, W.; KATCH, F.; KATCH, V. Fisiologia do Exercício: energia, nutrição e desempenho humano. 8ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. THOMAS, J.R. E NELSON, J. K. Métodos de Pesquisa em Educação Física. 6ª ed. São Paulo: Artmed, 2012. MALINA E BOUCHARD. Atividade Física do atleta jovem: do crescimento à maturação. São Paulo: Roca, 2002. HALL, S.J. Biomecânica Básica. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. VANCE, P. S. et al. Gestão do Esporte. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015. GOMES, A.C. Treinamento

Desportivo – estrutura e periodização. 2ª ed. São Paulo: Artmed, 2015. GONÇALVES, a. Conhecendo e Discutindo Saúde Coletiva e Atividade Física. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. ALMEIDA FILHO, N.; ROUQUAYROL, M.Z. Introdução a Epidemiologia. Rio de Janeiro: Medsi, 2002. Parâmetros Curriculares Nacionais: Conselho Nacional de Educação. Prefeitura de Maricá. Disponível em <<https://www.marica.rj.gov.br/2018/>>.

Conteúdo Programático da Prova Dissertativa: Política Nacional de Assistência; Sistema Único de Assistência Social; A política nacional sobre uso de drogas: o Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas; Lei Orgânica da Assistência Social e suas atualizações; Seguridade Social no Brasil: saúde, assistência e previdência social no Brasil: leis e suas atualizações; Leis de Maricá: Decreto 42 de 11/05/2015 – SAREM, Decreto 106 de 05/01/2018 - Criança Feliz, Decreto 143 de 17/12/2014 - Bolsa Família, Decreto 222 de 11/12/2013 - Aluguel Social, Lei 2.465 de 23/09/2013 - Benefícios Eventuais.

Sugestões Bibliográficas: O Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11343-23-agosto-2006-545399-norma-atualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 08 de julho 2018. DUARTE, Paulina do Carmo Arruda Vieira. A política e a legislação brasileira sobre drogas. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seguranca-publica/prevencao-as-drogas/modulo_profissionais.pdf#page=73>. Acesso em: 08 de julho de 2018. GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; LEAL, Fabíola Xavier; ABREU, Cassiane Cominoti. A política antidrogas brasileira: velhos dilemas. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n2/a14v20n2>>. Acesso em 08 de julho de 2018.

Leis de Maricá: Decreto 42 (11/05/2015) – SAREM; Decreto 106 (05/01/2018) - Criança Feliz; Decreto 143 (17/12/2014) - Bolsa Família; Decreto 222 (11/12/2013) - Aluguel Social; Lei 2.465 (23/09/2013) - Benefícios Eventuais. Disponíveis em <<https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>>.

ENFERMEIRO

Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos: Exercício profissional. Humanização da atenção e da gestão no SUS. Política nacional de atenção básica e de promoção da saúde. Modelos técnico-assistenciais no SUS. Controle social. Financiamento do SUS. Estratégia de Saúde da Família: Princípios, diretrizes e organização da atenção domiciliar; Núcleo de apoio à Saúde da Família (NASF). Trabalho em equipe. Corresponsabilidade entre profissionais e famílias assistidas. Intersetorialidade das ações. Cadastramento. Território e comunidade adscrita. Ação intersetorial e participação social no controle social em saúde. Sistemas de informação do SUS e seu uso no planejamento da atenção à saúde. Princípios da bioética. Ética profissional e na pesquisa. Metodologia da pesquisa em saúde. Epidemiologia no planejamento da assistência. Vigilância em saúde. Gestão de risco e segurança em unidades de saúde. Qualidade em saúde, produtividade, higiene e preservação ambiental; biossegurança. O trabalho do enfermeiro no gerenciamento de resíduos de saúde. Administração do processo de cuidar em enfermagem. Sistematização da assistência de enfermagem (SAE), coleta de dados, diagnóstico de enfermagem com base na Taxonomia da North American Nursing Diagnosis Association (NANDA). Documentação e registros em enfermagem. Preparo, diluição e administração de medicamentos. O enfermeiro junto ao cliente, família e comunidade nas doenças infecto-parasitárias imunopreveníveis e sexualmente transmissíveis. Programa Nacional de imunização. Rede de frio. Ações de prevenção primária e secundária no controle do câncer. Medida de prevenção, vigilância e controle de infecção em unidades de saúde. Planejamento e promoção do ensino de autocuidado ao cliente. Gerenciamento dos serviços de enfermagem. Saúde do trabalhador. Enfermagem na saúde da mulher, da criança e do adolescente e do idoso. Cuidados de enfermagem ao indivíduo com distúrbios clínicos, cirúrgicos e comportamentais. Assistência de enfermagem a pessoas criticamente enfermas. O enfermeiro em situações de urgência e emergência. Programas de controle de doenças e agravos não transmissíveis. Educação em saúde. Serviço de Atendimento de Reabilitação Especial de Maricá (SAREM).

Sugestões Bibliográficas: American Heart Association: **Destaques da American Heart Association 2015 - Atualização das diretrizes para RCP e ACE.** Disponível em: <https://eccguidelines.heart.org/wp-content/uploads/2015/10/2015-AHA-Guidelines-Highlights-Portuguese.pdf>, BRASIL, Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Protocolos básicos de segurança do paciente.** Brasília: Ministério da Saúde. 2013. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/hotsite/segurancadopaciente/publicacoes.html>. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde.** 3ª ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Conselho Federal de Enfermagem. **Resolução COFEN 564/2017** que aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Brasília: 2017. BRASIL, **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017.** Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de

Atenção Básica. **Núcleo de Apoio à Saúde da Família** Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes** Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde mental.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. **Diretrizes Clínicas para o Cuidado ao paciente com Doença Renal Crônica – DRC no Sistema Único de Saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, volumes I, II e III.** 2ª ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013/2014. BRASIL, **Portaria nº 1378 de 09 de julho de 2013** - Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt1378_09_07_2013.html. BRASIL, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde.** Brasília: Anvisa, 2017. BRASIL, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Critérios Diagnósticos de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde.** Brasília: Anvisa, 2017. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica.** Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_basica.pdf. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde. **Diretrizes nacionais de assistência ao parto normal: versão resumida.** Brasília: Ministério da Saúde, 2017. BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução da Diretoria Colegiada - **RDC nº 36, de 25 de julho de 2013.** Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 26 de julho de 2013. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2871504/RDC_36_2013_COMP.pdf/36d809a4-e5ed-4835-a375-3b3e93d74d5e. BRASIL. Portal da Saúde. **Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP).** Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-inisterio/principal/secretarias/sas/dahu/seguranca-do-paciente>. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de atenção Básica. **Caderno de atenção domiciliar, vol 1.** Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/cad_vol1.pdf. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica.** Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Básica, nº 35). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_pessoa_doenca_cronica_cab35.pdf. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação.** Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_procedimentos_vacinacao.pdf. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia de Vigilância em Saúde.** Brasília: MS, 2014. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2014/novembro/27/guia-vigilancia-saude-linkado-27-11-14.pdf>. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Diretrizes Nacionais da Vigilância em Saúde.** Brasília: MS, 2010. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pacto_saude_volume13.pdf. BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes nacionais de assistência ao parto normal: versão resumida.** Brasília, 2017. Disponível em: http://conitec.gov.br/images/Protocolos/Diretrizes/Diretrizes_PartoNormal_VersaoReduzida_FINAL.pdf. BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota técnica nº 03/2016.** Recomendações da Coordenação Geral de Atenção Domiciliar em relação à atuação dos profissionais dos serviços de atenção domiciliar na situação de emergência decretada em relação às arboviroses Dengue, Chikungunya e Zika. Brasília. 2016. Disponível: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2016/janeiro/21/NT-At-Domic-e-arboviroses-FINAL.pdf>. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis.** Brasília, 2015. BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres.** Brasília: Ministério da Saúde, 2015. BRASIL. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006. BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações.** Brasília, 2013. BRASIL. Ministério da Saúde. **Calendário Básico de Vacinação 2017.** BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de Controle da Tuberculose. **Manual de Recomendações para o Controle da Tuberculose no Brasil.** Brasília: 2011. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/manual_de_recomendacoes_tb.pdf. BRASIL, Ministério do Trabalho e do Emprego. Legislação. Normas Regulamentadoras. **NR-32: segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde.** Brasília. Disponível em: http://www.mte.gov.br/legislação/normas_regulamentadoras/nr_32.pdf. BRASIL, Ministério da Saúde.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/servicosaude/manuais/manual_gerenciamento_residuos.pdf. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Doenças respiratórias crônicas.** Cadernos de Atenção Básica, nº 25. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad25.pdf. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde sexual e saúde reprodutiva.** Cadernos de Atenção Básica, nº 26. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad26.pdf. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Gestação de alto risco: manual técnico.** 5ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/manual_tecnico_gestacao_alto_risco.pdf. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Dengue : manual de enfermagem – adulto e criança.** Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/dengue_manual_enfermagem.pdf. BRASIL, Instituto Nacional do Câncer. **Ações de enfermagem para o controle do câncer: uma proposta de integração ensino-serviço.** 3ª ed. Rev.atual. Ampl. – Rio de Janeiro: INCA, 2008. BRUNNER & SUDDARTH: **Tratado de enfermagem médico-cirúrgica.** 12ª ed, vol I, II, III e IV. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. CLAYTON, B. D. E TOCK, Y.N. **Farmacologia na prática de enfermagem.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. KURCGANT, P. (coord.). **Gerenciamento de enfermagem.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. MARQUIS, B. L. e HUSTON, C. J. **Administração e liderança em enfermagem: teoria e prática.** 8ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2015. MENDES, Eugênio Vilaça. **A construção social da atenção primária à saúde.** Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS, 2015. Disponível em: <http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/A-CONSTR-SOC-ATEN-PRIM-SAUDE.pdf>. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Linhas de cuidado: hipertensão arterial e diabetes.** Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2010. SCHOELLER, Soraia Dornelles et al. **Abordagem multiprofissional em lesão medular: saúde, direito e tecnologia.** Florianópolis: Publicação do IFSC, 2016. TANNURE, M.C. e GONÇALVES, A.M.P. **SAE, Sistematização da assistência de enfermagem: guia prático.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. ENFERMAGEM CARDIOVASCULAR – Série incrivelmente fácil, [Revisão técnica Lélis Borges do Couto; tradução Telma Lúcia de Azevedo Hennemann]. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. DECRETO 42 11/05/2015 – SAREM, disponível em <<https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>>. DECRETO 106 05/01/2018 - Criança Feliz, disponível em <<https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>>. DECRETO 143 17/12/2014 - Bolsa Família, disponível em <<https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>>. DECRETO 222 11/12/2013 - Aluguel Social, disponível em <<https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>>. LEI 2.465 23/09/2013 - Benefícios Eventuais, disponível em <<https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>>.

Conteúdo Programático da Prova Dissertativa: Política Nacional de Assistência; Sistema Único de Assistência Social; A política nacional sobre uso de drogas: o Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas; Lei Orgânica da Assistência Social e suas atualizações; Seguridade Social no Brasil: saúde, assistência e previdência social no Brasil: leis e suas atualizações; Leis de Maricá: Decreto 42 de 11/05/2015 – SAREM, Decreto 106 de 05/01/2018 - Criança Feliz, Decreto 143 de 17/12/2014 - Bolsa Família, Decreto 222 de 11/12/2013 - Aluguel Social, Lei 2.465 de 23/09/2013 - Benefícios Eventuais.

Sugestões Bibliográficas: O Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11343-23-agosto-2006-545399-norma-atualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 08 de julho 2018. DUARTE, Paulina do Carmo Arruda Vieira. A política e a legislação brasileira sobre drogas. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seguranca-publica/prevencao-as-drogas/modulo_profissionais.pdf#page=73>. Acesso em: 08 de julho de 2018. GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; LEAL, Fabíola Xavier; ABREU, Cassiane Cominoti. A política antidrogas brasileira: velhos dilemas. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n2/a14v20n2>>. Acesso em 08 de julho de 2018.

Leis de Maricá: Decreto 42 (11/05/2015) – SAREM; Decreto 106 (05/01/2018) - Criança Feliz; Decreto 143 (17/12/2014) - Bolsa Família; Decreto 222 (11/12/2013) - Aluguel Social; Lei 2.465 (23/09/2013) - Benefícios Eventuais. Disponíveis em <<https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>>.

FISIOTERAPEUTA

Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos: Anatomia, Biomecânica, Fisiologia, Biologia e Histologia. Fisioterapia: conceituação, recursos, avaliação, exame, diagnóstico, objetivos e tratamento. Conhecimentos Básicos em Eletrotermofototerapia: em Recursos Terapêuticos Manuais; em Cinesioterapia. Atenção Fisioterapêutica em Saúde Coletiva. Atendimento nas fases Pré e Pós-Operatórias nas Diversas Patologias. Prescrição e treinamento de órteses e próteses. Fisioterapia nas disfunções posturais. Fisioterapia em Traumatologia e Ortopedia. Fisioterapia em Neurologia. Fisioterapia em Pneumologia. Fisioterapia em Cardiologia e Angiologia. Fisioterapia em Pediatria. Fisioterapia em

Ginecologia e Obstetrícia. Fisioterapia em Geriatria. Ética e Legislação Profissional do Fisioterapeuta. Assistência fisioterapêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Política Nacional de Promoção da Saúde: Objetivos; Diretrizes; Estratégias; Ações específicas. Legislação sobre a Secretaria de Assistência Social de Maricá. Serviço de Atendimento de Reabilitação Especial de Maricá (SAREM).

Sugestões Bibliográficas: BIENFAIT, M. Bases da Fisiologia da Terapia Manual. São Paulo. Summus, 2000. BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. O desenvolvimento do sistema único de saúde: avanços, desafios e reafirmação dos seus princípios e diretrizes. Brasília: MS, 2ª ed, 2003. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Participativa. A construção do SUS: histórias da reforma sanitária e do processo participativo. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/PoliticaNacionalPromocaoSaude.pdf>. BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Coletânea de Normas para o Controle Social no Sistema Único de Saúde. 2ª ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006. CARVALHO, J.A. Amputações de membros inferiores: Em busca da plena reabilitação. 2ª ed. São Paulo: Manole, 2003. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia - Resolução Coffito 424, de 8 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.crefito2.gov.br/fisioterapia/codigo-de-etica/codigo-de-etica-e-deontologia-da-fisioterapia-reso-302.html>. REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CMAS – MARICÁ. Disponível em: http://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/regimento_cmas.pdf. DEAMO, RA. Condutas Práticas em Fisioterapia Neurológica. SP: Manole, 2012. DUTTON, M. Fisioterapia Ortopédica – Exame, Avaliação e Intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2006. KAUFFMAN, T.L. Manual de Reabilitação Geriátrica. São Paulo, ed. Guanabara-Koogan, 2001. KISNER, C; COLBY, LA. Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas. 4ª ed. São Paulo: Manole, 2005. LINDA, JO; REBECA GS. Fisioterapia Aplicada à Ginecologia e Obstetrícia. 2ª ed. São Paulo: Manole, 2003. O'SULLIVAN, S.B. Fisioterapia: Avaliação e Tratamento. Editora Manole, São Paulo, 2003. SARMENTO, G.J.V. Fisioterapia Hospitalar: Pré e pós-operatórios. 1ª ed. São Paulo. Manole, 2008. SCANLAN, C.L.; WILKINS, R.L; STOLLER, J.K. Fundamentos da Terapia Respiratória de Egan. 7ª ed. São Paulo: Manole, 2000. STARKEY, C; RYAN, J. Avaliação de Lesões Ortopédicas e Esportivas. São Paulo: Manole, 2001. TECKLIN, J.S. Fisioterapia pediátrica. Porto Alegre: Artmed, 2002. TORTORA, G.J.; GRABOWSKI S.R. Princípios de Anatomia e Fisiologia. 9ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2000. UMEDA, I.I.K.; ALVES, V.L.S.; GUIZILINI, S. Fisioterapia em Cardiologia - Aspectos práticos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2014.

Conteúdo Programático da Prova Dissertativa: Política Nacional de Assistência; Sistema Único de Assistência Social; A política nacional sobre uso de drogas: o Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas; Lei Orgânica da Assistência Social e suas atualizações; Seguridade Social no Brasil: saúde, assistência e previdência social no Brasil: leis e suas atualizações; Leis de Maricá: Decreto 42 de 11/05/2015 – SAREM, Decreto 106 de 05/01/2018 - Criança Feliz, Decreto 143 de 17/12/2014 - Bolsa Família, Decreto 222 de 11/12/2013 - Aluguel Social, Lei 2.465 de 23/09/2013 - Benefícios Eventuais.

Sugestões Bibliográficas: O Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11343-23-agosto-2006-545399-norma-atualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 08 de julho 2018. DUARTE, Paulina do Carmo Arruda Vieira. A política e a legislação brasileira sobre drogas. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seguranca-publica/prevencao-as-drogas/modulo_profissionais.pdf#page=73>. Acesso em: 08 de julho de 2018. GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; LEAL, Fabíola Xavier; ABREU, Cassiane Cominoti. A política antidrogas brasileira: velhos dilemas. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n2/a14v20n2>>. Acesso em 08 de julho de 2018.

Leis de Maricá: Decreto 42 (11/05/2015) – SAREM; Decreto 106 (05/01/2018) - Criança Feliz; Decreto 143 (17/12/2014) - Bolsa Família; Decreto 222 (11/12/2013) - Aluguel Social; Lei 2.465 (23/09/2013) - Benefícios Eventuais. Disponíveis em <<https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>>.

FONOAUDIÓLOGO

Conteúdo Programático e Sugestões Bibliográficas de Conhecimentos Específicos:

SAÚDE COLETIVA: Sistema Único de Saúde e Fonoaudiologia. Promoção de Saúde e Produção do Cuidado em Fonoaudiologia. Organização de Serviços em Fonoaudiologia. Atenção básica. Atuação Fonoaudiológica no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). Políticas Públicas Nacionais em Aleitamento Materno e Saúde do Recém-nascido e a Atuação Fonoaudiológica. Redes de Atenção à Saúde e Fonoaudiologia. Saúde do Trabalhador e Fonoaudiologia. Políticas Públicas de Educação e Fonoaudiologia.

Sugestões Bibliográficas: FERNANDES, F.D.M.; MENDES, B.C.A.; NAVAS, A.L.P.G.P. Tratado de Fonoaudiologia. 2ª ed. SP. ROCA 2010. MARCHESAN, I.Q.; SILVA, H.J.; TOME, M.C.M. Tratado das Especialidades em Fonoaudiologia. Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia. Ed. ROCA. SP. 2014.

VOZ: Avaliação Vocal e Terapia Vocal. Aspectos laringológicos e vocais relacionados ao refluxo laringofaríngeo. Larigectomias parciais, subtotais e totais. Anatomia da Laringe e Fisiologia da Produção Vocal. Conceito de Voz Normal e Classificação das Disfonias. Disfonias Funcionais e Organofuncionais. Avaliação da Voz. Voz em Câncer de cabeça e pescoço. Disartrfonias.

Sugestões Bibliográficas: BEHLAU, M. Voz – O livro do especialista, vol I. Rio de Janeiro: Revinter, 2001. BEHLAU, M. Voz – O livro do especialista, vol II. Rio de Janeiro: Revinter, 2005. FILHO, O. L. Novo Tratado de Fonoaudiologia. 3ª ed. SP. Ed. Manole. 2013.

AUDIOLOGIA: Testes audiológicos para identificação das alterações cocleares, retrococleares e do sistema tímpano ossicular; Testes eletrofisiológicos e de avaliação do processamento auditivo; Intervenção audiológica no idoso; Intervenção audiológica na saúde do trabalhador; Deficiência da audição, reabilitação e prótese auditiva; Deficiência da audição, reabilitação e implante coclear; O exame otoneurológico; Reabilitação vestibular; Triagem auditiva neonatal e acompanhamento do desenvolvimento da audição.

Sugestões Bibliográficas: PEREIRA, L.D. e SCHOCHAT, E. Processamento auditivo central: manual de avaliação. São Paulo: Lovise, 1997. KATZ, J. Tratado de Audiologia Clínica. São Paulo: Manole, 1999. FROTA, S. Fundamentos em Fonoaudiologia: audiologia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2003. MUSIEK, F.E.; RINTELMANN, W.F. Perspectivas atuais em avaliação auditiva. São Paulo: Manole, 2001. ALMEIDA, K e IORIO, M.C.M. Próteses auditivas - fundamentos teóricos e aplicação clínica, São Paulo: Lovise, 2003. SOUSA, L.C.A.; PIZA, M.R.T.; ALVARENGA, K.F. e COSER, P.L. Eletrofisiologia da audição e emissões otoacústicas. Princípios e aplicações clínicas. 2ª ed. Novo Conceito, 2010.

ALTERAÇÕES DA FALA E DA LINGUAGEM: Aquisição e desenvolvimento da Linguagem: desenvolvimento fonológico; Teorias de aquisição de Linguagem; Desenvolvimento Típico da Linguagem e alterações da linguagem na infância; Envelhecimento e Linguagem; Diagnóstico Diferencial dos Transtornos da Linguagem Infantil e em Adultos, da Linguagem Escrita e dos Transtornos Fonológicos. Processos de Intervenção no Atraso e nos Distúrbios de Linguagem Infantil e no Desvio Fonológico. Distúrbio Específico de Linguagem; Alterações da Fala: Disartrias e Dispraxias. Afasias.

Sugestões Bibliográficas: LAMÔNICA, D.A.C.; BRITTO, D.B.O.org. Tratado de Linguagem. BookToy. SP. 2017. FERNANDES, F.D.M.; MENDES, B.C.A.; NAVAS, A.L.P.G.P. Tratado de Fonoaudiologia. 2ª ed, São Paulo: Roca, 2010. MARCHESAN, I.Q.; SILVA, H.J. e TOME, M.C.M. Tratado das Especialidades em Fonoaudiologia. Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia. Ed. ROCA. SP. 2014.

MOTRICIDADE OROFACIAL: Funções orofaciais e atuação fonoaudiológica; Diagnóstico e Intervenção Fonoaudiológica nas Alterações de Respiração, Mastigação, Deglutição, e Fala. Doenças Neuromusculares. Intervenção Fonoaudiológica nas Fissuras Palatinas e Insuficiência Velofaríngeas. Disfagias Mecânicas. Intervenção Fonoaudiológica nas: Alterações da Articulação Tempormandibular, em pacientes submetidos à Cirurgia Ortognática, na Paralisia Facial e em pacientes Queimados. Frênulo Lingual: Avaliação e Classificação. Síndromes Craniofaciais e o Desenvolvimento Motor Oral. Câncer de Boca e Orofaringe. Deglutição em Neonatos.

Serviço de Atendimento de Reabilitação Especial de Maricá (SAREM).

Sugestões Bibliográficas: FERNANDES, F.D.M.; MENDES, B.C.A.; NAVAS, A.L.P.G.P. Tratado de Fonoaudiologia. 2ª ed, São Paulo: Roca, 2010. FILHO, O. L. Novo Tratado de Fonoaudiologia. 3ª ed. SP. Ed. Manole. 2013.

MARCHESAN, I.Q.; SILVA, H.J. e TOME, M.C.M. Tratado das Especialidades em Fonoaudiologia. Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia. Ed. Roca. SP. 2014.

Conteúdo Programático da Prova Dissertativa: Política Nacional de Assistência; Sistema Único de Assistência Social; A política nacional sobre uso de drogas: o Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas; Lei Orgânica da Assistência Social e suas atualizações; Seguridade Social no Brasil: saúde, assistência e previdência social no Brasil: leis e suas atualizações; Leis de Maricá: Decreto 42 de 11/05/2015 – SAREM, Decreto 106 de 05/01/2018 - Criança Feliz, Decreto 143 de 17/12/2014 - Bolsa Família, Decreto 222 de 11/12/2013 - Aluguel Social, Lei 2.465 de 23/09/2013 - Benefícios Eventuais.

Sugestões Bibliográficas: O Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11343-23-agosto-2006-545399-norma-atualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 08 de julho 2018. DUARTE, Paulina do Carmo Arruda Vieira. A política e a legislação brasileira sobre drogas. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seguranca-publica/prevencao-as-drogas/modulo_profissionais.pdf#page=73>. Acesso em: 08 de julho de 2018. GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; LEAL, Fabíola Xavier; ABREU, Cassiane Cominoti. A política antidrogas brasileira: velhos dilemas. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n2/a14v20n2>>. Acesso em 08 de julho de 2018.

Leis de Maricá: Decreto 42 (11/05/2015) – SAREM; Decreto 106 (05/01/2018) - Criança Feliz; Decreto 143 (17/12/2014) - Bolsa Família; Decreto 222 (11/12/2013) - Aluguel Social; Lei 2.465 (23/09/2013) - Benefícios Eventuais. Disponíveis em <<https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>>..

NUTRICIONISTA

Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos: Digestão, absorção, biodisponibilidade, metabolismo e deficiências de macronutrientes e micronutrientes. Necessidades, recomendações nutricionais e guias alimentares. Avaliação Nutricional: Indicadores antropométricos, bioquímicos, dietéticos e clínicos. Desnutrição, doenças carenciais e Obesidade. Nutrição na infância e adolescência. Alimentos: propriedades físico-químicas; tecnologia de alimentos, higiene, microbiologia e controle de qualidade. Técnica Dietética: planejamento e aquisição de gêneros alimentícios; pré-preparo e preparo. Administração de Serviços de Alimentação e Nutrição: planejamento, organização, controle e recursos humanos. Legislação de alimentos: boas práticas de fabricação, rotulagem, informação nutricional obrigatória e informação nutricional complementar. Alimentos funcionais e prevenção de doenças crônicas não transmissíveis. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Política Nacional de Alimentação Escolar. Alimentação escolar e agricultura familiar.

Sugestões Bibliográficas: BRASIL. Manual de apoio para atividades técnicas do nutricionista no âmbito do PNAE/Programa Nacional de Alimentação Escolar. Brasília: FNDE, 2017. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 2ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série B. Textos Básicos de Saúde). BRASIL. Ministério da Saúde. Carências e micronutrientes. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. (Cadernos de Atenção Básica, nº 20) (Série A. Normas e Manuais Técnicos). BRASIL. Ministério da Saúde. Obesidade. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Cadernos de Atenção Básica, nº 12) (Série A. Normas e Manuais Técnicos). CAMARGO, E.B. Técnica dietética: pré-preparo e preparo de alimentos: manual de laboratórios. 2ª ed. São Paulo: Atheneu, 2012. COULATE, T.P. Alimentos: a química de seus componentes. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. COZZOLINO, S.M.F. Biodisponibilidade de nutrientes. 2ª ed. Barueri: Manole, 2007. DOLINSKY, M. Nutrição Funcional. São Paulo: Roca. ENGSTROM, E. M. (org.) SISVAN: instrumento para o combate aos distúrbios nutricionais em serviços de saúde: o diagnóstico nutricional. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fiocruz. FELLOWS, P. J. Tecnologia do processamento de alimentos: princípios e prática. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. MAHAN, L. K. et al. Alimentos, Nutrição e Dietoterapia. 11ª ed. São Paulo: Roca. MEZOMO, I.B. Serviços de Alimentação: Planejamento e Administração. São Paulo: Manole. ORNELLAS, A.; LIESELOTTE, H. Técnica Dietética: Seleção e Preparo de Alimentos. São Paulo: Atheneu. PHILIPPI, S.T. Nutrição e Técnica Dietética. São Paulo: Manole, 2ª ed. SILVA JÚNIOR, E.A. da. Manual de controle higiênico-sanitário em alimentos. 6ª ed. São Paulo: Varela, 1995. SCARPO et al. Material Orientativo para Formação de Manipuladores de Alimentos que Atuam na Alimentação Escolar/Elaboração e Informações. Centro Colaborador Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Brasília (DF): Ministério da Educação, 2014. VASCONCELOS et al. O Papel do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). 2ª ed. Brasília: PNAE: CECANE, SC, 2012. VITOLO, M.R. Nutrição: da gestação ao envelhecimento. Rio de Janeiro: Rubio, 2008. <http://www.cfn.org.br/>; <http://www.anvisa.gov.br/>; <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae>.

Conteúdo Programático da Prova Dissertativa: Política Nacional de Assistência; Sistema Único de Assistência Social; A política nacional sobre uso de drogas: o Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas; Lei Orgânica da Assistência Social e suas atualizações; Seguridade Social no Brasil: saúde, assistência e previdência social no Brasil: leis e suas atualizações; Leis de Maricá: Decreto 42 de 11/05/2015 – SAREM, Decreto 106 de 05/01/2018 - Criança Feliz, Decreto 143 de 17/12/2014 - Bolsa Família, Decreto 222 de 11/12/2013 - Aluguel Social, Lei 2.465 de 23/09/2013 - Benefícios Eventuais.

Sugestões Bibliográficas: O Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11343-23-agosto-2006-545399-norma-atualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 08 de julho 2018. DUARTE, Paulina do Carmo Arruda Vieira. A política e a legislação brasileira sobre drogas. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seguranca-publica/prevencao-as-drogas/modulo_profissionais.pdf#page=73>. Acesso em: 08 de julho de 2018. GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; LEAL, Fabíola Xavier; ABREU, Cassiane Cominoti. A política antidrogas brasileira: velhos dilemas. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n2/a14v20n2>>. Acesso em 08 de julho de 2018.

Leis de Maricá: Decreto 42 (11/05/2015) – SAREM; Decreto 106 (05/01/2018) - Criança Feliz; Decreto 143 (17/12/2014) - Bolsa Família; Decreto 222 (11/12/2013) - Aluguel Social; Lei 2.465 (23/09/2013) - Benefícios Eventuais. Disponíveis em <<https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>>.

PEDAGOGO

Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos: Organização da Educação Brasileira: Legislação Educacional (LBD); Políticas educacionais; Filosofia da Educação: Concepções liberais e progressistas da Educação: contribuições e limites; Pedagogia tradicional, nova, tecnicista. Sociologia da

Educação: a democratização da escola; educação e sociedades. Psicologia da Educação: Teorias do desenvolvimento humano em suas distintas concepções; A história das ideias pedagógicas: pensamento pedagógico – da antiguidade clássica aos dias atuais; o pensamento pedagógico brasileiro; Educação e Tecnologia; aprendizagem com tecnologias digitais; Educação em Rede. Avaliação da aprendizagem. Educação inclusiva.

Sugestões Bibliográficas: ALMEIDA, Laurinda Ramalho e outros. **As Relações Interpessoais na Formação dos Professores**. Ed. Loyola. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. Ed. Moderna. ASSMANN, Hugo. **Redes Digitais e Metamorfose do Aprender**. Ed. Vozes. BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8069/1990**. DEMO, Pedro. **Ironias da Educação – mudanças e contos sobre mudança**, Ed. DP&A. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Tolerância – organização de Ana Freire**, Ed. Unesp. HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mito & desafio: uma perspectiva construtivista**, Ed. Mediação. LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**, Ed. Vozes. MOYSÉS, Lúcia. **O Desafio de Saber Ensinar**. Ed. Papirus. PADILHA, P.R. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**, Ed. Cortez. RAMOS, Rossana. **Inclusão na Prática – Estratégias Eficazes para a Educação Inclusiva**. Summus Editorial. SILVA, Luzia Guacira dos Santos. **Educação Inclusiva. Práticas Pedagógicas para uma Escola sem Exclusões**. Editora Paulinas. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do Trabalho Pedagógico – do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula**, Ed. Libertad. WEISZ, Telma. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. Editora Ática.

<https://www.marica.rj.gov.br/category/estrutura/secretarias/assistencia-social/>

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

<http://www.cartaeducacao.com.br/>

<https://novaescola.org.br/>

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14906

<http://porvir.org/>

Conteúdo Programático da Prova Dissertativa: Política Nacional de Assistência; Sistema Único de Assistência Social; A política nacional sobre uso de drogas: o Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas; Lei Orgânica da Assistência Social e suas atualizações; Seguridade Social no Brasil: saúde, assistência e previdência social no Brasil: leis e suas atualizações; Leis de Maricá: Decreto 42 de 11/05/2015 – SAREM, Decreto 106 de 05/01/2018 - Criança Feliz, Decreto 143 de 17/12/2014 - Bolsa Família, Decreto 222 de 11/12/2013 - Aluguel Social, Lei 2.465 de 23/09/2013 - Benefícios Eventuais.

Sugestões Bibliográficas: O Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11343-23-agosto-2006-545399-norma-atualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 08 de julho 2018. DUARTE, Paulina do Carmo Arruda Vieira. A política e a legislação brasileira sobre drogas. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seguranca-publica/prevencao-as-drogas/modulo_profissionais.pdf#page=73>. Acesso em: 08 de julho de 2018. GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; LEAL, Fabíola Xavier; ABREU, Cassiane Cominoti. A política antidrogas brasileira: velhos dilemas. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n2/a14v20n2>>. Acesso em 08 de julho de 2018.

Leis de Maricá: Decreto 42 (11/05/2015) – SAREM; Decreto 106 (05/01/2018) - Criança Feliz; Decreto 143 (17/12/2014) - Bolsa Família; Decreto 222 (11/12/2013) - Aluguel Social; Lei 2.465 (23/09/2013) - Benefícios Eventuais. Disponíveis em <<https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>>.

PSICÓLOGO

Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos: Processos fundamentais de aprendizagem. Memória. Pensamento e linguagem. Emoção. Inteligência e criatividade. Comportamento antissocial: agressão. Comportamento pró social: altruísmo. Comportamento grupal. Transtornos de personalidade. Ética no uso de testes no processo de avaliação psicológica. Avaliação de comportamento de risco na adolescência. Violência doméstica. Documento técnico de avaliação psicológica para diagnóstico de TDAH. Centro de referência de assistência social – CRAS. Legislação sobre a Secretaria de Assistência social de Maricá. Serviço de Atendimento de Reabilitação Especial de Maricá – SAREM.

Sugestões Bibliográficas: ALCHIERI, J. C. Avaliação psicológica: perspectivas e contextos. Vetor. AMBIEL, R.A.M. et al (org.) Avaliação psicológica: guia para estudantes e profissionais de psicologia. Casa do Psicólogo. BECK, A.T.; FREEMAN, A.; DAVIS, D.D. e colaboradores. Terapia cognitiva dos transtornos de personalidade. Artmed. DAVIDOFF, L.L. Introdução à Psicologia. McGraw Hill. RODRIGUES, A; ASSMAR, E.M.L.; JABLONSKI, B. Psicologia Social. Vozes. MAIA, M.S. (org) Por uma ética do cuidado. Garamond. REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CMAS – MARICÁ. Disponível em: <<http://www.marica.rj.gov.br/wp>>

content/uploads/2016/08/regimento_cmas.pdf>. DECRETO nº 42 de 11 de maio de 2015. Disponível em <<https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>>.

Conteúdo Programático da Prova Dissertativa: Política Nacional de Assistência; Sistema Único de Assistência Social; A política nacional sobre uso de drogas: o Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas; Lei Orgânica da Assistência Social e suas atualizações; Seguridade Social no Brasil: saúde, assistência e previdência social no Brasil: leis e suas atualizações; Leis de Maricá: Decreto 42 de 11/05/2015 – SAREM, Decreto 106 de 05/01/2018 - Criança Feliz, Decreto 143 de 17/12/2014 - Bolsa Família, Decreto 222 de 11/12/2013 - Aluguel Social, Lei 2.465 de 23/09/2013 - Benefícios Eventuais.

Sugestões Bibliográficas: O Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11343-23-agosto-2006-545399-norma-atualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 08 de julho 2018. DUARTE, Paulina do Carmo Arruda Vieira. A política e a legislação brasileira sobre drogas. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seguranca-publica/prevencao-as-drogas/modulo_profissionais.pdf#page=73>. Acesso em: 08 de julho de 2018. GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; LEAL, Fabíola Xavier; ABREU, Cassiane Cominoti. A política antidrogas brasileira: velhos dilemas. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n2/a14v20n2>>. Acesso em 08 de julho de 2018.

Leis de Maricá: Decreto 42 (11/05/2015) – SAREM; Decreto 106 (05/01/2018) - Criança Feliz; Decreto 143 (17/12/2014) - Bolsa Família; Decreto 222 (11/12/2013) - Aluguel Social; Lei 2.465 (23/09/2013) - Benefícios Eventuais. Disponíveis em <<https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>>.

TERAPEUTA OCUPACIONAL

Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos: Taxonomia da ocupação humana. Processos em terapia ocupacional. Avaliação de capacidades e necessidades. Análise ocupacional. Análise do ambiente. Desenvolvimento psicossocial. Desenvolvimento psicomotor no início da vida humana. Desenvolvimento motor típico e atípico. Processos Psicológicos básicos: sensação, percepção, estados de consciência. Funcionamento do aparelho locomotor. Princípios de anatomia humana. Centro de referência de assistência social – CRAS. Legislação sobre a Secretaria de Assistência Social de Maricá. Serviço de Atendimento de Reabilitação Especial de Maricá – SAREM.

Sugestões Bibliográficas: CHAZAUD, J. Introdução à psicomotricidade. Manole. CORIAT, L.F. Maturação psicomotora no 1º ano de vida da criança. Cortez e Moraes Ltda. PAPALIA, D.E.; OLDS, S.W.; FELDMAN, R.D. Desenvolvimento humano. Artmed. EGGERS, O. Terapia ocupacional no tratamento de hemiplegia do adulto. Colina. KAPANDJI, I.A. Fisiologia articular. Manole. HAGEDORN, R. Ferramentas para a prática em terapia ocupacional. Roca. MYERS, D. Introdução à Psicologia Geral. LTC. TORTORA, G.B. Anatomia e Fisiologia. Guanabara Koogan. CMAS – Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social/Maricá. Disponível em: http://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/regimento_cmas.pdf. DECRETO nº 42 de 11 de maio de 2015. Disponível em <<https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>>.

Conteúdo Programático da Prova Dissertativa: Política Nacional de Assistência; Sistema Único de Assistência Social; A política nacional sobre uso de drogas: o Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas; Lei Orgânica da Assistência Social e suas atualizações; Seguridade Social no Brasil: saúde, assistência e previdência social no Brasil: leis e suas atualizações; Leis de Maricá: Decreto 42 de 11/05/2015 – SAREM, Decreto 106 de 05/01/2018 - Criança Feliz, Decreto 143 de 17/12/2014 - Bolsa Família, Decreto 222 de 11/12/2013 - Aluguel Social, Lei 2.465 de 23/09/2013 - Benefícios Eventuais.

Sugestões Bibliográficas: O Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11343-23-agosto-2006-545399-norma-atualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 08 de julho 2018. DUARTE, Paulina do Carmo Arruda Vieira. A política e a legislação brasileira sobre drogas. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seguranca-publica/prevencao-as-drogas/modulo_profissionais.pdf#page=73>. Acesso em: 08 de julho de 2018. GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; LEAL, Fabíola Xavier; ABREU, Cassiane Cominoti. A política antidrogas brasileira: velhos dilemas. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n2/a14v20n2>>. Acesso em 08 de julho de 2018.

Leis de Maricá: Decreto 42 (11/05/2015) – SAREM; Decreto 106 (05/01/2018) - Criança Feliz; Decreto 143 (17/12/2014) - Bolsa Família; Decreto 222 (11/12/2013) - Aluguel Social; Lei 2.465 (23/09/2013) - Benefícios Eventuais. Disponíveis em <<https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>>.

CONTADOR

Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos: Orçamento Público: características do orçamento tradicional, do orçamento-programa e do orçamento de desempenho. Princípios orçamentários. Leis Orçamentárias: PPA, LDO, LOA. Orçamento fiscal e de seguridade social. Orçamento na Constituição Federal de 1988. Conceituação e classificação da receita e da despesa orçamentária brasileira. Execução da receita e da despesa orçamentária. Créditos Adicionais. LC nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. Contabilidade Pública: conceito, objeto, objetivo, campo de atuação. Contabilização dos Principais Fatos Contábeis: previsão da receita, fixação da despesa, realização da receita e despesa. Demonstrativos Contábeis: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais. Lei nº 4.320/64. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - Aprovadas pelas Resoluções do CFC nºs de 1.128/08 a 1.137/08 e alterações posteriores. Contabilidade Geral: Princípios de Contabilidade (aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, através da Resolução CFC nº 750/93 e posteriores atualizações). Patrimônio: Componentes Patrimoniais - ativo, passivo e patrimônio líquido. Contas patrimoniais e de resultado. Regime de escrituração contábil (Caixa e Competência). Teorias, funções, funcionamento das contas e plano de contas. Apuração de resultados. NBC TG 26 - Demonstrativos contábeis. Análise das demonstrações contábeis por meio de índices. Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. Livros de escrituração contábil (Diário e Razão). NBC TG - Estrutura Conceitual. Gerencial e Custos - Métodos de Custeamento (Absorção, Direto/Variável). Pontos de Equilíbrio (Contábil, Econômico e Financeiro). Ciclo Operacional e Financeiro. Custos Fixos e Variáveis. Custos Diretos e Indiretos. Custos (Primário, Transformação e Produção). Contabilidade Comercial: NBC TG 27 - Ativo Imobilizado. NBC TG 16 - Estoques. NBC TG 32 - Tributos sobre o Lucro e NBC TG 06 - Arrendamento Mercantil. Auditoria - Auditoria Interna e Auditoria Externa. Planejamento de Auditoria. Controle Interno. Procedimentos de Auditoria. Relatório de Auditoria. Parecer de Auditoria e Eventos Subsequentes. Patrimônio Líquido, Goodwill e Intangíveis; Introdução à Normalização Contábil Internacional; Introdução à Teoria Positiva da Contabilidade. Demonstração do fluxo de caixa (método direto e indireto); Demonstração do valor adicionado; critérios de avaliação de ativos e passivos; valor de recuperação de ativos (teste de impairment); Goodwill; Ativos intangíveis; Demonstrações Contábeis de acordo com IFRS; Tratamento contábil dos principais itens das demonstrações de acordo com IFRS. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): Contabilidade Aplicada ao Setor Público; plano de contas aplicado ao setor público (PCASP); aspectos orçamentário, patrimonial e fiscal da contabilidade aplicada ao setor público; implantação das inovações na contabilidade aplicada ao setor público; princípios de contabilidade; Procedimentos Contábeis Orçamentários; Princípios Orçamentários; receita orçamentária; despesa orçamentária; fonte/destinação de recursos; Procedimentos contábeis patrimoniais; composição do patrimônio público; variações patrimoniais; mensuração de ativos e passivos; ativo imobilizado; ativo intangível; reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e Exaustão; transações sem contraprestação; provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; reflexo patrimonial das despesas de exercícios anteriores (DEA); procedimentos contábeis específicos: fundeb; parcerias público-privadas (PPP); operações de crédito; regime próprio de previdência social (RPPS); dívida ativa; precatórios em regime especial; consórcios públicos; plano de contas aplicado ao setor público; Aspectos gerais do PCASP; demonstrações contábeis aplicadas ao setor público; balanço orçamentário; balanço financeiro; balanço patrimonial; demonstração das variações patrimoniais; demonstração dos fluxos de caixa; demonstração das mutações no patrimônio líquido; notas explicativas às dcasp; consolidação das demonstrações contábeis. Código Tributário do Município de Maricá: Lei 910 de 14/12/1990. Decreto 158 de 21/05/2018.

Sugestões Bibliográficas:

1 - Pronunciamentos Contábeis do CPC:

CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro

CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos

CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

CPC 04 - Ativo Intangível

CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas

CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil

CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais

CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

CPC 12 - Ajuste a Valor Presente

CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº. 449/08

CPC 15 - Combinação de Negócios

CPC 16 - Estoques

CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto

CPC 19 - Negócios em Conjunto

CPC 20 - Custos de Empréstimos

CPC 21 - Demonstração Intermediária

CPC 22 – Informações por Segmento

CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

CPC 24 - Evento Subsequente
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis
CPC 27 - Ativo Imobilizado
CPC 28 - Propriedade para Investimento
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro
CPC 33 - Benefícios a Empregados
CPC 35 - Demonstrações Separadas
CPC 36 - Demonstrações Consolidadas
CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41
CPC 44 – Demonstrações Combinadas
CPC 45 – Divulgação de Participações em outras Entidades
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente
CPC 48 – Instrumentos Financeiros
CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas com Glossário de Termos
2- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7^a ed.
3- <https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>

FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ENFERMEIRO

Conteúdo Programático

Política de saúde no Brasil. Sistema Único de Saúde (SUS). Legislação do SUS: Lei 8.080 de 19/09/1990 e Decreto no 7.508 de 28/06/2011. Lei 8.142 de 28/12/1990. Lei Complementar no 141, de 13/01/2012. A Reforma Sanitária no Brasil. Modelos Assistenciais no Sistema Único de Saúde. 8a Conferência Nacional de Saúde. Participação Popular e Controle Social. A Organização Social e Comunitária. Os Conselhos de Saúde. O Pacto pela Saúde. Evolução histórica da vigilância Sanitária no Brasil. Vigilância em saúde no Brasil: Sistema Nacional de vigilância em saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS). Legislação de Vigilância Sanitária. Lei no 9.792/1999 e suas alterações. Decreto no 3.099/1999 e suas alterações. Vigilância Sanitária: conceito, área de abrangência e funções. Riscos sanitários. Inspeção: conceito, finalidade, características, etapas e tipos de inspeção. Vigilância sanitária de produtos e serviços de interesse a saúde. Vigilância da água e solo. Vigilância nos ambientes de trabalho. Saúde do trabalhador. Ética e Biossegurança. SINAvisa. Planejamento estratégico em saúde. O papel da vigilância sanitária municipal. Métodos básicos utilizados pela bioestatística na observação e análise de uma população. O método epidemiológico; distribuição de doenças e agravos à saúde; variações de tempo, espaço e pessoa; endemias e epidemias. Medidas de saúde coletiva. Indicadores de Saúde. Identificação de problemas de saúde; planejamento e programação; avaliação em saúde. Doenças transmissíveis, modos de transmissão e formas de controle. Doenças não transmissíveis de importância para a saúde pública. Vigilância epidemiológica: notificação e controle de doenças. Sistemas de Informação em Saúde. Educação em saúde e treinamento de pessoal. Esquema Básico de Vacinação. Procedimentos técnicos e avaliação de sistemas de vigilância epidemiológica; Investigação epidemiológica de casos e epidemias; Sistemas de informação em saúde e vigilância epidemiológica; Doenças Infecciosas de Interesse para a Saúde Pública (Influenza, Rubéola, Sarampo, Doenças diarreicas agudas, Difteria, Leptospirose, Dengue, Doença de Chagas, Esquistossomose Mansônica, Febre Maculosa, Febre Brasileira, Febre Purpúrica, Febre Tifóide, Raiva, Acidentes por animais peçonhentos, Doença Meningocócica, Meningite Tuberculosa, Meningite por Haemophilus Influenzae, Malária, Infecção pelo Papiloma Vírus Humano (HPV), Giardíase, Hanseníase, Hantavírus, Hepatite A, Hepatite B, Hepatite C, Hepatite D, Hepatite E, Tétano Acidental, Tuberculose, Escabiose, Criptococose, Criptosporidíase); Vigilância Epidemiológica: procedimentos técnicos e situação das doenças infecciosas no Brasil; Políticas de resíduos sólidos, Resíduos sólidos, resíduos de serviços de saúde e meio ambiente; Gestão integrada de resíduos de serviços de saúde; Precauções-Padrão; Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA - RDC n° 306, de 7 de dezembro de 2004; Lei n° 9.782, de 26 de Janeiro de 1999; Recomendações para prevenção e controle (Baseado nas orientações do Centers for Diseases Control and Prevention - CDC).

Sugestões Bibliográficas

BRASIL, Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. Volume único (recurso eletrônico). Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. 2A Ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em <http://portalms.saude.gov.br/vigilanciaem-saude/publicacoes>. BRASIL, Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde. Doenças Infecciosas e Parasitárias – Guia de Bolso, 8^a edição revista. 2010. Disponível em <http://portalms.saude.gov.br/vigilancia-em-saude/publicacoes>. BRASIL, Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em <http://portalms.saude.gov.br/vigilancia-em-saude/publicacoes>. BRASIL, Constituição Federal de 1988 –

Título VIII, Capítulo II, Seção II, Artigos de 196 a 200, da Saúde. BRASIL. Ministério da Saúde. Lei no 8.080 de 19/09/1990. Diário Oficial da União. Brasília, 20/09/1990. BRASIL. Ministério da Saúde. Lei no 8.142 de 28/12/1990. Diário Oficial da União. Brasília, 29/12/1990. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS no 648, de 28 de março de 2006. Brasília, 2006. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde. Disponível em <http://www.saude.gov.br/dab>. EDUARDO, Maria Bernadete de Paula. Vigilância Sanitária, volume 8 / Maria Bernadete de Paula Eduardo; colaboração de Isaura Cristina Soares de Miranda. – São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998. – (Série Saúde & Cidadania). Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_cidadania_volume08.pdf. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, promulgada em 05/10/1988. Editora Atlas S.A., 1993, São Paulo. GERMANO, Pedro Manuel Leal. Higiene e vigilância sanitária dos alimentos: qualidade das matérias primas, doenças transmitidas por alimentos, treinamento de recursos humanos. 4a ed. Barueri, SP: Manole, 2011. NEVES, David Pereira Parasitologia Básica – 3a ed. 2014 Atheneu RIEDEL, Guenther. Controle Sanitário dos Alimentos. Editora Loyola. ROUQUAYROL, Maria Zélia. Epidemiologia & Saúde. 7a ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013. SILVA, Délio Barbosa da. Vigilância sanitária na prática municipal. Salvador: Núcleo de Publicações da Rede de Ensino FTC- NUPE, 2008. SILVA Jr., Eneo Alves. Manual de Controle Higiênico Sanitário em Alimentos. 5a ed. Livraria Varela, 2002. AGUIAR, D.F. LIMA, A.B.G. SANTOS, R.B. Uso das precauções-padrão na assistência de enfermagem: um estudo retrospectivo. Escola Anna Nery – Revista de Enfermagem n.3, vol. 12. Set. Rio de Janeiro, 2008. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Guia de Vigilância Epidemiológica, 7ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_epidemiologica_7ed.pdf Doenças Infecciosas e Parasitárias – Guia de Bolso, 8ª edição revista. 2010. Disponível em <http://portalms.saude.gov.br/vigilancia-em-saude/publicacoes>. Lei nº 9.782, de 26 de Janeiro de 1999 que Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências. Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/servicos/saude/manuais/manual_gerenciamento_residuos.pdf. Recomendações para prevenção e controle (Baseado nas orientações do Centers for Diseases Control and Prevention - CDC). Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/o-ministro/918-saude-de-a-a-z/influenza/13807-recomendacoes-para-prevencao-e-controle>. Resolução RDC nº 306, de 7 de Dezembro de 2004 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/documents/33880/2568070/res0306_07_12_2004.pdf/95eac678-d441-4033-a5ab-f0276d56aaa6. Código Sanitário Municipal de Maricá - Lei 1058 de 30/12/91 (disponível em <www.marica.rj.gov.br/concursos>)

FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – NUTRICIONISTA

Conteúdo Programático

Política de saúde no Brasil. Sistema Único de Saúde (SUS). Legislação do SUS: Lei 8.080 de 19/09/1990 e Decreto no 7.508 de 28/06/2011. Lei 8.142 de 28/12/1990. Lei Complementar no 141, de 13/01/2012. A Reforma Sanitária no Brasil. Modelos Assistenciais no Sistema Único de Saúde. 8a Conferência Nacional de Saúde. Participação Popular e Controle Social. A Organização Social e Comunitária. Os Conselhos de Saúde. O Pacto pela Saúde. Evolução histórica da Vigilância Sanitária no Brasil. Vigilância em saúde no Brasil: Sistema Nacional de vigilância em saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS). Legislação de Vigilância Sanitária. Lei no 9.792/1999 e suas alterações. Decreto no 3.099/1999 e suas alterações. Vigilância Sanitária: conceito, área de abrangência e funções. Riscos sanitários. Inspeção: conceito, finalidade, características, etapas e tipos de inspeção. Vigilância sanitária de produtos e serviços de interesse a saúde. Vigilância da água e solo. Vigilância nos ambientes de trabalho. Saúde do trabalhador. Ética e Biossegurança. SINAUSA. Planejamento estratégico em saúde. O papel da vigilância sanitária municipal. Métodos básicos utilizados pela bioestatística na observação e análise de uma população. O método epidemiológico; distribuição de doenças e agravos à saúde; variações de tempo, espaço e pessoa; endemias e epidemias. Medidas de saúde coletiva. Indicadores de Saúde. Identificação de problemas de saúde; planejamento e programação; avaliação em saúde. Doenças transmissíveis, modos de transmissão e formas de controle. Doenças não transmissíveis de importância para a saúde pública. Vigilância epidemiológica: notificação e controle de doenças. Sistemas de Informação em Saúde. Educação em saúde e treinamento de pessoal. Esquema Básico de Vacinação. Propriedades físico-químicas dos alimentos; tecnologia de alimentos, higiene, microbiologia e controle de qualidade dos alimentos. Técnica Dietética: planejamento e aquisição de gêneros alimentícios; pré-preparo e preparo. Administração de Serviços de Alimentação e Nutrição: planejamento, organização, controle e recursos humanos. Legislação de alimentos: boas práticas de fabricação, rotulagem, informação nutricional obrigatória e informação nutricional complementar.

Sugestões Bibliográficas

BRASIL, Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. Volume único (recurso eletrônico). Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. 2ª Ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em <http://portalms.saude.gov.br/vigilanciaem-saude/publicacoes>.

BRASIL, Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde. Doenças Infecciosas e Parasitárias – Guia de Bolso, 8ª edição revista. 2010. Disponível em <http://portalms.saude.gov.br/vigilancia-em-saude/publicacoes>.

BRASIL, Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em <http://portalms.saude.gov.br/vigilancia-em-saude/publicacoes>.

BRASIL, Constituição Federal de 1988 – Título VIII, Capítulo II, Seção II, Artigos de 196 a 200, da Saúde. BRASIL. Ministério da Saúde. Lei no 8.080 de 19/09/1990. Diário Oficial da União. Brasília, 20/09/1990. BRASIL. Ministério da Saúde. Lei no 8.142 de 28/12/1990. Diário Oficial da União. Brasília, 29/12/1990. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS no 648, de 28 de março de 2006. Brasília, 2006. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde. Disponível em <http://www.saude.gov.br/dab>.

EDUARDO, Maria Bernadete de Paula. Vigilância Sanitária, volume 8 / Maria Bernadete de Paula Eduardo; colaboração de Isaura Cristina Soares de Miranda. – São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998. – (Série Saúde & Cidadania). Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_cidadania_volume08.pdf.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, promulgada em 05/10/1988. Editora Atlas S.A., 1993, São Paulo.

GERMANO, Pedro Manuel Leal. Higiene e vigilância sanitária dos alimentos: qualidade das matérias primas, doenças transmitidas por alimentos, treinamento de recursos humanos. 4ª ed. Barueri, SP: Manole, 2011.

NEVES, David Pereira Parasitologia Básica – 3ª ed. 2014 Atheneu

RIEDEL, Guenther. Controle Sanitário dos Alimentos. Editora Loyola.

ROUQUAYROL, Maria Zélia. Epidemiologia & Saúde. 7ª ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013.

SILVA, Délio Barbosa da. Vigilância sanitária na prática municipal. Salvador: Núcleo de Publicações da Rede de Ensino FTC- NUPE, 2008.

SILVA Jr., Eneo Alves. Manual de Controle Higiênico Sanitário em Alimentos. 5ª ed. Livraria Varela, 2002.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 setembro de 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 1.428, de 26 de novembro de 1993. Aprova o Regulamento Técnico para Inspeção Sanitária de Alimentos, Diretrizes para o Estabelecimento de Boas Práticas de Produção e de Prestação de Serviços na Área de Alimentos, e o Regulamento Técnico para o Estabelecimento de Padrão de Identidade e Qualidade (PIQ's) para Serviços e Produtos na Área de Alimentos. Diário Oficial da União (DOU). Brasília, DF, 2 dez. 1993.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002. Dispõe sobre o regulamento técnico de procedimentos operacionais padronizados aplicados aos estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos e a lista de verificação das boas práticas de fabricação em estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos. Diário Oficial da União, Brasília, 2002.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Rotulagem nutricional obrigatória: manual de orientação às indústrias de Alimentos. Universidade de Brasília, Brasília: 2005.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002. Aprovar o Regulamento Técnico sobre Rotulagem de Alimentos Embalados. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 23 set. 2002.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 359, de 23 de dezembro de 2003. Aprova Regulamento Técnico de Porções de Alimentos Embalados para Fins de Rotulagem Nutricional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 26 dez. 2003.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003. Aprova Regulamento Técnico sobre Rotulagem Nutricional de Alimentos Embalados, tornando obrigatória a rotulagem nutricional. Diário Oficial da República do Brasil, Brasília, 26 dez. 2003.

COULATE, T. P. Alimentos: a química de seus componentes. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FELLOWS, P. J. Tecnologia do processamento de alimentos: princípios e prática. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MEZOMO, I. B. Serviços de Alimentação: Planejamento e Administração. São Paulo: Manole.

ORNELLAS, A.; LIESELOTTE, H. Técnica Dietética: Seleção e Preparo de Alimentos. São Paulo: Atheneu.

PHILIPPI, S. T. Nutrição e Técnica Dietética. São Paulo: Manole, 2ª ed.

SILVA JÚNIOR, E. A. da Manual de controle higiênico-sanitário em alimentos. 6ª ed. São Paulo: Varela, 1995.

Código Sanitário Municipal de Maricá - Lei 1058 de 30/12/91 (disponível em <www.marica.rj.gov.br/concursos>).

FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ODONTÓLOGO

Conteúdo Programático

Política de saúde no Brasil. Sistema Único de Saúde (SUS). Legislação do SUS: Lei 8.080 de 19/09/1990 e Decreto no 7.508 de 28/06/2011. Lei 8.142 de 28/12/1990. Lei Complementar no 141, de 13/01/2012. A Reforma Sanitária no Brasil. Modelos Assistenciais no Sistema Único de Saúde. 8ª Conferência Nacional de Saúde. Participação Popular e Controle Social. A Organização Social e Comunitária. Os Conselhos de

Saúde. O Pacto pela Saúde. Evolução histórica da vigilância Sanitária no Brasil. Vigilância em saúde no Brasil: Sistema Nacional de vigilância em saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS). Legislação de Vigilância Sanitária. Lei no 9.792/1999 e suas alterações. Decreto no 3.099/1999 e suas alterações. Vigilância Sanitária: conceito, área de abrangência e funções. Riscos sanitários. Inspeção: conceito, finalidade, características, etapas e tipos de inspeção. Vigilância sanitária de produtos e serviços de interesse a saúde. Vigilância da água e solo. Vigilância nos ambientes de trabalho. Saúde do trabalhador. Ética e Biossegurança. SINAUSA. Planejamento estratégico em saúde. O papel da vigilância sanitária municipal. Métodos básicos utilizados pela bioestatística na observação e análise de uma população. O método epidemiológico; distribuição de doenças e agravos à saúde; variações de tempo, espaço e pessoa; endemias e epidemias. Medidas de saúde coletiva. Indicadores de Saúde. Identificação de problemas de saúde; planejamento e programação; avaliação em saúde. Doenças transmissíveis, modos de transmissão e formas de controle. Doenças não transmissíveis de importância para a saúde pública. Vigilância epidemiológica: notificação e controle de doenças. Sistemas de Informação em Saúde. Educação em saúde e treinamento de pessoal. Esquema Básico de Vacinação. Lei Orgânica da Saúde Lei n.º 8080 de 19 de setembro de 1990. Lei n.º 8142 de 28 de dezembro 1990. Constituição Federal nos Artigos 196 a 200 sobre o Sistema Único de Saúde (SUS). Resolução 196 de 10 de outubro de 1996 - CNS; Lei n.º 9.434 de 4 de fevereiro de 1997; Lei n.º 10.211 de 23 de março de 2001; Decreto n.º 2.268 de 30 de junho de 1997; Portaria GM-1.686 de 20 de setembro de 2002. Lei n.º 11.889 de 24 de dezembro de 2008. Lei n.º 6437 de 20 de agosto de 1977. Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Decreto n.º 3.029, de 16 de abril de 1999. Infraestrutura física para instalação de consultórios odontológicos. Documentação e condições de funcionamento para serviços odontológicos. Biossegurança em Odontologia. Fluxo de processamento de artigos em consultório odontológico. Equipamentos de proteção individual. Precauções padrão e riscos ocupacionais em Odontologia. Conduta após exposição à material biológico. Gerenciamento de resíduos em serviços odontológicos. Radiações Ionizantes e Proteção radiológica. Portaria 453 de 1 de junho de 1998 e Resolução RDC 50 de 21 de fevereiro de 2002. Antibioticoprofilaxia em Odontologia. O órgão dental e a importância do Banco de dentes. Código de Ética dos Profissionais de Odontologia. Código de Processo Ético Odontológico. Normas que regulamentam o exercício profissional de Odontologia. Noções básicas sobre Vigilância Sanitária. Programas de Vigilância Sanitária. Operacionalização da Vigilância Sanitária. O poder da ação da Vigilância Sanitária e os resultados em benefício da saúde.

Sugestões Bibliográficas

BRASIL, Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. Volume único (recurso eletrônico). Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. 2ª Ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em <http://portalms.saude.gov.br/vigilanciaem-saude/publicacoes>. BRASIL, Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde. Doenças Infecciosas e Parasitárias – Guia de Bolso, 8ª edição revista. 2010. Disponível em <http://portalms.saude.gov.br/vigilancia-em-saude/publicacoes>. BRASIL, Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em <http://portalms.saude.gov.br/vigilancia-em-saude/publicacoes>. BRASIL, Constituição Federal de 1988 – Título VIII, Capítulo II, Seção II, Artigos de 196 a 200, da Saúde. BRASIL. Ministério da Saúde. Lei no 8.080 de 19/09/1990. Diário Oficial da União. Brasília, 20/09/1990. BRASIL. Ministério da Saúde. Lei no 8.142 de 28/12/1990. Diário Oficial da União. Brasília, 29/12/1990. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS no 648, de 28 de março de 2006. Brasília, 2006. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde. Disponível em <http://www.saude.gov.br/dab>. EDUARDO, Maria Bernadete de Paula. Vigilância Sanitária, volume 8 / Maria Bernadete de Paula Eduardo; colaboração de Isaura Cristina Soares de Miranda. – São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998. – (Série Saúde & Cidadania). Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_cidadania_volume08.pdf. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, promulgada em 05/10/1988. Editora Atlas S.A., 1993, São Paulo. GERMANO, Pedro Manuel Leal. Higiene e vigilância sanitária dos alimentos: qualidade das matérias primas, doenças transmitidas por alimentos, treinamento de recursos humanos. 4ª ed. Barueri, SP: Manole, 2011. NEVES, David Pereira Parasitologia Básica – 3ª ed. 2014 Atheneu RIEDEL, Guenther. Controle Sanitário dos Alimentos. Editora Loyola. ROUQUAYROL, Maria Zélia. Epidemiologia & Saúde. 7ª ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013. SILVA, Délio Barbosa da. Vigilância sanitária na prática municipal. Salvador: Núcleo de Publicações da Rede de Ensino FTC- NUPE, 2008. SILVA Jr., Eneo Alves. Manual de Controle Higiênico Sanitário em Alimentos. 5ª ed. Livraria Varela, 2002. BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. BRASIL. Decreto n.º 2.268 de 30 de junho de 1997. Regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fim de transplante e tratamento, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto n.º 3.029, de 16 de abril de 1999. Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.

BRASIL. Lei n.º 10.211 de 23 de março de 2001. Altera dispositivos da Lei no 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que "dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento".

BRASIL. Lei n.º 11.889 de 24 de dezembro de 2008. Regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal - TSB e de Auxiliar em Saúde Bucal – ASB.

BRASIL. Lei n.º 6437 de 20 de agosto de 1977. Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

BRASIL. Lei n.º 8080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

BRASIL. Lei n.º 8142 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências

BRASIL. Lei n.º 9.434 de 4 de fevereiro de 1997. Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências.

BRASIL. Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Serviços Odontológicos: Prevenção e Controle de Riscos / Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério Da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria GM- n.º 1.686 de 20 de setembro de 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lavar as mãos: informações para profissionais de saúde. Brasília, 1989.

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA. Resolução CFO-118/2012. Código De Ética Odontológica.

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA. Resolução CFO-59/2004. Código de Processo Ético Odontológico. Publicado no DOU em 07/10/2004, Seção 1, pags. 430 e 431.

EDUARDO , Maria Bernadete de Paula. Vigilância Sanitária. Vol 8. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, Editora Fundação Peirópolis Ltda. 1998. – (Série Saúde & Cidadania).

RIO DE JANEIRO. Secretária de Estado de Saúde. Coordenação de Fiscalização Sanitária. Manual de Biossegurança em Odontologia.

Código Sanitário Municipal de Maricá - Lei 1058 de 30/12/91 (disponível em <www.marica.rj.gov.br/concursos>)

AUDITOR (ÊNFASE EM CONTROLE INTERNO)

Conteúdo Programático:

Administração Pública. O Estado: poderes e funções, função administrativa e federação. Administração Pública: órgãos públicos e agentes públicos. Princípio da Administração Pública: princípios expressos e reconhecidos, modelos teóricos de administração pública. Controle da Administração Pública: Ministério Público, CNMP e CNJ. Classificação e Conceitos dos Controles quanto à origem, ao momento, ao aspecto, à amplitude e aos órgãos. Poderes e Deveres do Administrador Público. Ato Administrativo: conceito, elementos, objeto, forma, motivo, finalidade, características, classificação, espécies, extinção, anulação e revogação. Contratos Administrativos: conceito, características, espécies, duração, prorrogação, renovação, cláusulas e convênios administrativos. Políticas Públicas: conceitos, características e classificação. Licitação: conceito, objetivo, princípios, dispensa de licitação, inexigibilidade, modalidades de licitação e pregão. Serviço Público: conceito, classificação, titularidade e princípios. Administração Direta e Indireta: conceito, natureza da função, abrangência e composição. Lei da Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92). Lei Orgânica do Município de Maricá, 3ª ed – Atualizada até a emenda nº 45, de 02 de maio de 2018.

Direito Constitucional. Princípios fundamentais da Constituição da República: dos Direitos e Garantias Fundamentais. Da Organização do Estado (Art. 18 a 31). Da Administração Pública (Art. 37 e 38). Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (Art. 70 a 75). Do Ministério Público (Art. 127 a 130-A). Da Tributação e do Orçamento (Art. 145 a 149-A). Das Limitações do Poder de Tributar (Art. 150 a 152). Dos Impostos dos Municípios (Art. 156). Da Repartição das Receitas Tributárias (Art. 157 a 161). Das Finanças Públicas (Art. 163 a 169). Da Política Urbana (Art. 182 e 183).

Administração Pública Financeira e Orçamentária. Orçamento Público: conceitos, princípios, elaboração, diretrizes, exercício financeiro, restos a pagar e créditos adicionais. Leis Orçamentárias: LDO e LOA. PPA. Estrutura Programática: atividade, projeto e operações especiais. Despesas Públicas: conceitos, classificação, etapas, execução da despesa, despesas de exercício anteriores. Receita Pública: conceito, classificação, origem, etapas e realização da receita. Lei de responsabilidade fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000). Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Decreto nº 158, de 21 de maio de 2018, da Prefeitura Municipal de Maricá.

Contabilidade Pública. Conceito, objetivo, regime orçamentário e contábil, exercício financeiro, classificação dos fatos contábeis, variações patrimoniais. Sistemas de contas. Plano de Contas: conceito, objetivos, composição do plano de contas. Demonstrações Contábeis: balanço patrimonial, balanço orçamentário, balanço financeiro, demonstrações das variações patrimoniais, demonstrações do resultado econômico e demonstrações exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Notas Explicativas. Lei de Responsabilidade Fiscal: aspectos contábeis, resultados primário e nominal, receita corrente líquida e relatório da gestão fiscal. Lei nº 4.320/64. Manual de Contabilidade Pública, aplicada ao Setor Público, da Secretaria de tesouro Nacional.

Contabilidade Geral. Conceito e objetivo. Patrimônio: definição, ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas, despesas e equação fundamental do patrimônio. Contas: conceito, plano de contas, débito, crédito, razão. Princípios Contábeis. Regime de competência e regime de caixa. Fatos Contábeis: capital social, provisões, perdas estimadas de ativos, valor recuperável e valor contábil de unidade geradora de caixa, aplicação financeira e apropriação de rendimentos e despesa antecipada. Demonstrações Financeiras. Balanço Patrimonial. Demonstração de Resultado do Exercício. Patrimônio Líquido. Ativo Imobilizado. Ativo Intangível. Ativo Investimento. Manual de Contabilidade Pública. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Lei das S/A. Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.180/09. Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.292/10. Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.303/10. Manual de Contabilidade Societária. Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.374/11.

Sugestões bibliográficas:

PALUDO, A, Administração Pública, Editora Elsevier. SANABIO, M.T.; SANTOS, G.J.; DAVID, M.V., Administração Pública Contemporânea: Política, Democracia e Gestão – Editora UFJF. RIBEIRO, O.M., Contabilidade Geral Fácil, Editora Saraiva. ARAÚJO, I.; ARRUDA, D., Contabilidade Pública, Editora Saraiva. HADDAD, R.C.; MOTA, F.G.L; Contabilidade Pública, da Teoria à Prática, CAPES/UAB/MEC. BORBA, C.; Direito Tributário, Editora Método. FIRMINO, G.; Direito Tributário, Editora Ferreira. RICARDO ALEXANDRE; Direito Tributário, Editora Juspodivm. SANTOS, C.S.; Introdução à Gestão Pública, Editora Saraiva. CARVALHO FILHO, J.S.; Manual do Direito Administrativo, Editora Atlas S.A. SABBAG, E.; Manual de Direito Tributário, Editora Saraiva. CARVALHO, D.; CECCATO, M.; Manual Completo de Contabilidade Pública, Editora Impetus.

Constituição Federal, de 05 de outubro de 1998

Decreto nº 158, de 21 de maio de 2018, da Prefeitura Municipal de Maricá (<https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>)

Lei nº 910, de 14/12/1990 – Código Tributário do Município de Maricá (<https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>)

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Lei das S/A

Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992 – “Lei da Improbidade Administrativa.”

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – “Lei das Licitações.”

Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – “Lei de responsabilidade fiscal”

Lei Orgânica do Município de Maricá, de 3ª ed – Atualizada até a emenda nº 45, de 02 de maio de 2018 (<https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>)

Lei de Diretrizes Orçamentárias - (LDO) – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

Lei Orçamentária Anual (LOA) – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

Manual Técnico de Orçamento (MTO) – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

Manual de Contabilidade Pública, aplicada ao Setor Público, da Secretaria de Tesouro Nacional

Manual de Contabilidade Societária. Editora Atlas – 3ª ed

Plano Plurianual (PPA) – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.180/09

Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.292/10

Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.303/10

Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.374/11

FISCAL DE TRIBUTOS

Conteúdo Programático:

Administração Pública. O Estado: poderes e funções, função administrativa e federação. Administração Pública: órgãos públicos e agentes públicos. Princípio da Administração Pública: princípios expressos e reconhecidos, modelos teóricos de administração pública. Controle da Administração Pública: Ministério Público, CNMP e CNJ. Classificação e Conceitos dos Controles quanto à origem, ao momento, ao aspecto, à amplitude e aos órgãos. Poderes e Deveres do Administrador Público. Ato Administrativo: conceito, elementos, objeto, forma, motivo, finalidade, características, classificação, espécies, extinção, anulação e revogação. Contratos Administrativos: conceito, características, espécies, duração, prorrogação, renovação, cláusulas e convênios administrativos. Políticas Públicas: conceitos, características e classificação. Licitação: conceito, objetivo, princípios, dispensa de licitação,

inexigibilidade, modalidades de licitação e pregão. Serviço Público: conceito, classificação, titularidade e princípios. Administração Direta e Indireta: conceito, natureza da função, abrangência e composição. Lei da Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92). Lei Orgânica do Município de Maricá, 3ª ed – Atualizada até a emenda nº 45, de 02 de maio de 2018.

Direito Constitucional. Princípios fundamentais da Constituição da República: dos Direitos e Garantias Fundamentais. Da Organização do Estado (Art. 18 a 31). Da Administração Pública (Art. 37 e 38). Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (Art. 70 a 75). Do Ministério Público (Art. 127 a 130-A). Da Tributação e do Orçamento (Art. 145 a 149-A). Das Limitações do Poder de Tributar (Art. 150 a 152). Dos Impostos dos Municípios (Art. 156). Da Repartição das Receitas Tributárias (Art. 157 a 161). Das Finanças Públicas (Art. 163 a 169). Da Política Urbana (Art. 182 e 183).

Administração Pública Financeira e Orçamentária. Orçamento Público: conceitos, princípios, elaboração, diretrizes, exercício financeiro, restos a pagar e créditos adicionais. Leis Orçamentárias: LDO e LOA. PPA. Estrutura Programática: atividade, projeto e operações especiais. Despesas Públicas: conceitos, classificação, etapas, execução da despesa, despesas de exercício anteriores. Receita Pública: conceito, classificação, origem, etapas e realização da receita. Lei de responsabilidade fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000). Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Decreto nº 158, de 21 de maio de 2018, da Prefeitura Municipal de Maricá.

Direito Tributário. Atividade Financeira do Estado. Definição de tributos: impostos, taxas, contribuição de melhoria e empréstimos compulsórios. Classificação Doutrinária dos Tributos. Ações Constitucionais ao Poder de tributar. A Legalidade. Princípio da isonomia. O Princípio da não Surpresa: irretroatividade, anterioridade do exercício financeiro e anterioridade da nonagesimal ou noventena. Princípio do não Confisco: configuração do confisco, dinâmica e estatística da tributação do patrimônio, pena de perdimento e confisco e multas. Princípio da Liberdade de Tráfego. Proteção ao Pacto Federativo. Imunidades: imunidades e isenções, classificação das imunidades tributárias, origem, alcance, formas de previsão, necessidade de regulamentação, espécies de imunidade. Competência Tributária: privativa, comum, cumulativa, e bitributação e bis in idem. Legislação Tributária: leis, tratados e convenções internacionais, decretos e normas complementares. Vigência e Aplicação da Legislação Tributária. Obrigação Tributária: principal, acessória, fato gerador, evasão, elisão, elusão, sujeito ativo, sujeito passivo, solidariedade, capacidade tributária passiva e domicílio tributário. Responsabilidade Tributária: modalidades, responsabilidade por transferência e por substituição, por sucessão e de terceiros. Crédito Tributário e Lançamento: competência para lançar, lançamento com atividade vinculada e modalidade de lançamento. Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário: depósito do montante integral, liminar em mandado de segurança, liminar ou tutela antecipada em outras espécies de ações, moratória e parcelamento. Extinção do Crédito Tributário: pagamento, compensação, transação, remissão, decadência e prescrição. Administração Tributária: fiscalização, dívida ativa, certidões negativas, certidões positivas com efeitos de negativa e responsabilidade por expedição de certidão. Impostos Municipais: a) IPTU: progressividade fiscal em razão do valor do imóvel, progressividade extrafiscal, diferenciação de alíquotas, fato gerador, base de cálculo, contribuinte e lançamento. b) ITBI: fato gerador, base de cálculo, contribuinte, lançamento. c) ISS: alíquotas, fato gerador, base cálculo, contribuinte e lançamento. Repartição Constitucional de Receitas Tributárias: espécies, tributos sujeitos à repartição, repartição direta e indireta prevista na Constituição Federal. Lei nº 910, de 14 de dezembro de 1990 – Código Tributário do Município de Maricá. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1996, dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional.

Sugestões bibliográficas:

PALUDO, A, Administração Pública, Editora Elsevier. SANABIO, M.T.; SANTOS, G.J.; DAVID, M.V., Administração Pública Contemporânea: Política, Democracia e Gestão – Editora UFJF. RIBEIRO, O.M., Contabilidade Geral Fácil, Editora Saraiva. ARAÚJO, I.; ARRUDA, D., Contabilidade Pública, Editora Saraiva. HADDAD, R.C.; MOTA, F.G.L; Contabilidade Pública, da Teoria à Prática, CAPES/UAB/MEC. BORBA, C.; Direito Tributário, Editora Método. FIRMINO, G.; Direito Tributário, Editora Ferreira. RICARDO ALEXANDRE; Direito Tributário, Editora Juspodivm. SANTOS, C.S.; Introdução à Gestão Pública, Editora Saraiva. CARVALHO FILHO, J.S.; Manual do Direito Administrativo, Editora Atlas S.A. SABBAG, E.; Manual de Direito Tributário, Editora Saraiva. CARVALHO, D.; CECCATO, M.; Manual Completo de Contabilidade Pública, Editora Impetus.

Constituição Federal, de 05 de outubro de 1998

Decreto nº 158, de 21 de maio de 2018, da Prefeitura Municipal de Maricá (<https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>)

Lei nº 910, de 14/12/1990 – Código Tributário do Município de Maricá (<https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>)

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Lei das S/A

Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992 – “Lei da Improbidade Administrativa.”

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – “Lei das Licitações.”

Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – “Lei de responsabilidade fiscal”

Lei Orgânica do Município de Maricá, 3ª ed – Atualizada até a emenda nº 45, de 02 de maio de 2018 (<https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>)

Lei de Diretrizes Orçamentárias - (LDO) – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

Lei Orçamentária Anual (LOA) – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

Manual Técnico de Orçamento (MTO) – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

Manual de Contabilidade Pública, aplicada ao Setor Público, da Secretaria de Tesouro Nacional

Manual de Contabilidade Societária. Editora Atlas – 3ª ed

Plano Plurianual (PPA) – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.180/09

Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.292/10

Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.303/10

Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.374/11

ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

Conteúdo Programático:

Administração Pública. O Estado: poderes e funções, função administrativa e federação. Administração Pública: órgãos públicos e agentes públicos. Princípio da Administração Pública: princípios expressos e reconhecidos, modelos teóricos de administração pública. Controle da Administração Pública: Ministério Público, CNMP e CNJ. Classificação e Conceitos dos Controles quanto a origem, ao momento, ao aspecto, à amplitude e aos órgãos. Poderes e Deveres do Administrador Público. Ato Administrativo: conceito, elementos, objeto, forma, motivo, finalidade, características, classificação, espécies, extinção, anulação e revogação. Contratos Administrativos: conceito, características, espécies, duração, prorrogação, renovação, cláusulas e convênios administrativos. Políticas Públicas: conceitos, características e classificação. Licitação: conceito, objetivo, princípios, dispensa de licitação, inexigibilidade, modalidades de licitação e pregão. Serviço Público: conceito, classificação, titularidade e princípios. Administração Direta e Indireta: conceito, natureza da função, abrangência e composição. Lei da Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92). Lei Orgânica do Município de Maricá, 3ª ed – Atualizada até a emenda nº 45, de 02 de maio de 2018.

Direito Constitucional. Princípios fundamentais da Constituição da República: dos Direitos e Garantias Fundamentais. Da Organização do Estado (Art. 18 a 31). Da Administração Pública (Art. 37 e 38). Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (Art. 70 a 75). Do Ministério Público (Art. 127 a 130-A). Da Tributação e do Orçamento (Art. 145 a 149-A). Das Limitações do Poder de Tributar (Art. 150 a 152). Dos Impostos dos Municípios (Art. 156). Da Repartição das Receitas Tributárias (Art. 157 a 161). Das Finanças Públicas (Art. 163 a 169). Da Política Urbana (Art. 182 e 183).

Administração Pública Financeira e Orçamentária. Orçamento Público: conceitos, princípios, elaboração, diretrizes, exercício financeiro, restos a pagar e créditos adicionais. Leis Orçamentárias: LDO e LOA. PPA. Estrutura Programática: atividade, projeto e operações especiais. Despesas Públicas: conceitos, classificação, etapas, execução da despesa, despesas de exercício anteriores. Receita Pública: conceito, classificação, origem, etapas e realização da receita. Lei de responsabilidade fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000). Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Decreto nº 158, de 21 de maio de 2018, da Prefeitura Municipal de Maricá.

Contabilidade Geral. Conceito e objetivo. Patrimônio: definição, ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas, despesas e equação fundamental do patrimônio. Contas: conceito, plano de contas, débito, crédito, razonete. Princípios Contábeis. Regime de competência e regime de caixa. Fatos Contábeis: capital social, provisões, perdas estimadas de ativos, valor recuperável e valor contábil de unidade geradora de caixa, aplicação financeira e apropriação de rendimentos e despesa antecipada. Demonstrações Financeiras. Balanço Patrimonial. Demonstração de Resultado do Exercício. Patrimônio Líquido. Ativo Imobilizado. Ativo Intangível. Ativo Investimento. Manual de Contabilidade Pública. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Lei das S/A. Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.180/09. Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.292/10. Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.303/10. Manual de Contabilidade Societária. Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.374/11.

Sugestões bibliográficas:

PALUDO, A, Administração Pública, Editora Elsevier. SANABIO, M.T.; SANTOS, G.J.; DAVID, M.V., Administração Pública Contemporânea: Política, Democracia e Gestão – Editora UFJF. RIBEIRO, O.M., Contabilidade Geral Fácil, Editora Saraiva. ARAÚJO, I.; ARRUDA, D., Contabilidade Pública, Editora Saraiva. HADDAD, R.C.; MOTA, F.G.L; Contabilidade Pública, da Teoria à Prática, CAPES/UAB/MEC. BORBA, C.; Direito Tributário, Editora Método. FIRMINO, G.; Direito Tributário, Editora Ferreira. RICARDO ALEXANDRE; Direito Tributário, Editora Juspodivm. SANTOS, C.S.; Introdução à Gestão Pública, Editora Saraiva. CARVALHO FILHO, J.S.; Manual do Direito Administrativo, Editora Atlas S.A. SABBAG, E.; Manual de Direito Tributário, Editora Saraiva. CARVALHO, D.; CECCATO, M.; Manual Completo de Contabilidade Pública, Editora Impetus. Constituição Federal, de 05 de outubro de 1998

Decreto nº 158, de 21/5/2018, da Prefeitura Municipal de Maricá (<https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>)
Lei nº 910, de 14/12/1990 – Código Tributário do Município de Maricá (<https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>)
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional
Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Lei das S/A
Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992 – “Lei da Improbidade Administrativa.”
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – “Lei das Licitações.”
Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – “Lei de responsabilidade fiscal”
Lei Orgânica do Município de Maricá, 3ª ed – Atualizada até a emenda nº 45, de 02 de maio de 2018 (<https://www.marica.rj.gov.br/concursos/>)
Lei de Diretrizes Orçamentárias - (LDO) – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)
Lei Orçamentária Anual (LOA) – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)
Manual Técnico de Orçamento (MTO) – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)
Manual de Contabilidade Pública, aplicada ao Setor Público, da Secretaria de Tesouro Nacional
Manual de Contabilidade Societária. Editora Atlas – 3ª ed
Plano Plurianual (PPA) – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)
Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.180/09
Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.292/10
Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.303/10
Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.374/11

PROCURADOR

Conteúdo Programático e Sugestões Bibliográficas:

DIREITO CONSTITUCIONAL: 1. Conceito e tipos de Constituição. 2. Poder constituinte: originário e derivado. Poder constituinte derivado reformador: limites ao poder de reforma- temporais, materiais e circunstanciais. Poder constituinte derivado decorrente: Constituições estaduais e simetria. 3. Teoria dos direitos fundamentais. Natureza, aplicação, conflitos entre direitos fundamentais. Aplicação de tratados internacionais em matéria de direitos humanos. Direitos e garantias fundamentais: individuais e coletivos. Direitos sociais e difusos: conflitos envolvendo a judicialização de políticas públicas. 4. Ações constitucionais. Habeas corpus. Mandados de segurança individual e coletivo. Ação popular. Ação civil pública. Mandado de injunção. Habeas data. 5. Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos. Modalidades: difuso e concentrado. Ação direta de inconstitucionalidade contra atos comissivos e omissivos. Ação declaratória de constitucionalidade. Ação de descumprimento de preceito fundamental. Inconstitucionalidade face à Constituição Estadual. 6. Organização político-administrativa do Estado brasileiro. Repartição de competências e seus critérios. Competências político-administrativas e legislativas. Autonomia dos entes federativos. Intervenção federal e estadual. 7. Os Estados-membros da Federação. Competências exclusivas, comuns e concorrentes. Serviços públicos de titularidade estadual. As Constituições Estaduais. 8. O Município na Constituição Federal e na Constituição Estadual. Princípios de organização e competências municipais. Lei Orgânica do Município de Maricá, de 05 de abril de 1990, com a emenda de 30 de junho de 2006. 9. Administração Pública. Princípios constitucionais. Regimes de servidores públicos. Direitos e deveres. Acumulação. Previdência. Licitação. 10. Poder Legislativo. Imunidades parlamentares. Controle parlamentar dos atos da administração pública. Comissões parlamentares de inquérito: objeto, poderes e limites. Processo legislativo. Iniciativa das leis. Emendas parlamentares. Discussão e votação. Sanção e veto. Promulgação e publicação. Espécies legislativas: emendas constitucionais, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, decretos legislativos e resoluções. Medidas Provisórias. Processo legislativo. 11. Poder Executivo. Atribuições do Presidente da República. Responsabilidade do Presidente da República e dos Ministros de Estado. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional. Governador do Estado. Prefeito Municipal. Mandato. Atribuições. Responsabilidade. Foro competente. Secretários municipais. Poder regulamentar: natureza, modalidades e limites ao seu exercício. 12. Poder Judiciário. Competências originárias e recursais do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça. Recursos ordinário, extraordinário e especial. Súmula de jurisprudência. Efeito vinculante. Repercussão geral. Órgãos do Poder Judiciário do Estado. Competências do Tribunal de Justiça. Varas de Fazenda Pública. 13. Funções essenciais à justiça: Advocacia Pública. Ministério Público. Defensoria Pública. 14. Ordem econômica e financeira. Princípios da ordem econômica. Intervenção do Estado. Prestação de serviços públicos e exploração da atividade econômica. Desapropriação. Políticas urbana, agrícola, fundiária e da reforma agrária. 15. Da ordem social (Título VIII- art. 193 a 232): Da seguridade social - disposições gerais, saúde, previdência social, assistência social. Da educação, cultura e desporto. Da ciência, tecnologia e inovação. Da comunicação social. O meio ambiente na Constituição Federal. Normas constitucionais de direito ambiental. Repartição de competências federativas em matéria ambiental. Espaços territoriais especialmente protegidos. Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso. Dos índios. 16. Disposições constitucionais gerais. 17. Súmulas e entendimentos dominantes do Supremo Tribunal Federal sobre o tema.

Sugestões bibliográficas: SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo ; LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquemático; FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. <<https://www.marica.rj.gov.br/concursos>>.

DIREITO ADMINISTRATIVO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO: 1. Direito Administrativo: Conceito. Taxonomia. Princípios explícitos e implícitos. Interpretação. Tendências contemporâneas. 2. Organização administrativa. Noções gerais. Descentralização administrativa. Administração direta e indireta. Pessoas administrativas: pessoas políticas, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações e outras entidades privadas delegatárias. Administração associada. Delegação social. Organizações sociais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, entidades de utilidade pública, serviços sociais autônomos e “outras entidades públicas”. Fomento público. 3. Discricionariedade. Conceito. Limites. Controle de legalidade. Desvio de poder. Razoabilidade e proporcionalidade. 4. Ato administrativo. Noções gerais. Elementos. Características. Desfazimento: anulação e revogação. Sanatória voluntária. Prescrição. 5. Contrato administrativo. Distinção entre acordos e contratos. Contratos da Administração e contratos administrativos. Contratos administrativos. Noções gerais. Elementos. Características. Formalização, alteração, execução e inexecução. Revisão, reajustamento e prorrogação. Desfazimento e consequências. 6. Licitações. Princípios. Competência legislativa. Dispensa e inexigibilidade. Modalidades. Concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão, pregão presencial e pregão eletrônico. Habilitação. Julgamento. Recursos. Adjudicação e homologação. 7. Servidores públicos. Funcionário público. Noções gerais. Regime jurídico e suas características específicas. Natureza, extensão e conteúdo do diploma estatutário. Normas e institutos constitucionais e infraconstitucionais pertinentes. Aspectos e institutos específicos do regime jurídico do servidor público. Cargos, empregos e funções públicas. Criação, transformação e extinção de cargos. Acesso. Concurso público. Provimento. Vacância. Estabilidade e efetividade. Exoneração. Desvio de função. Direitos e vantagens dos funcionários públicos. Sistema remuneratório. Subsídio. Vencimento. Teto remuneratório. Vantagens pecuniárias. Adicionais, gratificações. Incorporação e extensão de vantagens. Acumulação. Lei Complementar 01/1990, do Município de Maricá: Estatuto dos Funcionários Públicos Civis Municipais. 8. Lei Complementar 218, de 20 de março de 2012. Estrutura e organiza a Procuradoria Geral do Município e dispõe sobre a carreira de Procurador do Município. 9. Pactos bilaterais e multilaterais de natureza não contratual. Atos complexos ou atos união. Elementos característicos. Espécies. Desfazimento e consequência. Consórcios administrativos e Consórcios públicos. Contratos de programa. Contratos de rateio. Contratos de gestão e termos de parcerias. Lei nº 13.019, de 31 de julho 2014, Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. 10. Serviços públicos. Noções gerais. Princípios informativos específicos. Competência da União, dos Estados e dos Municípios. Formas de execução. Delegação. Concessão. Permissão. Autorização. Parcerias público-privadas. 11. Desapropriação. Noções gerais. Tipos constitucionais. Fundamentos. Objeto. Beneficiários. Desapropriação indireta, parcial e por zona. Direito de extensão. Procedimento administrativo. Efeitos. Indenização e seu pagamento. Retrocessão. 12. Bens públicos. Noções gerais. Espécies. Afetação e desafetação. Domínio terrestre. Terras devolutas. Terrenos de marinha. Domínio hídrico. Regime das águas. Domínio aéreo. Rodovias. Bens reservados e faixa de domínio. Compartilhamento de infraestrutura. Livre acesso e interconexão obrigatória. Regime dos bens públicos móveis e imóveis. Gestão patrimonial. Venda, permuta, doação, aforamento, locação, concessão de direito real de uso, concessão de uso, cessão, permissão e autorização de uso, incorporação ao capital de sociedade, dação em pagamento, usucapião, investidura e concurso voluntário. 13. Polícia administrativa. Noções gerais. Modos de atuação: a ordem de polícia, a licença, a autorização, a fiscalização e a sanção de polícia. Atividades comunicadas. Espécies de poder de polícia. Polícias de costumes e diversões; de comunicações; sanitária; de viação e trânsito; de comércio e indústria; de profissões; ambiental; e de segurança pública. Partilha constitucional da competência de polícia administrativa. Acordos substitutivos. 14. Intervenção do Estado na propriedade. Noções gerais. Ocupação temporária. Requisição. Limitação administrativa. Servidão administrativa. Tombamento. Intervenção sancionatória: multa, interdição, destruição de coisas e confisco. 15. Direito urbanístico. Competências constitucionais. Estatuto da Cidade. Plano Diretor. Projeto de urbanização. Alinhamento. Recuo. Parcelamento: desmembramento e loteamento. Remembramento. Zoneamento. 16. Meio ambiente. Normas de proteção ecológica. Política Nacional de Meio Ambiente. Competência em matéria ambiental. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Poder de polícia ambiental. Licença ambiental: conceito e tipos. 17. Responsabilidade civil do Estado e as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos. Responsabilidade Civil das agências reguladoras. Noções gerais. Responsabilidade objetiva. Caso fortuito e força maior. Fato do príncipe. Atos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. Instituições financeiras públicas e responsabilidade de seus administradores. Responsabilidade do Estado por atos da Administração, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. Responsabilidade dos

agentes políticos. Responsabilidade civil, administrativa e penal dos servidores públicos. 18. Processo administrativo. Princípios constitucionais. Direito a informações e certidões. Requisições de processos. Direito de petição aos Poderes Públicos. Processo administrativo disciplinar. Sindicância e inquérito. Sanções administrativas. 19. Improbidade administrativa. Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. 20. Controle da atividade administrativa. Noções gerais. Controle parlamentar. Controle pelos Tribunais de Contas. Controle jurisdicional e autocontrole. Contencioso administrativo. Meios específicos do controle jurisdicional.

Sugestões Bibliográficas: OLIVEIRA, Rafael. Curso de Direito Administrativo.; DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1. Princípios gerais do processo civil. Fontes. Lei processual civil. Eficácia. Aplicação. Interpretação. Direito Processual Intertemporal. Critérios. 2. Jurisdição. Conceito. Característica. Natureza jurídica. Princípios. Limites. Competência. Critérios determinadores. Competência internacional e interna. Competência originária dos Tribunais Superiores. Competência absoluta e relativa. Modificações. Meios de declaração de incompetência. Conflitos de competência e de atribuições. Perpetuação da jurisdição. Prorrogação e prevenção. 3. Direito de ação. Natureza jurídica. Conceito e principais correntes doutrinárias. Elementos. Condições. Classificação e critérios identificadores. Concurso e cumulação de ações. Conexão e continência. 4. Processo: noções gerais. Relação jurídica processual. Pressupostos processuais. Processo e procedimento. Espécies de processos e de procedimentos. 5. Objeto do processo. Mérito. Questão principal, questões preliminares e prejudiciais. 6. Sujeitos processuais. Juiz. Princípios. Poderes. Deveres. Responsabilidade. Impedimentos e suspeição. Organização judiciária federal e estadual. Sujeitos Processuais. Partes e procuradores. Capacidade e legitimação. Representação e substituição processual. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Advogado. Ministério Público. Auxiliares da Justiça. A Advocacia Pública. Prerrogativas da Fazenda Pública em juízo. 7. Fatos e atos processuais. Forma. Tempo. Lugar. Prazos. Comunicações. Prática eletrônica dos atos processuais. Nulidades. 8. Procedimento ordinário e sumário. Fases. Petição inicial. Requisitos. Indeferimento da petição inicial. Prazos e preclusão. Prescrição. Inércia processual: contumácia e revelia. Formação, suspensão e extinção do processo. Resposta do réu. Contestação. Exceções. Reconvenção. Ação declaratória incidental. Incidentes processuais. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Audiências. Conciliação, instrução e julgamento. 9. Prova. Distribuição do ônus da prova. Fatos que independem de prova. Depoimento pessoal. Confissão. Prova documental. Exibição de documentos ou coisas. Prova testemunhal. Prova pericial. Inspeção judicial. Exame e valoração da prova. Produção antecipada de prova. 10. Tutelas de urgência. Tutela de evidência. Tutela cautelar e antecipada antecedente. Medidas de contracautela. Suspensão de liminar e suspensão de tutela de urgência. Restrições legais à concessão de liminares e de antecipação de tutela contra o Poder Público. 11. Sentença. Conceito. Classificações. Requisitos. Efeitos. Publicação, intimação, correção e integração da sentença. Execução provisória. Coisa julgada. Conceito. Espécies. Limites. Remessa oficial. 12. Meios de impugnação. Ação rescisória. Recursos. Disposições gerais. Apelação. Agravos. Embargos de Declaração. Embargos infringentes. Recurso ordinário. Recurso especial. Recurso extraordinário. Recursos nos tribunais superiores. Reclamação e correição. Repercussão geral. Súmula vinculante. Recursos repetitivos. 13. Liquidação de sentença. Espécies. Procedimento. Cumprimento da sentença. Procedimento. Impugnação. 14. Processo de execução. Princípios gerais. Espécies. Execuções especiais. Execução contra a Fazenda Pública. Regime de precatórios. Requisições de pequeno valor. Execução de obrigação de fazer e de não fazer. Execução por quantia certa contra devedor solvente. Execução fiscal. Embargos do devedor. Embargos de terceiros. Exceção de pré-executividade. Remição. Suspensão e extinção do processo de execução. 15. Procedimentos especiais: Ação de consignação em pagamento. Ação de exigir contas. Ações possessórias. Ação de divisão e demarcação. Ação de dissolução parcial de sociedade. Inventário e partilha. Embargos de terceiro. Oposição. Habilitação. Ações de família. Ação monitória. Homologação de penhor legal, Restauração de autos. 16. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária: Disposições gerais. Notificação e interpelação. Alienação judicial. Testamentos e codicilos. Herança jacente. 17. Procedimentos previstos em legislação extravagante: despejo (Lei 8245/1991) e desapropriação (Decreto-lei 3655/1941). 18. Ação popular. Ação civil pública e inquérito civil público. Proteção de interesses difusos e coletivos. Mandado de segurança. Mandado de injunção. Mandado de segurança coletivo. *Habeas data*. 19. O Processo Civil nos sistemas de controle da constitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Medida cautelar. Declaração incidental de inconstitucionalidade. Ações civis constitucionais. Arguição de descumprimento de preceito fundamental.

Sugestões Bibliográficas: DIDIER JR., Fredie Curso de Direito Processual Civil; ASSUMPTÃO, Daniel Amorim. Manual de Direito Processual Civil.

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO: 1. Princípios gerais do direito tributário. Normas, princípios e regras. Princípios constitucionais tributários. O princípio da capacidade contributiva: progressividade, proporcionalidade, regressividade, seletividade, universalidade e personalização. Isonomia tributária e proibição de desigualdade. Limitações constitucionais do poder de tributar. Os princípios aplicáveis às

taxas e às contribuições. 2. Sistema tributário nacional. Tributo: conceito, classificação, espécies. Sistema internacional tributário. 3. Competência interna e externa: elementos de conexão. A distribuição da competência legislativa tributária. Federalismo fiscal. Repartição das receitas tributárias. Fundo de participação dos Estados e do Distrito Federal. Fundo de participação dos municípios. Retenção de recursos. Hipóteses. 4. Legislação tributária: conceito, vigência e aplicação. Processo legislativo tributário: Emenda Constitucional, Lei Complementar Tributária, Lei Ordinária e Medida Provisória, Decreto Legislativo, Resoluções do Senado, Tratados e Convenções Internacionais. Controle da constitucionalidade da lei tributária. O controle incidental. A Ação Direta de Inconstitucionalidade. A Declaração de Constitucionalidade. Os efeitos da declaração de inconstitucionalidade. Interpretação e integração do Direito Tributário. A correção das antinomias. 5. Obrigação e crédito tributário. Obrigação principal e acessória. Fato gerador. O conceito de fato gerador e sua importância. Natureza jurídica: situações jurídicas e situações de fato. Fato gerador e hipótese de incidência. Evasão e elisão fiscal. Normas antielisivas. Fato gerador: classificação. Tempo do fato gerador. Lugar do fato gerador. Imunidade. Isenção, não incidência, anistia e remissão. Redução de base de cálculo. Alíquota zero. Fato gerador: aspectos objetivos, subjetivos, temporais, espaciais e quantitativos. Base de cálculo e alíquota. Sujeito ativo e sujeito passivo. Sujeito ativo e delegação de competência. Modificação do sujeito ativo por desmembramento constitucional. Sujeito ativo e titularidade do produto de arrecadação do tributo. Sujeito passivo. Contribuinte e responsável. Solidariedade, capacidade tributária e domicílio tributário. Responsabilidade tributária dos sucessores, de terceiros e por infrações. Substituição tributária: modalidades. Lançamento e suas modalidades. Suspensão e extinção do crédito tributário. Prescrição e decadência. Repetição do indébito. Garantias e privilégios do crédito tributário. Infrações e sanções em matéria tributária. A natureza das penalidades tributárias. 6. Tributos federais. 7. Tributos estaduais. 8. Contribuição de melhoria. 9. Contribuições sociais, econômicas e profissionais. Contribuições sociais dos Estados. 10. Empréstimo compulsório. 11. Contribuições ao Regime Geral de Previdência. 12. Taxas. 13. Preços públicos. 14. Taxa judiciária, custas e emolumentos. 15. Imposto sobre Serviços (ISS). Fato gerador, alíquota e base de cálculo. Sujeito ativo e sujeito passivo. Conceito de serviço. Serviços compreendidos na competência municipal. Relações ente ISS e ICMS: fornecimento simultâneo de mercadorias e serviços. 15. Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). 16. Taxa de coleta domiciliar de lixo. 17. Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP). 18. Finanças públicas. Normas gerais. Orçamentos. Plano Plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçamentos anuais. Créditos adicionais, suplementares e especiais. Vedações. Normas previstas na Constituição. Princípios orçamentários. 19. Lei n. 4.320/64. Lei de Orçamento. Receita e despesa. Proposta orçamentária. Elaboração da Lei de Orçamento. Exercício financeiro. Execução do orçamento. Fundos especiais. Controle da execução orçamentária. 20. Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000). Disposições preliminares. Planejamento. Receita pública. Despesa pública. Transferências voluntárias. Exigências para realização das transferências voluntárias. Destinação de recursos públicos para o setor privado. Dívida e endividamento. Gestão patrimonial. Transparência, controle e fiscalização. 21. Código Tributário Municipal: Lei 910, de 1990 renomeada Lei complementar municipal 5, de 1991 e alterações posteriores. 22. Súmulas e jurisprudência dominantes dos tribunais superiores sobre o tema.

Sugestões bibliográficas: BALEEIRO, Aliomar. Uma introdução à ciências das finanças; BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro; ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário Esquemático. <<https://www.marica.rj.gov.br/concursos>>.

DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL: 1. Direito objetivo. Norma jurídica: características, elementos e classificação. Fontes do direito. Vigência, validade, eficácia, aplicação, hierarquia e revogação. Interpretação das leis. Conflito intertemporal e interespaial das leis. 2. Direito subjetivo. Faculdades e interesses. Direito adquirido e expectativa de direito. Pessoas. Pessoa natural: começo, fim, personalidade, capacidade e legitimidade, cessação da incapacidade, emancipação, registro civil e nome. Pessoa jurídica: conceito e classificação. Associações. Fundações. Domicílio. Ausência. Desconsideração da personalidade jurídica. Direitos da personalidade. 3. Bens. Classificações. Bens públicos e privados: regime jurídico. Fundo de comércio. Ações e debêntures. Patrimônio. 4. Fatos, atos e negócios jurídicos: conceito, classificação, defeitos, modalidades, elementos, forma e prova. Existência, validade e eficácia dos negócios jurídicos. Representação. Nulidade e anulabilidade. Princípio da conservação dos negócios jurídicos. Prescrição e decadência. 5. Obrigações. Conceito e elementos essenciais. Modalidades. Fontes e efeitos das obrigações. Transmissão das obrigações. Cessão de direitos. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento. Pagamento indevido. Enriquecimento sem causa. Mora. Extinção e inexecução. Dívidas de valor. Correção monetária. Perdas e danos. Cláusula penal. Juros. Arras. Teoria da imprevisão. Caso fortuito e força maior. Concurso de credores. Falência, recuperação judicial e recuperação extrajudicial. 6. Contratos. Conceito, formação do vínculo e classificações. Conexão de contratos. Responsabilidade pré-contratual. Contrato preliminar. Contrato plurilateral. Promessa de dato de terceiro. Função social do contrato. Boa-fé. Cessão de contrato. Evicção. Vícios redibitórios. Estipulação em favor de terceiros. Contrato com pessoa a declarar. Exceção de contrato não cumprido. Resolução, distrato, arrependimento e erros. Contratos típicos. Compra e venda, permuta e doação. Contrato de sociedade. Sociedade simples. Contrato estimatório. Mandato, depósito, mútuo, comodato, prestação de serviço, empreitada, fiança, locação, seguro, comissão, corretagem, transporte e agência e distribuição. Transação. Limites à intervenção estatal na autonomia

privada. Correção judicial dos contratos. Contratos de adesão. 7. Obrigações por declaração unilateral de vontade. 8. Empresário: caracterização e inscrição, capacidade. 9. Sociedades simples e sociedades empresariais. Teoria da empresa. Sociedades por ações. Sociedades limitadas. Microempresa. B) Sociedade anônima. Transformação, incorporação, fusão e cisão. Sociedades de Economia Mista. Empresas Públicas. Privatização. 10. Títulos de crédito: cheque, letra de câmbio, nota promissória e duplicata. 11. Falência, recuperação judicial e recuperação extrajudicial. 12. Obrigações em decorrência de ato ilícito. Abuso de direito. Responsabilidade civil e sua liquidação. Dano material e dano moral. Novas espécies de dano. Responsabilidade dos administradores de sociedades. 13. Direitos reais: Posse. Conceito, evolução, classificação, aquisição e perda. Efeitos e defesa. Composses. Propriedade. Conceito. A propriedade em geral. A função social da propriedade. Propriedade imobiliária. Limitações impostas à propriedade. A propriedade imobiliária urbana. Modalidades de aquisição e perda. Condomínio. Propriedade em planos horizontais. Incorporação. Parcelamento do solo urbano. Usucapião. Direitos de vizinhança. Direitos reais sobre coisa alheia. Conceitos e princípios. Enfiteuse. Servidões. Direito de superfície. Usufruto, uso e habitação. Promessa de compra e venda de imóvel. Direitos reais de garantia. A propriedade móvel. Aquisição e perda. A propriedade resolúvel. A propriedade fiduciária. 14. Sucessões. Inventário e arrolamento. Sonegados. Herança jacente e vacante. Sucessão legítima e testamentária.

Sugestões bibliográficas: TARTUCE, Flavio. Manual de Direito Civil.; FARIAS, Cristiano Chaves de. Curso de Direito Civil.

DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO E DIREITO PREVIDENCIÁRIO: 1. Direito do Trabalho. Conceito. Princípios. Fontes. Interpretação e aplicação do Direito do Trabalho. Renúncia e transação. 2. Vinculação legal e vinculação contratual. Espécies. Caracterização. Terceirização. Responsabilidade do tomador do serviço por débitos trabalhistas e por danos materiais e morais. Empreitada e subempreitada. 3. Regimes jurídicos funcionais. Regime estatutário. Regime trabalhista. Contrato temporário. Regime dos servidores de organizações sociais e fundações públicas de direito privado. Cargos e empregos de confiança de empresas públicas e sociedades de economia mista. 4. Contrato de trabalho. Definição. Elementos essenciais e acidentais. Nulidade e anulabilidade. Espécies. Alteração, suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Duração do trabalho. Horário. Jornada. Períodos de descanso. Regime de compensação. Férias. Terminação do contrato de trabalho. Causas. Estabilidade. Garantia do emprego. FGTS. Aviso Prévio. 5. Desvio de função. Direitos e vantagens dos empregados públicos e empregados de entidades da Administração Indireta. 6. Sistema remuneratório. Vencimento. Teto remuneratório. Vantagens pecuniárias. Adicionais. Gratificações. Remuneração e salário. Conceito. Distinção. Proteção do salário. Princípios salariais. Isonomia e equiparação salarial. 7. Da proteção do trabalho da mulher: duração, condições do trabalho e da discriminação contra a mulher. Trabalho noturno. Períodos de descanso. Métodos e locais de trabalho. Proteção à maternidade. Das penalidades. 8. Acidente de trabalho. Responsabilidade civil e previdenciária. 9. Organização sindical. Princípios. Unicidade sindical. Receitas sindicais. O servidor público e a sindicalização. Negociação coletiva. Mediação. Arbitragem. Convenção coletiva. Acordo coletivo. Direito de greve. 10. Dissídio individual de trabalho. Processo e procedimentos. Prazos. Exceções. Nulidades. Recursos. Execução. Prescrição. Prerrogativas da Fazenda Pública. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil. 11. Dissídio coletivo. Processo e procedimento. Competência. Limites do poder normativo. Efeitos da sentença normativa. Recursos cabíveis. Ação de cumprimento. 12. Mediação e arbitragem. 13. Coisa julgada formal e material da sentença trabalhista. Acordos. 14. Ação Rescisória. 15. Mandado de segurança e ação civil pública no Direito do Trabalho. Habeas corpus. Medidas judiciais preventivas. Tutela antecipada. 16. Regime previdenciário do servidor público. Regime geral da previdência social. Regime previdenciário especial. Previdência complementar. Contributividade e solidariedade. Emendas Constitucionais n. 20/1998, 41/2003 e 47/2005. Aposentadoria: modalidades, proventos. cumulação de proventos. Pensões. Benefícios previdenciários. Segurados e beneficiários. Aposentadoria especial no serviço público. 17. "Reforma trabalhista": Lei 13.467/2017, que alterou disposições da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)- aspectos materiais e processuais.

Sugestões bibliográficas: GODINHO, Maurício. Curso de Direito do Trabalho; CASSA, Vólia Bonfim. Direito do Trabalho. SARAIVA, Renato. Curso de Direito Processual do Trabalho